**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA**

Ligia Bittencourt Kiss

**Violência contra mulheres no contexto urbano: estudo sobre a distribuição
espacial das violências no Município de São Paulo**

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em Ciências

Área de concentração: Medicina Preventiva

Orientador: Profa. Dra. Lilia Blima Schraiber
Co-orientador: Prof. Nelson da Cruz Gouveia

**São Paulo
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Kiss, Ligia Bittencourt

Violência contra mulheres no contexto urbano : estudo sobre a
distribuição espacial das violências no Município de São Paulo / Ligia
Bittencourt Kiss. -- São Paulo, 2009.

Tese(doutorado)--Faculdade de Medicina da Universidade de São
Paulo.

Departamento de Medicina Preventiva.

Área de concentração: Medicina Preventiva.

Orientadora: Lilia Blima Schraiber.

Co-Orientador: Nelson da Cruz Gouveia.

Descritores: 1.Violência contra a mulher 2.Iniquidade social
3.Parceiros sexuais 4.População urbana 5.Condições sociais 6.Fatores
socioeconômicos

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Lilia Blima Schraiber, que me acompanhou desde meus primeiros passos na vida acadêmica há nove anos. Mais que uma orientadora, Lilia sempre foi de uma generosidade incomparável no seu conhecimento e sabedoria. Sem seu apoio e determinação, esta pesquisa, como tantas outras de que participei, não teria acontecido.

À Professora Charlotte Watts, coordenadora do 'Gender Violence and Health Centre' da London School of Hygiene and Tropical Medicine, que me recebeu no seu grupo de pesquisa com generosidade infinita e contribuiu com inúmeras sugestões inteligentes para este estudo.

Ao Professor Nelson da Cruz Gouveia que, com muita paciência, auxiliou na elaboração metodológica deste trabalho e me ajudou a esclarecer pontos importantes na análise dos dados.

Ao Professor Paulo Menezes, Ivan França Júnior e Wilza Vilela que participaram da banca de qualificação e cujas críticas e sugestões me permitiram organizar este trabalho na sua forma atual.

À Professora Ana Flávia Pires Luccas d'Oliveira pela leitura cuidadosa, olhar crítico e sugestões teóricas que ajudaram muito na elaboração da análise e finalização dos artigos.

À Professora Cathy Zimmerman que, com sua energia e motivação, sempre esteve disposta a contribuir com idéias e sugestões para o desenvolvimento desta tese.

Ao Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Violência e Saúde da Faculdade de Medicina da USP, pelos anos conjuntos de trabalho, durante os quais foi nascendo a idéia deste estudo. Agradeço particularmente à Júlia Durand, André Motta, Márcia Couto, Wagner dos Santos, Sônia Hotimski, Heloísa Hanada e Adriana Pinho. Agradeço especialmente a Ricardo Góes, pela paciência com que sempre me ajudou na parte administrativa desta pesquisa.

À Mazeda Hossain e Karen Devries por compartilharem seus conhecimentos, ajudarem na análise de dados e elaboração da tese, nas traduções para o inglês e pela grande e intensa amizade iniciada na visita a Londres.

Ao Professor Haroldo de Campos Torres pelo apoio metodológico na análise dos dados do censo IBGE.

À toda equipe de pesquisadores de campo, pessoal de escritório, pesquisadores nacionais e internacionais que trabalharam na operacionalização da pesquisa sobre saúde da mulher e violência doméstica da Organização Mundial de Saúde no Brasil.

Às mulheres que gentilmente cederam seu tempo e compartilharam suas experiências de vida durante a pesquisa de campo nos anos 2000 e 2001.

Os agradecimentos institucionais, dirijo à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que tornou esse trabalho financeiramente viável. Também agradeço à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e à London School of Hygiene and Tropical Medicine pelo apoio acadêmico no desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço imensamente à minha mãe, Maria Helena, por estar sempre ao meu lado, me incentivando nos momentos difíceis e acreditando no meu trabalho.

Ao meu irmão e ao meu pai pelo incentivo e apoio ao longo desses três anos.

Ao Gavin pela amizade e apoio nos momentos finais de elaboração deste trabalho.

Resumo

Desde a década de 1990, a violência contra mulheres vem sendo tomada como um tema da saúde pública, pela sua magnitude e repercussões na saúde dos indivíduos. Apesar do reconhecimento da influência das características da vizinhança na violência por parceiro íntimo (VPI), poucos estudos exploram como o contexto e a inserção da mulher em redes pessoais e sociais afetam a probabilidade individual de sofrer este tipo de violência. Este estudo teve como objetivo investigar a distribuição de VPI contra mulheres e sua relação com desigualdade socioeconômica, violência urbana e capital social no Município de São Paulo. Para tanto, foram utilizados o banco de dados do estudo multipaíses sobre saúde da mulher e violência doméstica contra mulheres da Organização Mundial de Saúde (OMS), informações do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e taxas de homicídios do banco do Programa de Aperfeiçoamento das Informações de Mortalidade (PROAIM). Os dados foram analisados através de técnicas de modelagem multinível. Os achados mostraram que não há variação significativa entre as vizinhanças na ocorrência de VPI. Além disso, indicaram que viver em contextos de privação socioeconômica, altas taxas de homicídio e baixos níveis de capital social não está associado com maior probabilidade individual de sofrer VPI. Entre as variáveis estudadas no nível individual, destacaram-se comportamentos do parceiro e experiência de VPI pelas mãos dele e dela como importantes fatores associados à VPI. Os resultados deste estudo apontam para a centralidade do conceito de gênero no estudo da violência e sugerem que, em São Paulo, o contexto tem influência limitada na dinâmica das relações de intimidade.

Palavras-chave: violência por parceiro íntimo, análise multinível, desigualdades sociais, violência urbana, capital social

Title

Violence against women in an urban context: a study on the spatial distribution of violence in the City of Sao Paulo

Abstract

Since the 1990s, violence against women has been recognized as a public health matter because of its magnitude and health consequences for individuals. Although research acknowledges the influence of neighbourhood factors on intimate partner violence (IPV), few studies investigate how the context and the woman's participation in personal and social networks affect her individual probability of experiencing this type of violence. This study aimed to investigate the distribution of IPV against women and its relations with social inequalities, urban violence, and social capital in the City of Sao Paulo. Datasets used included: the WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women; the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) census; and homicide rates from PROAIM (Program for the Improvement of Mortality Data). Data was analyzed using multilevel modeling techniques. The findings show that there is no significant variation in IPV between neighbourhoods. The study also found that socioeconomic deprivation, high rates of homicides, and low levels of social capital in a neighbourhood were not associated with a woman's individual probability of experiencing IPV. Among the individual-level variables, IPV was associated with partner behaviors and having a mother who experienced IPV. These results reinforce the assumption that gender is a core concept to understanding violence, and suggest that in Sao Paulo, neighbourhood factors have limited influence in the dynamics of intimate relationships.

Key-words: intimate partner violence, multilevel analysis, social inequalities, urban violence, social capital

SUMÁRIO

Lista de tabelas	9
Lista de gráficos e figuras	11
Lista de quadros	12
Parte 1: Introdução	13
1.1. Introdução e justificativa	14
1.2. Aspectos éticos	16
1.3. Hipóteses	17
1.4. Objetivos	18
Parte 2: Revisão bibliográfica e perspectiva teórica	19
2.1. A literatura epidemiológica sobre fatores associados à violência por parceiro íntimo	20
2.2. Violência por parceiro íntimo, gênero e capital social.....	26
2.3. Violência urbana e desigualdades sociais	34
2.4. Teorias sobre violência e contexto social	44
2.5. Capital social e redes de apoio.....	49
2.6. Análise multinível.....	59
Parte 3: Metodologia	61
3.1. Desenho do estudo	62
3.2. Fonte dos dados	64
3.2.1. Banco de dados da pesquisa populacional multipaíses da OMS	64
3.2.2. Banco de dados Municípios Brasileiros IBGE	67
3.2.3. Banco de dados do Programa de Aperfeiçoamento das Informações de Mortalidade (PROAIM)	69
3.3. Seleção de variáveis para análise.....	71
3.4. Forma de análise dos dados.....	81
3.4.1. Tratamento das variáveis.....	81
3.4.2. Tratamento dos bancos IBGE e PROAIM	82
3.4.3. Análise descritiva dos desfechos e variáveis explicativas.	82

3.4.4. Análise exploratória dos dados.....	83
3.4.5. Análise bivariada dos dados.....	83
3.4.6. Processamento do modelo de regressão logística convencional	84
3.4.7. Processamento do modelo multinível	84
Parte 4: Resultados	91
4.1. Análise descritiva	92
4.2. Análise exploratória	103
4.3. Regressão logística convencional.....	110
4.3.1. Análise bivariada	110
4.3.2. Seleção “backwards” de variáveis para ajuste do modelo de regressão logística	111
4.3.3. Teste para interação	113
4.3.4. Modelo final regressão logística convencional	114
4.4. Análise multinível.....	115
4.4.1. Modelo de intercepto aleatório.....	115
4.4.2. Análise bivariada com intercepto aleatório	115
4.4.3. Seleção “backwards” de variáveis para ajuste de um modelo de intercepto aleatório de dois níveis	117
4.4.4. Modelo final de intercepto aleatório.....	120
4.5. Análise de efeitos contextuais específicos.....	121
4.5.1. Quanta variação existe nos níveis de VPI entre as vizinhanças?	121
4.5.2. Viver em uma vizinhança desfavorecida do ponto de vista socioeconômico aumenta as chances de a mulher sofrer violência pelo parceiro íntimo?	122
4.5.3. Viver em vizinhanças com altas taxas de homicídios masculinos aumenta o risco individual de VPI?	125
4.6.4. O que acontece com a diferença nas probabilidades de VPI entre as vizinhanças após controlar por capital social cognitivo?	127
Parte 5: Discussão	129
Parte 6: Subprodutos do estudo –artigos submetidos	137
Artigo 1.....	139
Artigo 2.....	162
Parte 7: Bibliografia.....	177

Lista de tabelas

Tabela 1 Prevalência de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo entre mulheres com alguma parceria afetivo-sexual durante o período de residência na vizinhança em que foram entrevistadas, São Paulo (n=940)	92
Tabela 2 Prevalência de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo entre mulheres com alguma parceria afetivo-sexual durante o período de residência na vizinhança em que foram entrevistadas, São Paulo (n=940)	93
Tabela 3 Situação afetiva/conjugal atual para mulheres com alguma parceira afetivo-sexual na vida, mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo na vida e mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança em que foram entrevistadas, São Paulo (n=940)	93
Tabela 4 Medidas-resumo das variáveis do censo IBGE usadas na construção da escala de características sócio-econômicas da vizinhança, São Paulo (n=926)*	95
Tabela 5 Taxa média de homicídios masculinos por mil habitantes para os setores censitários selecionados, São Paulo, (n=940).....	97
Tabela 6 Valores médios para a escala sobre capital social cognitivo, São Paulo, Brasil, 2000 (n=940)....	97
Tabela 7 Mulheres que responderam afirmativamente a todas as questões sobre os componentes do capital social cognitivo, São Paulo, 2000 (n=940)	97
Tabela 8 Frequência de mulheres que percebem como negativo ou positivo cada componente do capital social cognitivo em sua vizinhança, São Paulo, Brasil (n=940).....	98
Tabela 9 Frequência de mulheres que podem contar com a família e frequência de mulheres que são membros de alguma associação, São Paulo, 2000 (n=940)	98
Tabela 10 Comportamento do parceiro e experiência de violência entre seus pais durante sua infância, São Paulo, Brasil, 2000 (n=940).....	99
Tabela 11 Escala de comportamentos controladores pelo parceiro, São Paulo (n=940).....	99
Tabela 12 Grau de aceitabilidade de violência por parceiro íntimo, São Paulo(n=940)	100
Tabela 13 Aceitabilidade da violência por parceiro íntimo segundo tipo de comportamento da mulher, São Paulo (n=940)	101
Tabela 14 Mulheres com mães que sofreram VPI e mulheres que tiveram a primeira experiência sexual forçada, São Paulo (n=940)	101

Tabela 15 Número médio de gestações entre as entrevistadas, São Paulo (n=940)	102
Tabela 16 Frequência de comportamentos do parceiro relatados pelas entrevistadas, São Paulo, Brasil (n=940)	108
Tabela 17 Odds ratio bruta e Intervalo de Confiança de 95% para violência física e/ou sexual por parceiro íntimo durante o período de residência da mulher na vizinhança onde foi entrevistada, São Paulo (n=926)	110
Tabela 18 Seleção “backwards” para ajuste do modelo de regressão logística para sofrer VPI no período de residência na comunidade convencional, São Paulo (n=940).....	111
Tabela 19 Modelo final de regressão logística convencional, São Paulo (n=940).....	114
Tabela 20 Análise bivariada com intercepto aleatório (violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança) – OR bruta e IC de 95%, São Paulo (n=926)	115
Tabela 21 Modelo de intercepto aleatório de dois níveis – OR ajustadas (Intervalo de Confiança de 95%) para o desfecho VPI no período de residência na vizinhança, São Paulo (n=940)	117
Tabela 22 Modelo final de dois níveis com intercepto aleatório para desfecho violência por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança, São Paulo, Brasil (n=940)	120
Tabela 23 Modelo de componente de variância para desfecho violência por parceiro íntimo no período de residência na comunidade, São Paulo, Brasil (n=940)	121
Tabela 24 Parâmetros do modelo de componentes da variância e modelo de intercepto aleatório controlado por características socioeconômicas da vizinhança para o desfecho violência por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança, São Paulo (n=926).....	122
Tabela 25 Modelos de regressão logística convencional, intercepto aleatório e efeitos mistos para violência por parceiro íntimo no período de residência na comunidade, controlados por taxas de homicídios masculinos na vizinhança, São Paulo (n=926)	124
Tabela 26 Parâmetros para o modelo de componentes da variância e modelo de intercepto aleatório controlado pela taxa de homicídios masculinos, São Paulo (n=940).....	125
Tabela 27 Modelos de regressão logística convencional, intercepto aleatório e efeitos mistos para violência por parceiro íntimo no período de residência na comunidade, controlados pelo índice de privação socioeconômicas da vizinhança, São Paulo (n=940)	126
Tabela 28 Parâmetros para modelos de componentes de variância e intercepto aleatório controlado por capital social cognitivo, São Paulo (n=940)	127
Tabela 29 Modelos de regressão logística convencional, intercepto aleatório e efeitos mistos para violência por parceiro íntimo no período de residência na comunidade, controlados por capital social cognitivo, São Paulo (n=940).....	128

Lista de figuras

Figura 1 Modelo ecológico para o estudo da violência	27
Figura 2 Taxa de mortalidade por homicídio por 100 mil habitantes nos distritos de São Paulo	42
Figura 3 Elementos componentes da dimensão estrutural e cognitiva do capital social	51
Figura 4 Transações mediadas pelo capital social	52
Figura 5 Aspectos e respectivas funções do social capital	54
Figura 6 Quadro teórico-metodológico	63
Figura 7 Mapa dos setores censitários participantes da pesquisa	66
Figura 8 Estrutura dos dados e níveis de análise: estrutura hierárquica em dois níveis.....	86
Figura 9 Diagrama de Venn para variáveis binárias sobre comportamento do parceiro (n=302)	107

Lista de gráficos

Gráfico 1 Box plot: comportamento controlador pelo parceiro (n=940)	100
Gráfico 2 Box plot: Número de gestações entre as entrevistadas (n=940).....	102
Gráfico 3 Diagrama de dispersão entre indicador de privação e proporção de homicídios masculinos para os 72 setores censitários incluídos na análise (n=926)	103
Gráfico 4 Gráfico de regressão linear entre privação socioeconômica da vizinhança e proporção de homicídios masculinos na vizinhança, considerando parceiros que já estiveram envolvidos em brigas com outros homens, São Paulo (n=100).....	104
Gráfico 5 Gráfico de regressão linear entre privação socioeconômica da vizinhança e proporção de homicídios masculinos na vizinhança, considerando parceiros que jamais estiveram envolvidos em brigas com outros homens, São Paulo (n=835).....	105
Gráfico 6 Diagrama de dispersão entre o índice de privação socioeconômica da vizinhança e escala para capital social cognitivo (n=926)	106

Lista de quadros

Quadro 1 Variáveis estudadas segundo domínios e respectivas fontes de dados.....	71
Quadro 2 Domínios e variáveis usadas na análise fatorial para gerar o indicador de privação a partir de dados do censo IBGE 2000	73
Quadro 3 Questões sobre capital social cognitivo	76
Quadro 4 Questões sobre comportamento controlador do parceiro	78
Quadro 5 Questões sobre aceitabilidade da VPI	80

Parte 1: Introdução

1.1. Introdução e justificativa

Desde a década de 90, a violência contra mulheres vem sendo reconhecida como um problema da saúde pública e violação de direitos humanos, pela sua magnitude e repercussões na saúde (Watts & Zimmerman, 2002).

Estudos apontam a violência contra mulheres como sendo, sobretudo, de natureza doméstica, repetitiva e grave, e perpetrada na grande maioria das vezes pelo parceiro íntimo (Garcia-Moreno et al., 2005; Heise et al., 1999; Schraiber et al., 1999). De acordo com as pesquisas sobre o tema (Heise et al., 1999; Garcia-Moreno et al., 2005; Krug et al., 2002), fatores biológicos e individuais explicam, em parte, predisposições para a prática de atos de agressão, porém na grande maioria dos casos, é na interação com a vida nos níveis da família, comunidade, sociedade e cultura que a violência encontra suas condições de ocorrência.

Apesar do reconhecimento da influência das características do entorno social na violência por parceiro íntimo (Heise et al., 1999; Miles-Doan, 1998; Browning, 2002; Jewkes, 2002; Vives-Cases, 2007; Raghavan, 2006), poucos estudos exploram como as características do contexto e a inserção da mulher em redes pessoais e sociais influenciam a probabilidade de ocorrência de violência por parceiro íntimo.

Este estudo toma contextos diferenciados quanto às condições socioeconômicas e de violência urbana e busca compreender sua influência na probabilidade individual de VPI. Ao considerarmos que as diferentes expressões de violência (violência por parceiro íntimo e violência urbana) podem, em parte, expressar fragilidade nos padrões de sociabilidade locais, abordamos também sua ocorrência como influenciada por redes sociais locais e diferentes aspectos do capital social no nível local.

Entendemos que o Município de São Paulo, pela desigualdade social que o caracteriza (Marques, 2008; Caldeiras, 2000; Cardoso, 2001; Taschner et al., 2001; Adorno, 1998; Torres, 2003), permite a identificação de contextos de pobreza, violência urbana e recursos comunitários diversos e, por isso, constitui-se em lugar privilegiado para a realização deste tipo de análise.

Na análise, foram utilizados dados populacionais coletados na pesquisa multipaíses sobre violência contra mulheres da Organização Mundial de Saúde (Garcia-Moreno et al., 2005; Schraiber et al., 2002), dados do censo IBGE (2000) e do Sistema de Aperfeiçoamento das Informações de Mortalidade (PROAIM, 2000).

O estudo multipaíses estimou a prevalência e fatores associados às diversas expressões da violência contra mulheres de 15 a 49 anos, além de estudar o impacto da violência na saúde de mulheres e crianças e descrever as formas de enfrentamento adotadas. No Brasil (Schraiber et al., 2002), a pesquisa foi conduzida nos Município de São Paulo (SP) e em 15 Municípios da Zona da Mata de Pernambuco. Essas duas regiões brasileiras tiveram amostras independentes e calculadas por conglomerados, o que para São Paulo, base empírica do presente projeto, representou o setor censitário. Isto permitiu a análise multinível, tomando os setores censitários como unidades de análise do nível contextual.

1.2. Aspectos éticos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa da Faculdade de Medicina da USP e Hospital das Clínicas (CAPPesq-609/98). Aspectos éticos na condução do estudo geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) estão detalhados em outras publicações (Garcia-Moreno et al., 2005).

1.3. Hipóteses

Hipótese 1: Mulheres residentes em vizinhanças com maiores taxas de crimes estão mais expostas à VPI como consequência de um contexto em que formas violentas de resolução de conflitos são a norma tanto no espaço da rua como no ambiente doméstico

Hipótese 2: Mulheres residentes em vizinhanças empobrecidas e com dificuldades financeiras no relacionamento estão mais expostas à VPI;

Hipótese 3: Mulheres residentes em vizinhanças com baixo nível de capital social/eficácia coletiva têm maior probabilidade de sofrer VPI devido à ausência de mecanismos informais de controle social

1.4. Objetivos

Objetivo geral

Investigar a distribuição de violência por parceiro íntimo contra mulheres e sua relação com desigualdade socioeconômica, violência urbana e capital social na cidade de São Paulo.

Objetivos específicos

1. Investigar se há variação na proporção de violência por parceiro íntimo (VPI) entre diversas vizinhanças do Município de São Paulo;
2. Verificar se diferenças sociais e econômicas entre as vizinhanças e condições socioeconômicas individuais influenciam o risco individual de sofrer violência pelo parceiro íntimo;
3. Verificar se maiores níveis de capital social estão associados à menor probabilidade de ter sofrido VPI no período de residência na vizinhança;
4. Verificar se as mulheres estão mais expostas à VPI em vizinhanças com maiores níveis de violência urbana;
5. Entender como esses fatores contextuais influenciam a relação entre características e atitudes das mulheres, comportamentos dos seus parceiros e experiências passadas de violência.

Parte 2: Revisão bibliográfica e perspectiva teórica

2.1. A literatura epidemiológica sobre fatores associados à violência por parceiro íntimo

Em uma revisão dos estudos epidemiológicos sobre violência por parceiro íntimo, Jewkes (2002) aponta a pobreza como uma variável que permanece significativa em diversos contextos culturais na maioria das pesquisas que investigam fatores associados à violência por parceiro íntimo. A autora explica essa relação a partir da idéia de que iniquidades de gênero seriam acentuadas em contextos de pobreza, em que a violência cometida pelo parceiro íntimo pode ter um significado instrumental na resolução de crises de identidade masculina.

Essa perspectiva que coloca os fatores relativos ao parceiro na origem dos comportamentos de gênero abusivos é compartilhada por Frye et al. (2006). A partir dos resultados de uma pesquisa com 331 mulheres provenientes de 11 cidades norte-americanas que sofreram agressão física. Os autores propõem a classificação da violência por parceiro íntimo em duas formas distintas: “terrorismo” pelo parceiro íntimo e “violência situacional” entre o casal. A maioria das mulheres que havia sofrido violência por parceiro íntimo também havia vivenciado no passado comportamentos controladores pelo parceiro. Na análise multivariada, baixa idade das respondentes, escalada da violência na relação, acesso do parceiro a armas, prisão por incidentes prévios de violência doméstica, problemas de saúde mental e tentativas ou ameaças prévias de suicídio estavam associadas com “terrorismo” por parceiro íntimo, definido como um ou mais comportamentos controladores. Os resultados dessa pesquisa sugerem que a violência situacional entre o casal é rara e que níveis moderados e altos de comportamentos controladores estão associados com variáveis relativas ao parceiro.

O homicídio por parceiro íntimo foi recentemente investigado por Campbell et al. (2007) em um estudo de revisão. Os autores apontam as mulheres como as principais vítimas desse tipo de crime, com quatro a cinco vezes mais chances de serem assassinadas por seus companheiros. O maior risco para homicídio por parceiro íntimo, independente de a vítima ser homem ou mulher, é a ocorrência prévia de violência doméstica. Os principais fatores de risco para homicídio feminino por parceiro íntimo encontrados na literatura foram: posse de armas, tentativa de término do relacionamento, enteado(a) vivendo na casa, sexo forçado, ameaças de morte e estrangulamento sem desfecho fatal.

Bogat et al. (2005) estudaram o efeito da violência na comunidade sobre a violência por parceiro íntimo contra a mulher e saúde mental da mulher. Utilizaram-se da “teoria do contágio social” (social contagion theory), que parte do princípio de que idéias, crenças e comportamentos relevantes à dinâmica da violência são transmitidos através de um ambiente social. De acordo com essa teoria, vizinhanças desenvolveriam normas próprias de comportamento em relação à violência devido ao predomínio dos códigos de rua pautados em valores como justiça, aprovação e recompensa social de comportamentos violentos. Concluem que as normas sociais usadas em determinadas vizinhanças poderiam limitar o recurso a formas alternativas à violência na resolução de conflitos.

Vives-Cases et al. (2007) empreendeu um estudo ecológico sobre violência por parceiro íntimo, considerando sua distribuição geográfica nas províncias espanholas. O estudo utilizou dados sobre homicídio pelo parceiro e queixas oficiais de violência por parceiro íntimo entre 1997 e 2004. Os autores compararam o risco de homicídio pelo parceiro em províncias com índices de desenvolvimento de gênero (GDI) baixo ou alto. Encontraram um risco relativo aumentado de

morte por violência no grupo de províncias em que o GDI estava abaixo da média nacional (RR=1,328; IC 95%, 1,253 – 1,406). O risco de prestar uma queixa oficial de violência pelo parceiro foi também maior nessas províncias que naquelas com GDI acima da média nacional (RR=1,468; CI 95% 1,253 – 1,406). Recomendam investimento em estratégias que promovam equidade de gênero na prevenção da violência por parceiro íntimo.

Procurando entender a relação entre violência intra e extra-familiar, Shields et al. (1988) empreenderam um estudo qualitativo com 85 parceiros violentos (“violent husbands”). Concluem que há três tipos de homens violentos: violentos apenas na família, violentos apenas fora da família e violentos de maneira geral. Em relação à duração e gravidade da violência, o grupo de homens que eram violentos de maneira geral e os que eram violentos fora da família excederam aquele que eram violentos apenas na família. Além disso, os homens violentos apenas na família sentiam menos que os outros grupos que o uso que faziam da violência era justificável. Esses padrões parecem estar associados a estilos de vida bastante definidos e distintos, às redes sociais e a valores que tendem reforçar padrões violentos de comportamento.

Fagan et al. (1987) criticam a fronteira teórica construída entre o estudo da violência na casa e as investigações da violência na rua, focalizando o comportamento do agressor. As estimativas a respeito dessa intersecção variam bastante. A gravidade da violência perpetrada na casa é associada com a ocorrência de violência fora dela. Violência sofrida pelo agressor na infância destaca-se como fator explicativo tanto para violência doméstica como para violência em geral. Os padrões de comportamento parecem mudar, no decorrer do tempo, de violência doméstica exclusiva para violência doméstica e não doméstica.

Em estudo com 193 homens universitários, Silverman et al. (1997) destacam a influência da violência doméstica na infância e do grupo de pares nos comportamentos violentos masculinos. Presenciar violência entre os pais quando criança esteve direta e indiretamente relacionado a perpetrar violência contra a parceira íntima quando adulto. Porém, ter testemunhado violência doméstica durante a infância deixa de ser um fator explicativo importante de violência contra a parceira íntima ao se considerar a influência do grupo de pares e seu suporte informacional. As variáveis relacionadas ao grupo de pares predisseram a crença do homem de que é seu direito abusar de sua parceira e de que a violência contra a parceira é justificável. Esse estudo destaca a importância de fatores sociais ecológicos relativos à história familiar e do relacionamento com pares na atitude dos universitários em relação à violência. O estudo de Capaldi et al. (2001) também destaca a influência do grupo de pares no comportamento agressivo masculino em relação à parceira íntima. Os achados dessa pesquisa mostram que as associações desviantes de pares na adolescência e agressão posterior a uma parceira eram mediadas por comportamentos anti-sociais. Conversas hostis em relação às mulheres explicaram a variação adicional na violência contra parceira íntima. Ambos os estudos sugerem a importância dos valores de gênero partilhados e reforçados entre membros de um mesmo grupo na motivação de homens para perpetrar violência contra suas parceiras.

Cubbin et al. (2000) estudaram a contribuição do status socioeconômico nas mortes provocadas por lesões. O objetivo dessa pesquisa foi verificar se os efeitos relacionados à vizinhança permaneciam após ajuste para características individuais e status socioeconômico. Os autores utilizaram dados da Pesquisa de Saúde Nacional dos Estados Unidos (NHIS) e de um programa que permitiu o subsequente acompanhamento dos dados sobre estado vital e causa

da morte. A investigação foi realizada nos Estados Unidos entre 1987 e 1994, com acompanhamento até o final de 1995. Na amostra de 47.2364 pessoas entre 18 e 64 anos, houve 1195 mortes por lesão no período estudado. Utilizando-se do modelo de risco proporcional de Cox, os autores buscaram estimar os efeitos das características individuais e da vizinhança na ocorrência de homicídios, suicídios, acidentes de carro e outras causas externas. As variâncias foram ajustadas para a amostra por conglomerados do NHIS. Os autores verificaram que as características da vizinhança tinham efeitos independentes nos desfechos estudados, após ajuste para variabilidade individual. Encontraram um risco quase dobrado de homicídios associado a viver em vizinhança caracterizada por baixo nível socioeconômico, após ajuste por características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos.

O'Campo et al. (1995) também chamam a atenção para a importância do contexto na configuração da VPI. Os autores partem da hipótese de que viver em vizinhanças com baixos indicadores socioeconômicos, caracterizadas por condições de vida estressante (como altas taxas de criminalidade) aumentaria o risco individual de sofrer VPI. As variáveis independentes selecionadas para este estudo foram: apoio social, uso de drogas pelo parceiro e variáveis demográficas. Uso de drogas foi incluído na análise, considerando-se que características do parceiro poderiam ser tão ou mais importantes que as da mulher na explicação sobre os riscos de VPI contra a mulher. Os resultados desse estudo mostraram que os efeitos de variáveis individuais no risco de VPI diminuíram com a inclusão no modelo das variáveis contextuais (relativas à vizinhança), exceto raça. Encontrou-se um risco de VPI quatro vezes maior em vizinhanças pertencentes ao percentil com menor renda per capita em relação ao percentil de

maior renda. Vizinhanças com maior nível de desemprego mostraram também risco aumentado de VPI. A taxa de crimes per capita foi a única variável contextual que não apresentou significância estatística no modelo, o que foi explicado pelas autoras a partir da força de fatores interpessoais no modelo explicativo da VPI quando comparada às taxas de crime, estas últimas mais expostas à influência de características da vizinhança.

2. 2. Violência por parceiro íntimo, gênero e capital social

A violência contra mulheres tem como principal agressor o parceiro íntimo e caracteriza-se por ser frequentemente grave e persistente (Watts & Zimmerman, 2002; Dobash & Dobash, 1992). O modelo ecológico de Heise (1999, 2002) é um dos principais quadros teórico-interpretativos a partir do qual a VPI é estudada e sua adoção converge com as recomendações internacionais (Heise et al., 1999; Krug et al., 2002) para o estudo da violência, especificamente aquela cometida por parceiro íntimo. Este quadro chama a atenção para a articulação entre os diferentes níveis que configuram a interação do indivíduo com o seu ambiente social na ocorrência de violência (Figura 1), buscando evitar uma compreensão parcial e fragmentada do problema.

Figura 1 Modelo ecológico para o estudo da violência

Fonte: Heise et al., 1999

O primeiro nível do modelo refere-se aos elementos da história pessoal e biológica que cada indivíduo traz consigo. O segundo envolve o plano das relações sociais mais próximas, basicamente com parceiro íntimo, conhecidos e familiares, configurando o contexto de relações interpessoais mais imediato das situações de violência. O terceiro nível engloba o contexto social e as instituições, formais e informais, nas quais aquelas relações estão inseridas (vizinhança, trabalho, redes sociais e grupos de pares). O quarto e último nível diz respeito à dimensão social mais ampla, em que as questões mais globais da sociedade, economia e cultura ganham destaque (Heise et al., 2002).

Apesar da ocorrência de VPI ser compreendida na interação dos níveis pessoal, situacional e sociocultural (Heise et al., 2002), o contexto social permanece negligenciado pelos estudiosos da violência de gênero e as tentativas de conceitualização do fenômeno, em sua maioria, carecem de sofisticação teórica (Browning, 2002; Benson et al., 2003).

Apesar de a violência urbana e especialmente a delinquência juvenil terem sido estudadas em suas conexões com pobreza e capital social, poucos estudos sobre violência doméstica foram realizados levando em consideração a influência do contexto no fenômeno. Benson et al. (2003) atribuem a falta de estudos sobre efeitos da vizinhança na violência ao senso comum entre pesquisadores de que efeitos contextuais não penetrariam a esfera doméstica. O autor acredita que desvantagens estruturais da vizinhança estejam relacionadas à violência por parceiro íntimo por razões relativas à organização social e questões culturais.

Há alguns estudos que analisam impacto de fatores comunitários/sociais na violência por parceiro íntimo (VPI) (Vives-Cases, 2007; Raghavan, 2006; McQuestion, 2003; Browning, 2002; Jewkes, 2002; Heise et al., 1999; Koenig et al., 2003; Miles-Doan, 1998; O'Campo et al., 1995).

Em pesquisa realizada por Browning (2002), por exemplo, as redes sociais foram associadas à violência de gênero de duas formas: como uma barreira à VPI através do controle social e como uma possibilidade de saída da violência via apoio social (formal e informal). O primeiro mecanismo pressupõe a influência da comunidade na ocorrência de VPI através da sua habilidade para supervisionar a interação entre os parceiros. A eficácia desse mecanismo depende do grau de rejeição da VPI como forma de resolução de conflitos entre casais. Através da pressão social ou do medo de exclusão por outros membros do grupo, os indivíduos estariam mais propensos a agir em conformidade com comportamentos socialmente aceitos. Da mesma forma, casais socialmente isolados estariam mais inclinados a manter uma relação violenta, à medida que estariam menos expostos ao julgamento público (Agoff et al., 2007) e teriam menos acesso ao apoio da rede social local (Raghavan et al, 2006). Este mecanismo de vigilância pública funcionaria através da eficácia coletiva (Sampson, 1997), uma espécie de

inclinação das pessoas em agir em prol do interesse comum em contextos de alta coesão social ou, segundo Almgren (2005), uma forma de extensão da vontade coletiva às propriedades ecológicas das comunidades. Este conceito será abordado em mais detalhes no item 2.5 deste capítulo.

O segundo mecanismo considerado por Browning (2002) enfatiza o acesso de mulheres a organizações formais e redes sociais pessoais, capazes de prover assistência ou encorajamento para revelação e potencial superação da situação de violência. Essas organizações e redes poderiam também contribuir para fortalecer os sentimentos da mulher de eficácia e competência pessoais (Agoff et al., 2007). Por outro lado, características individuais das mulheres, como a idade, podem afetar as oportunidades de desenvolvimento de vínculos sociais e inserção em redes de amizades que poderiam protegê-las da VPI (Barnett et al., 2009). Além disso, como destaca Agoff et al. (2007), não basta verificar se há presença ou ausência de redes sociais, é necessário também considerar a natureza e a qualidade dos laços sociais disponíveis para as mulheres. Há situações e aspectos das relações sociais que podem aumentar a sua vulnerabilidade individual.

Apesar do alto grau de coesão social, a violência pode permanecer invisível em comunidades em que é aceita como parte natural da vida cotidiana. Nesse tipo de contexto, controle e apoio social podem atuar como barreiras para o fim da VPI, caso enfatizem a aceitabilidade e tolerância a comportamentos abusivos por parte do parceiro íntimo. Há também a possibilidade de que a comunidade seja incapaz ou não esteja inclinada a lidar com assuntos ligados à VPI (Raghavan, 2006). Miles-Doan (1998) também chama a atenção para a importância da coesão social no controle social na vizinhança em relação à contenção da

violência no nível da comunidade. A autora considera que a capacidade de reconhecer os vizinhos e a inclinação em intervir em situações de violência doméstica seriam precondições para a prevenção da VPI. No quadro teórico sobre capital social, essa idéia é reiterada, chamando a atenção para a força dos laços entre as pessoas, que garantiriam a observação das normas através do sentimento de pertencimento ao grupo (Portes 1998). Novamente, é central nessa abordagem entender o conteúdo dessas normas, que podem ser mais ou menos tolerantes em relação a comportamentos pautados em ideais de gênero, sendo que atitudes de gênero conservadoras podem ser fatores de risco para VPI (Jewkes, 2002; Vives-Cases et al., 2007).

De maneira similar aos mecanismos ligados à comunidade, a unidade familiar também se encontraria imbuída do papel de supervisão e controle do comportamento de seus membros. Poderia tanto exercer um papel de tolerância a comportamentos masculinos abusivos, quanto recriminá-los, de acordo com valores e posicionamento em relação a gênero e VPI (Milles-Doan, 1998) e com a organização das hierarquias e estruturas de poder internas à família (Agoff et al., 1997). Familiares ou amigos podem reduzir as chances de violência doméstica, porém se a família for bastante isolada em relação aos demais membros da comunidade, as taxas de VPI tendem a ser maiores (Heise et al., 2002). Resultados de pesquisa qualitativa no México (Agoff et al., 1997) mostraram que os membros da família próxima da mulher usavam abordagens influenciadas por concepções e normas de gênero dominantes, que dificultavam com que reagissem à violência contra a mulher e oferecessem a ajuda necessária para a mulher escapar do problema. A família pode inclusive exercer pressão no sentido de que a mulher continue com o agressor ou mesmo culpá-la pela violência sofrida, reforçando normas que a colocam em

uma posição de obediência e submissão ao parceiro. Além disso, as reações da família da mulher podem ser bastante diferentes daquelas da família do seu parceiro. Membros de ambas as famílias podem também estar direta ou indiretamente envolvidos nas situações de conflito, especialmente em casos onde o casal coabita com os familiares. Mulheres de origens sociais diferentes do parceiro podem ser desqualificadas pela família dele, fazendo com que o homem sintasse justificado para agredir sua parceira e não encontre resistência da família em relação a seu comportamento. Na pesquisa mexicana, as mulheres eram as principais agentes responsáveis pela reprodução das normas tradicionais de gênero, a partir da naturalização da violência e reforço de comportamento submisso pelas mulheres. No entanto, laços sociais mais horizontais e simétricos, com amigos e vizinhos, podem ser protetores em relação à violência no sentido de sua “desnaturalização” (Agoff et al., 2007) ou não aceitação. Os autores argumentam ainda que apenas na ausência dos conflitos de interesse relacionados à distribuição de recursos e poder entre os membros da família e expectativas morais em torno dos comportamentos de cada um deles, ocorreriam trocas baseadas na solidariedade e reconhecimento mútuo seriam possíveis (Agoff et al., 2007: 1217).

Jewkes (2002) aponta a influência da “cultura da violência” - como fator normalizador da violência na vida cotidiana - e de atitudes culturalmente predominantes de reforço da crença na superioridade masculina como dois fatores ideológicos subjacentes que legitimizam e perpetuam a violência contra mulheres. Esses valores definem-se em parte pela contraposição aos sentidos culturalmente construídos do universo simbólico feminino, que enfatizam sensibilidade, cuidado, dependência, fragilidade (Schraiber et al., 2005). Em sentido similar, Ravaghan et al. (2006) apontam valores patriarcais como pilares que sustentam uma visão

idealizada da identidade e status masculinos e poderiam motivar comportamentos agressivos tanto no domínio público como no privado. A ligação da violência na comunidade com a VPI é enfatizada no sentido de seus antecedentes comuns: os valores que reproduzem a idéia da “masculinidade hegemônica” (Connel, 1995). Em relação à violência na comunidade, comportamentos agressivos estariam dirigidos à afirmação dessa identidade de gênero conservadora no contexto social, frente a pares, vizinhos(as), conhecidos(as), colegas de trabalho, familiares da família estendida, etc. Na VPI, o controle masculino seria exercido na relação de intimidade, geralmente na esfera doméstica. Isto não implica necessariamente em uma relação polarizada entre agressor e sua vítima, o primeiro concentrando todos os recursos e instrumentos de poder enquanto a segunda seria essencialmente desprovida e impotente. As relações de gênero são geralmente negociadas no cotidiano e podem envolver arranjos não tão estáveis na duração de um relacionamento. Contudo, a teoria feminista enfatiza a reprodução nas relações de intimidade de valores que sustentam a posição masculina dominante e que podem legitimar ou estimular o uso da violência como instrumento de afirmação da autoridade masculina no espaço doméstico. Conforme aponta Courtenay (2000: 1391), “physical dominance and violence are easily accessible resources for structuring, negotiating and sustaining masculinities, particularly among men who because of their social positioning lack less dangerous means”.

Schraiber et al. (2009) interpretam a VPI como uma reação masculina à perda de autoridade decorrente das mudanças no atributos tradicionais de gênero. Também alterações na ordem socioeconômica poderiam ocasionar situações que motivassem a busca pela reafirmação do poder como, por exemplo, nos casos de perda da posição de provedor por desemprego ou

menor escolaridade do homem. As autoras também colocam a VPI como uma possível tentativa de educação da mulher, tida não como um sujeito pleno com direitos de cidadania, mas como um indivíduo infantilizado, sem condições de subjetividade autônoma.

Em situações de pobreza, acredita-se haver uma pressão social maior sobre os homens para se ajustarem aos ideais de masculinidade dominantes, já que tais contextos seriam caracterizados por obstáculos mais marcados em torno da atualização da masculinidade hegemônica. Vale lembrar com Schraiber et al. (2005) a centralidade do trabalho (ou da sua ausência) na constituição da identidade masculina. As mulheres pobres, por outro lado, seriam prejudicadas por estruturas conservadoras de gênero que as tornariam menos aptas na competição por recursos materiais e simbólicos, dada a sua posição subordinada em relação aos demais membros da família, acarretando em uma posição de maior vulnerabilidade no espaço doméstico (Agoff et al., 2007).

De maneira geral, podemos dizer que as características do contexto social são tidas como fatores bastante importantes na probabilidade de uma mulher sofrer VPI. As atitudes e hierarquias de gênero são centrais na definição de como as redes sociais operam em relação à VPI, isto é, se colocam a mulher em posição mais vulnerável ou mais protegida em relação ao agressor. Por fim, há uma interpretação bastante difundida de que, em contextos de pobreza, os valores de gênero tenderiam a ser mais assimétricos ou conservadores, acarretando em um risco aumentado de VPI para mulheres pobres. Em seguida, faremos uma breve exposição da literatura sobre a relação entre desigualdade social/pobreza no Brasil e violência urbana.

2.3. Violência urbana e desigualdades sociais

A produção nacional em epidemiologia social apresenta alguns trabalhos importantes que enfatizam a relação entre violência urbana e características socioeconômicas da população. Há consenso entre os estudos em relação à associação entre a violência urbana e indicadores de pobreza, baixo nível educacional e falta de acesso a suportes institucionais.

A violência urbana é dirigida aos homens e ocorre principalmente no espaço público. É praticada por outros homens não pertencentes ao círculo familiar, destacando-se estranhos (Schraiber et al., 2005; Krug et al., 2002, Santos, 2002). No Brasil, de 1980 a 1988, ocorreram 168.518 homicídios, sendo que em 90,9% dos casos, as vítimas eram homens (Peres, 2004). Souza & Lima (2007) confirmam a tendência em anos recentes de concentração das taxas de homicídios na população masculina, particularmente entre jovens e negros. Em uma das poucas pesquisas que investigou especificamente os homicídios de mulheres, Portella (2008) encontrou também maiores taxas entre mulheres negras e jovens (entre 20 e 29 anos). Segundo Souza & Lima (2007: 1217) “há indicações de que a distribuição desigual de riquezas e recursos sociais (educação, saúde, saneamento) entre brancos e negros no Brasil, acaba por provocar desigualdade na distribuição da morte violenta”.

De maneira geral, a magnitude das taxas de homicídios no Brasil é surpreendentemente alta, encontrando-se entre as maiores do continente americano. Em 2002, o Brasil mostrava taxas de homicídio de 72,5 por 100 mil habitantes. Países da Europa Ocidental apresentam taxas em torno de 3 mortes intencionais por 100 mil habitantes e os Estados Unidos, taxas de 5 a 6 homicídios por 100 mil habitantes (Souza & Lima, 2007).

Gawryszewski et al. (2005) testaram a associação entre taxas de homicídio e indicadores socioeconômicos e de saúde em São Paulo, encontrando associação significativa entre renda média mensal (negativa) e proporção de adolescentes não freqüentando a escola (positiva).

De Lima et al. (2002) estudaram a distribuição dos homicídios de homens entre 15 e 49 anos no Estado de Pernambuco entre os anos de 1980 e 1998. Detectaram o alastramento da violência da capital para outras municipalidades da grande Recife, enfatizando para ambos a alta magnitude da violência por armas de fogo.

Barata et al. (1999) estudaram as correlações entre taxas de homicídio de adolescentes e adultos jovens, por sexo, em São Paulo no ano de 1995. Agruparam os 96 distritos da cidade em cinco estratos segundo características socioeconômicas. Encontraram altas taxas de homicídio para homens e mulheres, mas destacaram a elevada magnitude no caso dos homens. Verificaram também forte correlação negativa entre as taxas de homicídio e as características socioeconômicas.

Fatores associados à violência urbana incluem desigualdades sociais, desemprego, segregação urbana, cultura de masculinidade, mercados locais dedicados ao tráfico de drogas, disponibilidade de armas de fogo e uso generalizado de álcool (Briceño-León et al., 2008). Na América Latina, os países que apresentam altas taxas de homicídios são aqueles em que a proporção de população em áreas urbanas é maior, assim como os indicadores de pobreza: Colômbia, El Salvador, Honduras, Venezuela e Brasil. Apesar disso, bem recentemente tem-se verificado o aumento das taxas fora dos centros urbanos, provavelmente ligada aos movimentos das redes de tráfico de drogas, armas e pessoas (Waiselfisz, 2007).

No intuito de iluminar a reflexão acerca das condições sociais que favoreceram a concentração de altas taxas de violência em áreas desfavorecidas de grandes centros urbanos brasileiros, lançaremos mão de estudo realizado por Adorno (2002) sobre exclusão socioeconômica e violência urbana.

Adorno localiza as origens da desigualdade no Brasil no contexto de substituições das exportações brasileiras durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Esta política foi impulsionada por amplos subsídios estatais e caracterizada por forte regulamentação das atividades econômicas e vigoroso protecionismo das indústrias nacionais. O modelo de intervenção implantado pelo governo autoritário brasileiro na década de 1970 produziu elevado crescimento econômico, aprofundando a inserção do país no capitalismo global e, conseqüentemente, disseminando o modo de funcionamento capitalista na sociedade. Esse movimento possibilitou a ampla modernização da infra-estrutura tecnológica e urbana, além de abrir espaço para o surgimento de massas sociais organizadas no cenário político, sob a forma de sindicatos e organizações profissionais. O processo de urbanização ocasionou também o surgimento de um crescente potencial eleitoral, abrindo vias para a redemocratização do país. Contudo, já no início da década de 1980 até meados da década de 1990, o futuro promissor da economia brasileira começou a ser colocado em xeque pelo esgotamento do modelo de substituição das exportações. Instalou-se então um período marcado pelo baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação.

Os governos civis, após 1984, aderiram ao modelo neoliberal proposto pelas agências internacionais e pautado em amplos programas de privatização e abertura da economia brasileira ao mercado global. O crescimento econômico e social advindos desse novo modelo

foi responsável por mudanças profundas no perfil e dinâmica da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que o parque industrial e tecnológico foi alvo de importantes processos de modernização, como o crescimento de serviços informatizados, avanços democráticos fizeram-se presentes no cenário político nacional. Esse processo de modernização, porém, não derrubou os padrões de concentração de riqueza e desigualdade social, que permaneceram similares aos vigentes nas últimas quatro décadas.

“Conforme aponta Coutinho (2003), o Brasil é um país historicamente excludente. As políticas sociais implantadas em nosso país nunca foram suficientemente abrangentes para garantir o acesso de todos os cidadãos ao emprego, saúde, educação, cultura e lazer. Essa questão agravou-se nos últimos 20 anos, com a redução do papel do Estado como agente regulador da economia e do bem-estar social” (Diogo & Coutinho, 2006).

A sociedade brasileira tornou-se mais densa e complexa após as mudanças estruturais a que foi submetida. Esse processo se desenrolou nas relações intersubjetivas entre as classes, nas lutas sociais pelo reconhecimento de identidades e direitos, na inconformidade com a persistência de problemas sociais, em especial, a violência. Entretanto, apesar da construção de uma sociedade mais reivindicativa e participativa, “a desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesmo em que a sociedade tornou-se mais densa e mais complexa” (Adorno, 2002: 87).

Paradoxalmente, o momento em que a sociedade civil tornou-se mais organizada correspondeu a uma acentuação dos conflitos sociais. Assim, o Brasil vem enfrentando nas duas últimas décadas o crescimento das taxas de violência em distintas modalidades. Adorno classifica essa tendência em quatro vertentes: 1) aumento da delinquência urbana, especialmente os crimes

contra a propriedade privada (roubo e seqüestros) e homicídios intencionais; 2) fortalecimento do crime organizado ligados ao tráfico de armas e drogas; 3) violações sistemáticas de direitos humanos, com destaque à violência policial (mortes causadas por policiais em confrontos civis e tortura); 4) aumento do número de conflitos nas relações interpessoais e intersubjetivas (linchamentos, execuções sumárias por grupos de extermínio, esquadrão da morte e chacinas).

Nesse cenário – e particularmente devido à emergência e estruturação do narcotráfico na periferia das grandes metrópoles – ocorreram profundas transformações nas formas tradicionais de sociabilidade entre as classes populares, ao mesmo tempo em que se viu disseminado o medo entre as camadas médias urbanas. O poder público, incapaz de assegurar a ordem e fazer cumprir a lei na extensão completa do território, viu-se como alvo do descrédito coletivo, alimentando assim o sentimento de medo e insegurança nas grandes cidades brasileiras. O Estado brasileiro teve dificuldades em enfrentar essa nova dinâmica do crime e combater sua disseminação, criando oportunidades para o crescimento, consolidação e organização das redes criminosas. O crime passou a se organizar em moldes empresariais, conectando-se a células transnacionais e dificultando seu controle e repressão em termos nacionais. Adorno destaca entre as conseqüências desse novo arranjo do crime: 1) o uso excessivo da violência com incremento do potencial de fogo; 2) corrupção sistemática de agentes do poder público; 3) desorganização do tecido social e das formas convencionais de controle social.

Enquanto o crime tornou-se territorialmente mais abrangente, bem aparelhado e articulado, o Estado não empreendeu mudanças significativas no sistema de justiça que opera atualmente de modo similar ao que fazia há três décadas.

A ineficácia do Estado em garantir a segurança, a lei e os direitos de seus cidadãos é também afirmada por outros autores (Caldeiras 2000; Zaluar, 1985; Soares, 2005). Tanto Caldeiras como Adorno apontam o crescimento da indústria de segurança privada a serviço das camadas médias como resultado da crise no sistema de segurança pública e da impunidade penal. Nesse sentido, em cidades como São Paulo, as classes médias também contribuiriam para o processo de segregação residencial através da formação de condomínios fechados de alta renda (Torres, 2004) e outras formas de isolamento espacial.

No caso das camadas populares, essa “proteção” contra a violência, seria segundo Adorno, garantida por traficantes locais. Soares et al. (2005) tendem a considerar essa imagem dos traficantes como agentes da construção de redes de suporte comunitário local como uma noção ultrapassada. De acordo com os autores, essas redes de traficantes tornaram-se mais intrincadas no passado recente. A competitividade entre facções rivais cresceu muito na última década, deixando os moradores das comunidades em que se situam as células criminosas numa posição subjugada frente ao poder de fogo dos agentes do tráfico. Soares et al. (2005) consideram que os moradores viveriam em um estado constante de tensão, tendo seus domicílios invadidos e usados como proteção contra a polícia. Talvez essa seja uma das razões pelas quais o medo que antes se concentrava nas áreas mais ricas de cidades como São Paulo (Sposatti, 2000), passa a dominar também as regiões mais desfavorecidas dos grandes centros urbanos (Adorno, 2002).

Segundo Costa (2000): “a violência, além de responder aos processos estruturais, também se nutre de especificidades, das fragmentações locais, moleculares. Esse processo acompanhou a desagregação e transformação dos laços sociais e culturais, transformações na estrutura de

emprego, nos benefícios sociais, entre outras alterações”. Santos (2002) reforça essa perspectiva, enfatizando o papel das características das regiões estudadas, a pobreza e a exclusão social como fatores que influenciam a ocorrência da violência. Além dessa violência urbana de base interpessoal, concentram-se também nas regiões mais desfavorecidas do Município de São Paulo crimes envolvendo graves violações de direitos humanos: violência policial, linchamentos e execuções sumárias (Ruotti et al., 2009). Em estudo usando dados para São Paulo, Ruotti et al. (2009) encontraram correlações significativas entre crimes de violação de direitos humanos e: número de moradores por domicílio permanente, número de moradores de favelas/domicílios subnormais, renda média do responsável por domicílio permanente, proporção de responsáveis pelo domicílio sem instrução ou com até três anos de estudo e número de mães adolescentes. Os autores concluem: “No caso do município de São Paulo, é emblemática a dificuldade de efetiva promoção de cidadania no cotidiano da população em virtude da perpetuação de um ciclo de violência e de desigualdades sociais e econômicas” (Ruotti et al., 2008: 538).

Assim como Adorno (2002), Briceño-Leon (2002) localiza as raízes da violência no empobrecimento de largos setores da população, processo que teve início na década de 1980 e criou condições de exclusão educacional e laboral. O autor atribui as causas da violência às altas expectativas de consumo dos jovens, que recorreriam à violência e ao uso das armas de fogo como meio de alcançar seus ideais de masculinidade e conseguir recursos econômicos para satisfazer suas aspirações. Essa perspectiva da motivação consumista é compartilhada por Zaluar (1985) e Soares (2005).

A Figura 2. ilustra a desigualdade na distribuição das taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos distritos censitários no Município de São Paulo.

Figura 2 Taxa de mortalidade por homicídio 100 mil habitantes nos distritos de São Paulo

Fonte: PROAIM 2006
Secretaria Municipal de Planejamento
Depto de Estatística e Produção de Informação

Nos trabalhos consultados, verifica-se a pouca importância conferida à violência de gênero. Provavelmente, a escalada nos níveis de desigualdade social e o aumento da violência no país, a partir da década de 1980 (Briceño-Leon, 2002; Adorno, 2002; Costa, 2000) contribuíram para o

direcionamento das atenções ao tema da violência urbana e, mais especificamente à criminalidade urbana. Além disso, como reforçamos na hipótese do presente estudo, a invisibilidade da violência contra mulher, pela sua natureza marcadamente doméstica, reforça sua limitada inserção no campo de produção teórica sobre as violências (Schraiber et al., 1999).

2.4. Teorias sobre violência e contexto social

As teorias norte-americanas ligando pobreza à violência tiveram originalmente um forte viés racial, associando a ocorrência de violência interpessoal a uma espécie de subcultura da violência, comum entre os afro-americanos, devido a uma herança histórica que aceitaria os impulsos e atos violentos como um estilo de vida. No final dos anos 1980, porém, a teoria da desorganização social incorporou a segregação racial e concentração de pobreza como fatores explicativos da violência interpessoal (Almgren, 2005). Finalmente, em estudo multinível sobre a ocorrência de crimes violentos em Chicago, Sampson et al. (1997) demonstraram que são desvantagens estruturais concentradas e não raça *per se* o fator explicativo chave das diferenças entre os níveis de eficácia coletiva e taxas de crimes nas vizinhanças da cidade.

A teoria da desorganização social vê as altas taxas de crimes e homicídios como reflexos de desvantagens estruturais como a pobreza, mas que dependem, na sua regulação, de um mecanismo denominado eficácia coletiva. A eficácia coletiva seria um mecanismo de controle social informal responsável pela manutenção da organização social local através de redes interpessoais em que prevalecem laços de confiança mútua e solidariedade (Almgren, 2005). Sampson et al. (1997) atribuem à eficácia coletiva - definida como coesão social entre vizinhos com inclinação em intervir em prol do bem comum - a capacidade de reduzir a violência na comunidade. A capacidade de vizinhos de controlar processos no nível coletivo e sinais visíveis de desordem social seria uma peça chave no controle/redução das oportunidades de crimes interpessoais (Sampson et al., 1997). Eficácia coletiva baixa em comunidades socialmente desorganizadas significaria vizinhanças em que as pessoas estariam relativamente isoladas

umas das outras e incapazes de desenvolver e exercer controle social no nível coletivo (Raghavan et al., 2006). Mais precisamente, a teoria da desorganização social vê status socioeconômico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial, rupturas familiares e urbanização como causas de desorganização social, que favoreceria a ocorrência de crimes e delinquência. Uma comunidade socialmente desorganizada seria incapaz de afirmar os valores comuns de seus membros e manter mecanismos de controle social (Sampson, & Groves, 1989). Haveria uma espécie de “paisagem cognitiva” condicionada pelo contexto comunitário e que poderia potencialmente reforçar e encorajar comportamentos criminosos (Sampson & Wilson, 1995). Comunidades mais pobres, marcadas por falta recursos, estariam mais propensas a serem socialmente desorganizadas. A mobilidade residencial dificultaria a formação de redes sociais coesas, pois representaria uma barreira para o desenvolvimento de redes de amizade, manutenção dos laços de parentesco e laços associativos formais. Para Chicago, Sampson et al. (1997) concluem que a associação entre desvantagens socioeconômicas concentradas, instabilidade residencial e violência é fortemente mediada pela eficácia coletiva. A concentração de imigrantes seria uma barreira para a construção de eficácia coletiva devido à heterogeneidade étnica e lingüística da vizinhança que poderia impedir que residentes desenvolvessem valores comuns e consolidassem mecanismos de controle social informal, conforme esses autores.

A teoria da subcultura da violência sustenta que, entre certos grupos, há o predomínio de sistemas de valores não enfatizados na cultura dominante, mas que apóiam o uso de violência e outros comportamentos desviantes como o machismo. Isto poderia influenciar na associação entre proximidade ecológica da violência e maior probabilidade de vitimização, conforme

mostra estudo feito no Reino Unido e País de Gales por Sampson & Lauritsen (1990). Nesse estudo os autores expõem o “princípio da homogamia” da teoria da rotina no estilo-de-vida, que sustenta que a influência de fatores demográficos na vitimização está ligada à maior probabilidade de associações com transgressores relativamente a pessoas que vivem em vizinhanças com baixos índices de criminalidade. Em relação à VPI, estudo de McQuestion et al. (2003) encontrou maior probabilidade de sofrer VPI em áreas com maiores taxas de VPI, mesmo após controlar por variáveis individuais.

Segundo a teoria da rotina no estilo de vida, a ocorrência de crimes dependeria da convergência no tempo e espaço de um indivíduo com motivações para perpetrar o crime, um alvo disponível e a ausência de um guardião capaz (Browning, 2002; Mustaine, 1999). No caso das mulheres, serem percebidas como um alvo disponível poderia ser um fator influenciado pela leitura masculina da vulnerabilidade feminina (Mustaine, 1999). Como um mecanismo de controle social, as vizinhanças seriam diferencialmente capazes de providenciar a “guarda” necessária para regularem atividades criminosas locais e potencialmente também a VPI.

A teoria do contágio social sugere que idéias e comportamentos ligados à violência são transmitidos no ambiente social. As vizinhanças desenvolveriam suas próprias normas relativas à violência e baseadas em códigos de rua de justiça e aprovação social de comportamentos violentos. Estas normas ofereceriam poucas formas alternativas de resolução de conflitos (Bogat et al., 2005). Entretanto, em estudo sobre a influência da violência de base comunitária na saúde mental de mulheres que viveram VPI, Bogat et al. (2005) não encontraram associação entre violência na comunidade e violência doméstica. Raghavan et al. (2006) analisaram os efeitos da exposição de mulheres à violência de base comunitária e ao uso de álcool e drogas

na probabilidade de VPI. Neste estudo, desvantagens da vizinhança foram definidas como pobreza, desemprego e mobilidade residencial. As autoras afirmam que a violência que ocorre fora das relações de intimidade seria marcada pela afirmação do controle masculino no ambiente social geral, enquanto a VPI seria caracterizada pela manutenção do controle masculino nas “relações românticas”. Nesse sentido, haveria uma permeabilidade da esfera doméstica às normas predominantes no espaço público, no sentido da aceitação do uso da violência em ambiente doméstico em vizinhanças onde o recurso à violência no espaço público é comum. Os resultados desta pesquisa mostraram que mulheres que usavam álcool ou drogas estavam mais expostas à violência de base comunitária, o que aumentava seu risco de sofrer VPI. Devido a limites no desenho do estudo, estes achados devem ser tratados como resultados exploratórios.

Por outro lado, O’Campo et al. (1995) não encontraram associação entre taxas de crime per capita e VPI, apesar da importância de variáveis contextuais no seu modelo multinível para VPI com dados de Baltimore.

Usando dados de Chicago, Browning (2002) testou aplicabilidade da teoria da organização social para a VPI. Seus resultados não mostraram associações significativas entre homicídios por parceiro íntimo e estabilidade residencial/concentração de imigrantes na vizinhança. Porém, o autor encontrou forte associação entre eficácia coletiva como fator protetor e homicídio por parceiro íntimo, VPI grave e a mulher contar sobre a violência para potenciais fontes de apoio. Apesar de desvantagens na vizinhança no nível contextual estarem fortemente associadas com homicídios por parceiro íntimo, essas associações não foram encontradas no nível individual após controlar por variáveis da história pessoal.

Apesar dos esforços realizados no sentido de compreender a influência do contexto, e especificamente da violência urbana, na probabilidade de VPI, os estudos encontrados ainda não foram capazes de fornecer recursos suficientes para elaboração de um quadro teórico mais específico. Aparentemente, o contexto é importante para o risco individual de uma mulher sofrer VPI, porém há poucas evidências sobre como esse contexto influencia os processos subjacentes que instauram ou reforçam condições para comportamento violento no espaço doméstico.

2.5. Capital social e redes de apoio

Este item tem como objetivo esclarecer origens e usos da teoria sobre capital social e conceitos correlatos. Estas teorias são importantes para o presente estudo à medida que lançam luz sobre as dinâmicas das relações e redes sociais e seu campo de aplicação nos estudos sobre violência.

Durante as últimas duas décadas e principalmente nos anos 1990, o conceito de capital social vem sendo largamente utilizado em publicações de organismos internacionais e revistas científicas. Apesar de sua formalização ter se dado mais recentemente, a idéia de capital social abrange uma série de conceitos advindos das Ciências Sociais e recorre a noções fundadoras do campo (Portes, 1998; Woolcock & Narayan, 2000).

Desde as primeiras teorias sociais, as relações sociais constituíram-se em um dos principais focos de interesse teórico. Nos anos 1950 e 1960, a ruptura com normas e valores das relações sociais tradicionais era percebida como uma pré-condição para o progresso. Nos anos 1970, aspectos negativos do capitalismo e as relações entre elites políticas e corporativas foram trazidos à luz e responsabilizados pela crescente exploração da classe trabalhadora. Essas idéias originaram uma visão muito positiva, senão idealista, de comunidades locais como entidades auto-suficientes e auto-sustentáveis, capazes de resistir aos interesses tidos como intrinsecamente maléficos do sistema capitalista.

Entretanto, a partir dos anos 1980 e 1990, um corpo mais sistemático de teorias começou a ser elaborado dentro de uma perspectiva multidisciplinar (Woolcock & Narayan, 2000). O crescente debate sobre redes sociais, suporte social e capital social é tributário de abordagens

precedentes, mas tem ganhado complexidade à medida que grades teóricas e metodológicas mais integradas foram sendo elaboradas e dirigidas a novos objetos de estudo (Portes, 1998; Harpham, 2002). Entretanto, como sintetiza Reis (2003), trata-se de “(...) uma agenda de pesquisa certamente promissora, mas patentemente ‘imatura’, do ponto de vista tanto da operacionalização empírica da teoria quanto mesmo da especificação analítica precisa do significado de suas categorias centrais”.

Capital social pode ser definido, de maneira bastante concisa, como as normas e redes que fornecem às pessoas os meios, conhecimentos e oportunidades para a ação coletiva. Essa definição enfatiza a construção do capital social como um processo interativo e sugere que diferentes comunidades podem acumular níveis diferenciados de capital social.

As comunidades são a principal unidade de análise no quadro teórico sobre capital social, porém é importante também considerar que os níveis de capital social acumulado variam de acordo com o indivíduo, família e domicílios em cada comunidade. O nível político, relacionado ao Estado e governo, é incluído na noção de capital social no sentido da dependência estrutural das comunidades em relação às políticas públicas (Woolcock & Narayan 2000: 226).

Diferentes aspectos das organizações e processos sociais participam da noção de capital social e foram integrados nesse único conceito como uma forma de chamar atenção para a importância desses aspectos da vida social na formulação de políticas voltadas ao combate da pobreza. Apesar disso, na sua conformação empírica, capital social é geralmente desmembrado em múltiplas dimensões, permitindo uma compreensão mais específica dos diversos aspectos que configuram a vida social das comunidades.

Krishna & Shrader (2002) apontam a existência de dois domínios distintos que compõe a noção de capital social: estrutural e cognitivo (Figura 3). Enquanto a dimensão estrutural facilitaria as ações coletivas, os elementos cognitivos predisporiam tais ações.

Figura 3 Elementos componentes da dimensão estrutural e cognitiva do capital social

Porém, uma distinção importante a ser feita refere-se aos elementos geradores e os resultantes do capital social (Portes, 1998). As relações sociais são o meio através do qual as pessoas obtêm capital social, mas relacionar-se socialmente não é suficiente para acumular capital social. Há mecanismos específicos que reforçam os laços entre as pessoas e as tornam parte de uma rede social. A Figura 4, baseada em trabalho de revisão de Portes (1998), descreve origens e conseqüências do capital social, enfatizando não apenas as conseqüências positivas, como também as negativas.

Figura 4 Transações mediadas pelo capital social

Fonte: Portes, 1998

Essa descrição esquemática mostra, a partir de uma perspectiva individual, os mecanismos através dos quais o capital social funciona. A partir da análise da literatura sobre o tema, Portes (1998) identificou três funções atribuídas ao capital social:

- 1) **Controle social** refere-se a normas e atitudes compartilhadas na comunidade que podem influenciar ou condicionar comportamentos de acordo com sua aceitação pelos membros da rede social. A força dos laços sociais entre as pessoas garantiria a observação das normas através da identificação e sentimento de pertencimento de cada um em relação a seu próprio grupo, resultando em sentimentos de solidariedade e confiança. Este mecanismo depende do reconhecimento coletivo das normas

partilhadas e não necessita de uma rede formal para garantir seu funcionamento. Esta abordagem sobre o capital social é bastante usada nos estudos sobre violência e é usualmente denominada eficácia coletiva. Este aspecto será retomado adiante.

- 2) O **apoio familiar** seria a segunda função do capital social. Putnam (1995) refere-se à família como a mais fundamental das formas de capital social. A literatura sobre apoio familiar tem enfatizado largamente o status marital dos pais e seu efeito nas crianças. A maioria dos estudos concentra-se no papel da estrutura familiar na determinação de conseqüências positivas para os jovens (Portes, 1998). Porém, o apoio familiar não apenas se restringe a recursos educacionais direcionados às crianças. Tanto a família nuclear como a estendida podem se constituir em redes importantes e prontamente disponíveis de ajuda a indivíduos em situações problemáticas ou de crise (Woolcock & Narayan, 2000).
- 3) A **rede extra familiar** pode também prover acesso a benefícios e oportunidades através de relações sociais. Essas redes podem ser tanto formais como informais. As primeiras são constituídas por amigos, conhecidos, vizinhos e colegas. A segunda envolve a participação em grupos, organizações ou associações. Apesar da diferença na natureza do engajamento em cada um desses tipos de rede, ambas podem ter um papel importante em influenciar atitudes e comportamentos individuais e oferecer suporte em situações difíceis.

Harpham et al. (2002) incluem duas outras dimensões na definição de capital social proposta por Krishna and Shrader's (2002): a primeira ligada à função do capital social de agregar os

indivíduos (coesão social) e a segunda, a de fazer a ponte entre diferentes grupos. Os autores reconhecem que as relações sociais não acontecem apenas no interior de grupos, mas também podem conectar outras comunidades e grupos. Enquanto o capital social de coesão (bonding social capital) refere-se à rede social intra-comunidade, o capital social que conecta grupos transcende o nível local e pode abrir oportunidades para os indivíduos expandirem suas redes sociais (Harpham et al., 2002). A Figura 5 apresenta os quatro aspectos do capital social apontados por Harpham e suas respectivas funções.

Figura 5 Aspectos e respectivas funções do social capital

Redes sociais também são classificadas de acordo com a natureza dos laços entre seus membros. Na sua revisão de pesquisas sobre capital social no campo da saúde pública, Kunitz (2004) chama a atenção para a distinção entre grupos primários e secundários. Grupos

primários seriam aqueles compostos pela rede social informal e os secundários, aqueles em que relações sociais formais são mantidas pelos indivíduos. Na maioria dos estudos em saúde pública, ambos os níveis são vistos como geradores de conseqüências benéficas. Marques (2007) chama a atenção para os efeitos de “homofilia” nas redes pessoais, que seria a tendência dos indivíduos a se relacionar e manter contatos mais freqüentes com indivíduos com quem partilham atributos sociais como o status socioeconômico e lugar de moradia.

Em seu estudo sobre as possibilidades teóricas do conceito de capital social, Reis (2003), partindo da distinção de Putnam, chama a atenção para a necessidade de uma composição democrática para que haja o controle social. Putnam (1997) argumenta que, em um contexto em que prevalece um arranjo democrático, a escolha por um ato que desagrade ou afronte a opinião geral pode se tornar oneroso para o indivíduo em termos de sua aceitação social pelo grupo. Esse equilíbrio, porém, requereria uma manutenção constante pelo grupo, já que pressupõe que os atores abdicuem de recompensas individuais imediatas que seriam obtidas se ignorassem “estratégia cooperativa”. Ou, segundo, Reis (2003: 38), “a cooperação universal é, na melhor das hipóteses, um equilíbrio condicional”. O problema dessa perspectiva, ao considerarmos a abordagem de Reis e Putnam, reside no pressuposto de que os atores são agentes racionais, com conhecimento pleno das condições em que negociam, e que baseiam suas decisões em medidas relativamente universais de custo e benefício.

Além disso, freqüentemente capital social é tido apenas como um mecanismo gerador de benefícios, sem que seja considerado seu potencial negativo. Essa perspectiva é comum entre alguns dos autores clássicos do campo como Putnam (1995) ou Coleman (1990), que tendem a reforçar a idéia de capital social como instância produtiva e voltada à realização de objetivos

(Reis, 2003). Apesar da ênfase nos aspectos positivos do capital social, pessoas, grupos e instituições podem também facilitar ou incentivar a perpetuação de situações de crise, reproduzindo e reforçando valores e condições que dão origem e sustentam tais situações.

Briggs (2001) faz uma distinção entre os usos da idéia de capital social, apontando quatro interpretações do conceito: 1) capital social como engajamento cívico e conexão/proximidade interpessoal; 2) capital social como eficácia coletiva no exercício de controle social; 3) capital social como um recurso para solução de problemas individuais; e 4) capital social como um recurso para solução de problemas coletivos e fonte de capacidade coletiva (“community capacity”). O primeiro uso enfatiza a vida associativa e política da comunidade. O segundo destaca o controle social informal criado a partir da coesão social em uma comunidade. O terceiro aborda o conceito da perspectiva da solução de problemas individuais. O quarto uso parte da perspectiva da solução de problemas coletivos e interpreta capital social como uma fonte de capacidade coletiva (“community capacity”).

O segundo uso do conceito é central na teoria da desorganização social. Capital social da perspectiva da eficácia coletiva pode ser definido como coesão social e laços de confiança mútua entre os membros de uma comunidade que configuram expectativas de cooperação e promovem controle informal do espaço coletivo.

A teoria da desorganização social (Sampson & Groves, 1989; Sampson & Laub, 1990; Browning, 2002; Raghavan et al., 2006) utiliza o conceito de eficácia coletiva na abordagem dos mecanismos de controle da violência. Uma comunidade socialmente organizada teria um alto grau de coesão social, com redes sociais densas e participação em organizações formais. Estas

características aumentariam a capacidade do grupo de praticar um controle social informal, diminuindo a probabilidade de ocorrência de crimes ou comportamentos violentos.

Como já mencionado, Sampson et al. (1997) mostram a importância da eficácia coletiva na probabilidade de violência. A partir dos resultados dessa pesquisa, os autores sugerem a insuficiência de redes densas de laços interpessoais e organizacionais, reforçando a importância do controle social informal para o controle da violência. Morenoff et al. (2001) reforçam essa conclusão, afirmando que as organizações locais, associações voluntárias, e redes de amizade e parentesco apenas parecem ser importantes à medida que promovem a eficácia coletiva entre os residentes da vizinhança no sentido de maior controle e coesão social. O que importa não é apenas o quão conectados indivíduos e grupos estão, mas sim a capacidade de estruturas informais de regular comportamentos. Nesse sentido, o foco das pesquisas tem se deslocado da questão geral da importância do capital social e se concentrado mais em como e por que redes sociais influenciam determinadas questões relevantes para a sociedade.

Em estudo longitudinal sobre capital social e violência nos Estados Unidos, Galea et al. (2002) analisaram dados sobre homicídios e sua associação com a percepção de confiança coletiva e participação voluntária em associações. Os autores encontraram uma relação não linear e dinâmica entre as variáveis e concluíram que modelos analíticos mais complexos seriam necessários na análise.

Alguns estudos sobre VPI abordaram dimensões do capital social, apesar de não necessariamente fazerem um uso explícito do conceito. Por exemplo, Benson et al. (2003), Browning (2002) Ravaghan et al. (2006) e Dekeseredy et al. (2003) utilizaram a teoria da desorganização social no estudo da VPI, enquanto Agoff et al. (2007) analisaram a importância

das redes familiares na ocorrência de VPI. Porém, verifica-se que apesar da popularidade do conceito em várias áreas da pesquisa social, poucos estudos sobre VPI têm como foco a compreensão dos mecanismos através dos quais as diversas dimensões do capital social podem influenciar na ocorrência de violência doméstica. Essa invisibilidade do tema pode ser atribuída ao fato de que a maioria dos estudos sobre capital social ignora as relações que acontecem dentro da unidade doméstica e apenas se interessa pelo que se passa no espaço da rua (Harpham et al., 2002: 110).

2.6. Análise multinível

Neste tópico, foram discutidas as vantagens da análise multinível e justificada a seleção desta técnica para o processamento dos dados no presente estudo.

O'Campo et al. (1997) destacam as vantagens da abordagem multinível que, ao incluir dados tanto no nível individual como contextual, alinha-se mais coerentemente às teorias sociais que as formas tradicionais de análise, como a regressão logística convencional. Além disso, ao fazer a ponte entre os níveis micro e macro de análise, amplia as possibilidades de compreensão de como os fatores contextuais se traduzem em diferenças de risco individual. Por último, a análise multinível pode eliminar potenciais fatores de confusão em modelos processados exclusivamente no nível individual, nos quais fatores relativos ao nível macro são omitidos.

De acordo com Pallitto & O'Campo (2005: 2208), o uso de modelos multinível em pesquisas sociais implica no reconhecimento da heterogeneidade entre comunidades e faz uso do agrupamento natural de grupos populacionais para explicar a variação nas variáveis desfecho. Essa abordagem pode ser usada para explicar a violação do pressuposto de independência na análise multivariada, quando as observações não são realmente independentes e estão ligadas à(s) característica(s) definidas pelo pertencimento a um grupo. Se for encontrada correlação intraclasse positiva, isso significa que o pressuposto de independência entre as observações foi violado e, portanto, estamos lidando com dados naturalmente agregados. A força da correlação intraclasse determina quantas observações independentes realmente existem (Kreft & de Leeuw, 1998).

O'Campo et al. (1995) destacam ainda que os pressupostos da análise contextual não residam apenas na influência de fatores relativos ao ambiente no risco individual, mas estão também

baseados na idéia de que pessoas que vivem em um mesmo contexto compartilham mais características entre si que relativamente a indivíduos externos ao mesmo contexto.

Cubbin et al. (2000) apontam o crescente campo de pesquisa que busca diferenciar o risco individual de fontes de risco sociais mais amplas, ressaltando que há bastante evidência no sentido das características do contexto serem mais que *proxies* para soma de fatores individuais. Os autores sugerem que pessoas e lugares devem constituir o foco das análises, ao invés da atenção exclusiva ao nível individual.

Sendo o objetivo deste estudo verificar a influência de determinadas características do contexto na probabilidade das mulheres sofrerem violência, optamos pela análise multinível para podermos testar se havia dependência entre as observações em um mesmo conglomerado, isto é, se há variação na probabilidade de VPI entre as diversas vizinhanças estudadas.

Parte 3: Metodologia

3. 1. Desenho do estudo

Esta pesquisa é uma análise multinível, utilizando como base territorial o Município de São Paulo. O estudo utiliza-se do desenho de múltiplos grupos e as unidades de análise são os setores censitários do Município de São Paulo, com amostra representativa de mulheres vivendo nesses contextos.

A maior parte dos estudos voltados à análise de fatores associados à VPI utiliza-se da regressão logística convencional, considerando as variáveis como medidas individuais (O’Campo et al., 1995). Utilizamos técnicas de modelagem multinível nesta investigação, pois queremos entender em que medida fatores contextuais relativos à vizinhança afetam o risco das mulheres de sofrer violência pelo parceiro íntimo.

Da perspectiva teórica, interessa-nos saber, utilizando-se do modelo ecológico de Heise (1999), como os diversos níveis ecológicos – o nível individual, relacional e comunitário – influenciam a ocorrência de VPI contra a mulher. No quadro analítico utilizado neste estudo, o nível da comunidade foi representado pelos indicadores socioeconômicos, capital social e violência na comunidade, sendo que as variáveis relativas a esse bloco foram inseridas no modelo como medidas agregadas. O nível relacional foi abordado a partir dos comportamentos e atitudes do parceiro e da mulher (tomados no nível individual da entrevistada). O nível individual foi abordado a partir das variáveis relativas à mulher e seu parceiro, descritas na Figura 6,

Figura 6 Quadro teórico-metodológico

Foram utilizados três bancos de dados para o desenvolvimento deste estudo: da pesquisa multipaíses da OMS, do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o do Programa de Aperfeiçoamento das Informações de Mortalidade (PROAIM).

O uso de bancos de dados diferentes para obtenção das medidas agregadas busca contornar o problema de viés que poderia ocorrer se os dados das mesmas mulheres fossem inseridos no modelo em ambos os níveis (individual e contextual) (Pallitto & O'Campo, 2005).

Os bancos de dados selecionados para o estudo estão descritos em mais detalhes nas seções seguintes.

3. 2. Fonte dos dados

3. 2.1. Banco de dados da pesquisa populacional multipaíses da OMS

Amostra

A pesquisa “WHO-multicountry study on violence against women” foi um estudo quantitativo transversal (Schraiber et al., 2005), desenhado com amostras construídas para serem representativas das mulheres de 15 a 49 anos, residentes na cidade de São Paulo (SP) e na Zona da Mata de Pernambuco (ZMP), excluídos os municípios da região metropolitana do Recife. O presente estudo utiliza apenas os dados coletados no Município de São Paulo em inquérito domiciliar realizado no período 2000 - 2001.

A amostra do banco da pesquisa multipaíses da OMS foi desenhada através da técnica de amostra mestra (Silva, 2003). Empregou-se a estratégia amostral por conglomerados em múltiplos estágios. Em São Paulo, a seleção das unidades amostrais deu-se em três estágios, com probabilidade proporcional ao tamanho (PPT): o primeiro consistiu do sorteio de 72 setores censitários (Figura 7) a partir da matriz probabilística de 263 setores elaborada pelo IBGE para a realização da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) em 1995. Os setores foram ordenados segundo a proporção de chefes de família com escolaridade inferior a um ano e, a partir desta relação, sorteados sistematicamente. Quarenta deles tiveram seus croquis atualizados com o cadastro do PNAD 1999. No segundo estágio, foi sorteado, de modo sistemático, um número fixo de 30 domicílios em cada setor censitário. Por último, em

cada domicílio onde residiam mulheres de 15 a 49 anos completos, foi sorteada apenas uma mulher para ser entrevistada.

Parceiro íntimo foi definido como sendo o companheiro ou ex- companheiro, que vivia com a entrevistada à época da entrevista ou anteriormente, independentemente da união formal, e namorados desde que mantendo relações sexuais. Satisfazendo a condição de ter tido um parceiro íntimo na vida, responderam ao questionário completo 940 mulheres em São Paulo.

Apesar de não incluir moradores de rua e de instituições, a pesquisa considerou em sua amostra mulheres que vivem em favelas e zonas de ocupação ilegal (como terrenos invadidos).

As entrevistas domiciliares utilizaram um questionário padronizado construído pela equipe internacional, com a colaboração da equipe de investigadores dos países participantes. O instrumento foi traduzido e adaptado à língua e cultura nacional e pré-testado quanto à clareza e linguagem empregadas e à facilidade de aplicação.

Figura 7 Mapa dos setores censitários participantes da pesquisa

Para o controle de qualidade das entrevistas, foram realizadas novas entrevistas com um questionário resumido em 10% da amostra para checar consistência, além de supervisão semanal e acompanhamento da taxa de resposta obtida por cada entrevistadora e comparação entre elas. Como estratégia para reduzir perdas, cartas foram enviadas de apresentação aos domicílios sorteados previamente à visita das equipes. Nos domicílios com moradores e/ou mulheres selecionadas não encontradas no dia da primeira visita, foi feito retorno de, no mínimo, três vezes.

Os dados tiveram dupla digitação e foram checados através do módulo *validate* do EPI-INFO.

O estudo geral da OMS foi aprovado pela Comissão de Ética da Pesquisa da Faculdade de Medicina da USP e Hospital das Clínicas (CAPPesq) em (CAPPesq-609/98) em 11/11/1998 e pela

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Parecer 002/99) em 11/1/1999 (Schraiber et al., 2007).

3. 2. 2. Banco de dados Municípios Brasileiros IBGE

As informações utilizadas pertencentes ao banco de dados do IBGE foram: média de idade, desemprego (ocupação por sexo), escolaridade (anos de estudo da população de 15 a 64 anos), renda domiciliar per capita e porcentagem de mulheres com baixa renda responsáveis pela unidade domiciliar.

No banco de dados do IBGE, a unidade mínima de informação é o setor censitário, em número de 13.278 no Município de São Paulo. Estes setores estão discriminados por números de identificação do distrito administrativo ao qual pertencem. A partir destes números é possível compor os indicadores socioeconômicos e demográficos para cada um dos 72 conglomerados participantes da pesquisa multipaíses, para efeito de comparação entre eles quanto às informações selecionadas. Os setores censitários são as menores unidades de análise do censo e foram, neste estudo, tomados como vizinhanças.

Desde 1960, o IBGE utiliza a técnica de amostragem probabilística para compor a amostra dos domicílios a serem visitados. São utilizados dois modelos de questionário: o Questionário Básico e o Questionário da Amostra. Em cada domicílio, é aplicado apenas um modelo, sendo o primeiro uma versão simplificada do segundo. O Questionário da Amostra contém, além das perguntas do Questionário Básico, as demais perguntas sobre educação, deficiências físicas, nupcialidade, religião, trabalho e rendimento, migração e fecundidade. O tempo de aplicação

do Questionário Básico varia entre 3 e 5 minutos enquanto o Questionário da Amostra leva de 30 a 40 minutos para ser aplicado.

Para municípios que, como São Paulo, possuem mais de 15 mil habitantes, a cada dez domicílios recenseados, o Questionário Básico é aplicado em nove e o Questionário da Amostra, em um. A fração amostral é, portanto, de 10% dos domicílios.

De acordo com informações do site oficial do IBGE, os critérios para recenseamento em 2000 foram os seguintes:

“Foram recenseados todos os moradores em domicílios particulares (permanentes e improvisados) e coletivos, na data de referência, isto é, a noite de 31 de julho para 1º de agosto de 2000. Foram também recenseadas as pessoas que estavam ausentes (por motivo de viagens, estudo, trabalho, internação em hospital por menos de 12 meses) de seu domicílio. Entretanto, independentemente do período de afastamento, as pessoas que se enquadraram em uma das situações abaixo foram consideradas moradoras no local onde se encontravam:

1. internados permanentemente em sanatórios, asilos, conventos ou estabelecimentos similares;
2. moradores em pensionatos que não tinham outro local de residência habitual;
3. condenados com sentença definitiva declarada, e
4. trabalhadores que migraram para outras regiões em busca de trabalho e ali fixaram residência.

Finalmente, a pessoa que, por conveniência ou natureza de suas obrigações, dorme no local de trabalho (empregado doméstico, médico, enfermeiro, militar, operário de obras, trabalhador agrícola sazonal etc.), geralmente retornando à sua residência nos fins de semana ou quinzenalmente, foi recenseada no seu domicílio”.
(www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtm)

3. 2. 3. Banco de dados do Programa de Aperfeiçoamento das Informações de Mortalidade (PROAIM)

No Brasil, os únicos dados disponíveis sobre criminalidade e delinquência são de responsabilidade do Ministério da Saúde e são obtidos a partir dos registros oficiais de óbito (Adorno, 2002).

O PROAIM processa e analisa as informações contidas nos atestados de óbito ocorridos dentro do Município de São Paulo. Os óbitos de pessoas residentes no Município, mas que ocorreram fora de seus limites, podem ser recuperados nos bancos de dados da Fundação SEADE, mas não foram utilizados neste estudo.

A tentativa de aprimoramento das informações de mortalidade como um todo, pretendida pelo PROAIM em relação às causas externas adotou como estratégia o esclarecimento de causas de óbito atestadas incorretamente ou imprecisamente (Drumond Jr, 2000), permitindo maior confiabilidade na qualidade dos dados.

O banco de dados do PROAIM contém informações a respeito da data do óbito, sexo, idade, endereço residencial, local do óbito (hospital, casa ou rua) e a causa básica do óbito, codificada de acordo com a 9ª ou 10ª Classificação Internacional as Doenças (CID) dependendo do período a ser estudado. Em relação aos dados de nosso interesse, a classificação dos óbitos é feita de acordo com a CID-10, que define homicídios como lesões infligidas por outras pessoas, empregando qualquer meio, com intenção de lesar (ferir) ou de matar. Estas definições foram adotadas pela Assembléia Mundial da Saúde (resoluções WHA 20.19 e WHA43.24), de acordo com o artigo 23 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, e constam da CID-10 (OMS, 2007). De acordo com o manual da CID-10 as causas de morte, a serem registradas no atestado

médico de óbito, são todas as doenças, estados mórbidos ou lesões que produziram a morte, ou que contribuíram para ela e as circunstâncias do acidente ou da violência que produziram essas lesões.

A causa básica de morte é; **(a)** a doença ou lesão que iniciou a cadeia de acontecimentos patológicos que conduziram diretamente à morte; ou **(b)** as circunstâncias do acidente ou violência que produziram a lesão fatal.

Em relação às causas externas básicas de mortalidade, os códigos estão organizados da seguinte maneira

- X909 a Y099 – agressões;
- V019 a V899 – acidentes;
- W029 a W199 – outras causas externas de traumatismos acidentais;
- W740 a W749 – afogamentos;
- V230 a Y899 – acidentes de outra natureza;
- X619 a X849 – lesões auto-provocadas;
- Y119 a Y349 – eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada.

Neste estudo, utilizaremos as causas codificadas de X909 a Y099 e respectiva separação por sexo para composição da variável relativa à taxa de homicídios na vizinhança.

3.3. Seleção de variáveis para análise

A partir do quadro teórico-metodológico exposto na Parte 2 desta tese e apresentado de forma sintética na Figura 6, foram selecionadas as variáveis independentes. O Quadro 1 apresenta essas variáveis segundo domínios do estudo e fontes de dados.

Quadro 1 Variáveis estudadas segundo domínios e respectivas fontes de dados

FATOR	VARIÁVEL	FONTE DE DADOS
Indicadores socioeconômicos comunitários	Índice de privação socioeconômica da vizinhança	IBGE
Violência urbana	Proporção de homicídios masculinos na vizinhança	PROAIM
Capital social	Apoio familiar	OMS
	Capital social cognitivo	OMS
	Capital social estrutural	OMS
Comportamento e experiência do parceiro	Parceiro alcoolizado mais de uma vez por mês	OMS
	Parceiro envolvido em brigas com outros homens	OMS
	Parceiro teve relações com outra mulher	OMS
	Comportamento controlador do parceiro	OMS
	Mãe do parceiro sofreu VPI	OMS
Características e experiências da mulher	Aceitabilidade da violência	OMS
	Mãe dela foi agredida pelo pai	OMS
	Número de gestações	OMS
	Abuso sexual na infância	OMS

Segue uma descrição detalhada das variáveis selecionadas para o estudo.

a) Violência por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança

Esta variável foi calculada tomando-se as datas dos episódios de violência física e/ou sexual por qualquer parceiro íntimo e o tempo em que a mulher estava vivendo na vizinhança em que foi entrevistada. Foi codificada como positiva para mulheres que sofreram violência no período de residência na comunidade.

Foi considerado importante o lugar em a violência ocorreu, pois a medida da associação das variáveis contextuais com o desfecho apenas faz sentido se a VPI ocorreu na vizinhança sobre o qual as informações foram fornecidas.

b) Características socioeconômicas da vizinhança/indicador de privação

A variável sobre características socioeconômicas da vizinhança foi gerada a partir de dados do censo para cada um dos 72 setores censitários do IBGE participantes da pesquisa OMS. Com base em metodologia desenvolvida por Torres et al. (2003), uma análise fatorial foi realizada para construir um indicador de privação. Os autores identificaram doze variáveis do censo (Quadro 2) com variação significativa entre os setores censitários, explicando 76.70% da variância total. Uma vantagem dessa técnica é reduzir a importância da variável renda, sujeita a viés de informação. O pressuposto em que esta análise se baseia é de que os setores censitários com maiores índices de privação tendem a concentrar populações mais vulneráveis.

Quadro 2 Domínios e variáveis usadas na análise fatorial para gerar o indicador de privação a partir de dados do censo IBGE 2000

Domínio	Variável
Educação	Proporção de responsáveis pelo domicílio alfabetizados
	Proporção de responsáveis pelo domicílio com educação básica
	Média de anos de estudo do responsável pelo domicílio
Renda	Média de renda do responsável pelo domicílio
	Responsável pelo domicílio com média de renda inferior a três salários mínimos
Idade e estrutura familiar	Proporção de responsáveis pelo domicílio de 10 a 29 anos no total da população
	Idade média do responsável pelo domicílio
	Número médio de habitantes por domicílio
	Proporção de crianças de zero a 4 anos no total da população
	Proporção de adolescentes com idades entre 15 e 19 anos no total da população
	Proporção de jovens adultos entre 20 e 24 anos no total da população
Gênero	Proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio com educação básica ou menos

Vizinhanças com maiores indicadores de privação apresentam menores médias de renda, menores níveis educacionais, maior proporção de famílias muito pobres, mais pessoas dividindo a mesma casa, maior proporção de casas em que as responsáveis são mulheres com baixo nível educacional e maior proporção de adolescentes (Torres et al., 2003). De acordo com os autores, esses fatores são importantes no estudo das condições socioeconômicas dos setores porque:

- Um menor nível educacional significa habilidade reduzida para encontrar um trabalho ou uma fonte de renda quando desempregado, assim como um status ocupacional pior quando empregado;
- Famílias em que as responsáveis são mulheres com baixo nível educacional indicam menor rendimento familiar devido à discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho e também porque geralmente significa uma fonte de renda única na família;
- Maior número de pessoas vivendo no mesmo domicílio indica maior número de pessoas compartilhando recursos comuns (Torres et al., 2003).

O índice médio foi calculado para cada vizinhança e agregado ao banco de dados da OMS.

c) Proporção de homicídios masculinos nos setores censitários

Apesar de refletir apenas parcialmente a violência urbana ou violência interpessoal de base comunitária (Souza & Lima, 2007), segundo Sampson et al. (1997), a taxa de homicídios é um dos indicadores de crime mais confiáveis por não sofrer revés de informação a que outros crimes estão sujeitos.

A taxa de homicídios na vizinhança foi usada com um *proxy* para violência urbana (ou violência interpessoal de base comunitária). Os dados sobre homicídio foram extraídos do banco do Programa de Aperfeiçoamento das Informações de Mortalidade (PROAIM). Os dados sobre mortalidade para a cidade de São Paulo estão apenas disponíveis para o distrito, o que representa um limite para nossa análise, já que as demais variáveis foram calculadas especificamente para o setor censitário. Uma variável para taxa de mortalidade por 100 mil

habitantes foi gerada e atribuída aos 72 setores selecionados para o estudo, de acordo com os distritos a que pertenciam. A proporção de homicídios foi calculada levando-se em consideração o número de homicídios por distrito, dividindo este número pela população do distrito e multiplicando este resultado por 100 mil. Essas taxas foram modeladas como variável contínua.

d) Frequência com que o parceiro fica alcoolizado

Esta variável foi gerada a partir das respostas da mulher sobre a frequência com que seu parceiro atual ou mais recente fica alcoolizado. Uma variável binária foi então criada com as categorias: mais de uma vez por mês e menos de uma vez por mês.

e) Capital social cognitivo/ Eficácia coletiva

A literatura descreve altos níveis de capital social cognitivo ou eficácia coletiva (Briggs, 2001) como capaz de reduzir os níveis de violência na vizinhança devido ao maior controle social exercido pelos membros da comunidade (Almgren 2005, Agoff et al. 2007, Browning 2002). A variável que abordou essa dimensão foi criada usando as questões sobre capital social cognitivo descritas no Quadro 3.

Quadro 3 Questões sobre capital social cognitivo

- 101. As pessoas tendem a se conhecer bem na vizinhança?
- 102. Se houvesse uma briga de rua na vizinhança, as pessoas fariam algo para tentar impedir?
- 103. Se alguém na vizinhança decidisse organizar um projeto comunitário, a maioria das pessoas estaria disposta a contribuir com tempo, trabalho ou dinheiro?
- 104. Nessa vizinhança, as pessoas geralmente confiam umas nas outras em termos de emprestar e tomar coisas emprestadas?
- 105. Se alguém na sua família de repente adoecer ou tiver um acidente, seus vizinhos ofereceriam ajuda?

A variável para capital social cognitivo inclui três das quatro dimensões fundamentais abordadas pelo instrumento do Banco Mundial (Grootaert, 2002): solidariedade (questão 105), confiança (questão 104) e resolução de conflitos (questão 102). O questionário da OMS não incluiu uma questão sobre cooperação. Ação coletiva é tratada pelos autores como um aspecto a parte do capital social. Na presente análise, as variáveis sobre compreensão subjetiva das redes sociais locais foram agregadas na mesma variável medindo o quanto as mulheres sentiram que a rede era densa e seu potencial de oferecer apoio ou ajuda em situações difíceis, o que se aproxima do aspecto do capital social denominado eficácia coletiva e definido na Parte 2, item 2.4 e 2.5.

Duas variáveis foram criadas para capital social, sendo usadas nas análises de acordo com o objetivo específico de cada análise.

Uma variável binária foi criada com uma categoria positiva para mulheres que concordaram com todas as alternativas e negativa para aquelas que disseram “não” a pelo menos um dos itens.

Foi também criado uma escala para capital social cognitivo pela adição simples dos itens codificados como um para resposta positivas e zero para negativas. Esta variável foi modelada como contínua.

f) Participação em grupos ou organizações / capital social estrutural

O capital social estrutural/participação em organizações formais é considerado um importante aspecto do capital social (Gootaert, 2002). Uma variável binária foi usada para capital social estrutural, indicando a participação da mulher em grupos ou organizações. No questionário, era perguntado à mulher sobre os tipos de organização que ela freqüentava. No entanto essa informação não pôde ser usada na análise por causa do reduzido número de mulheres em cada categoria.

g) Apoio familiar

A inclusão de apoio familiar na análise baseou-se na teoria de que a família nuclear e estendida podem ser redes de apoio importantes e prontamente disponíveis para indivíduos em situações problemáticas ou em crise (Woolcock & Narayan, 2000). Nesse sentido, é possível supor que a família seria potencialmente capaz de prover ajuda ou apoio a mulheres em relações difíceis antes que um conflito escalasse para violência física e sexual. O apoio familiar é também considerado por alguns autores como um indicador do capital social (Portes, 1998).

Em relação a suporte familiar, as variáveis “mora perto da família” e “freqüência com que vê a família” foram descartadas para inclusão no modelo devido ao número reduzido de mulheres que afirmaram viver longe e/ou não ver ou ver a família menos que uma vez ao ano. Foi

mantida, então, como indicador de apoio familiar, para modelagem a variável “pode contar com a família para apoio em caso de problemas”.

h) Parceiro envolvido em brigas com outros homens

Esta variável binária foi gerada a partir das respostas das mulheres quanto a se o seu parceiro atual ou mais recente esteve alguma vez envolvido em brigas com outros homens. Mulheres que não sabiam se o parceiro alguma vez tinha brigado com outro homem foram consideradas como perdas (n=5).

i) Parceiro teve relações com outras mulheres

Esta variável foi criada a partir da questão se o parceiro atual ou mais recente teve relações com outras mulheres enquanto estava se relacionando com a entrevistada. Mulheres que responderam que não sabiam foram consideradas perdas (n=61).

j) Comportamento controlador do parceiro

Uma escala foi gerada usando as respostas às questões descritas no Quadro 4, pela adição dos itens, codificados como um para respostas afirmativas e zero para negativas.

Quadro 4 Questões sobre comportamento controlador do parceiro

703. Vou agora fazer algumas perguntas sobre situações que são comuns para várias mulheres. Pensando sobre o seu parceiro (atual ou mais recente), você diria que é geralmente verdade que ele:

- a) Tenta impedi-la de ver seus amigos
- b) Tenta restringir contato com sua família de nascimento
- c) Insiste em saber onde você está a todo o momento
- d) Ignora você e a trata com indiferença
- e) Fica bravo se você fala com outros homens
- f) Suspeita frequentemente que você é infiel
- g) Espera que você peça permissão antes ir ao serviço de saúde?

k) A mãe dela sofreu VPI

Esta variável foi criada com base na questão sobre violência física entre os pais da mulher. Se, durante a infância dela, os pais não viviam juntos (n=11) ou ela não sabia se ocorria violência entre eles (n=19), os dados foram considerados como perdas.

Esta variável – juntamente com número de gestações e abuso sexual na infância – foi selecionada como variável controle baseado no estudo por d'Oliveira et al. (2009) sobre fatores associados à VPI alguma vez na vida, usando o mesmo banco de dados do estudo multipaíses da OMS utilizado por este estudo.

l) A mãe do parceiro sofreu VPI

Foi perguntado se a mãe do parceiro atual ou mais recente sofreu violência física pelo pai dele.

As respostas “não” (n=639) e “não sei” (n=130) foram agregadas em uma única categoria.

m) Número de gestações

O número de gestações foi usado como uma variável contínua, variando de zero a treze.

n) Abuso sexual na infância

Mulheres que disseram ter sido tocadas sexualmente ou obrigadas a participar de atividades sexuais antes dos quinze anos, foram consideradas positivas para abuso sexual na infância.

o) Aceitabilidade da violência por parceiro íntimo

A variável para aceitabilidade da violência foi criada a partir das questões descritas no Quadro 5.

Quadro 5 Questões sobre aceitabilidade da VPI

Q607. Em sua opinião, um homem tem boas razões para bater na sua esposa se:

- a) Ela não completa as tarefas domésticas de modo que ele fique satisfeito
- b) Ela o desobedece
- c) Ela recusa-se a ter relações sexuais com ele
- d) Ela pergunta se ele tem outras namoradas
- e) Ele suspeita que ela seja infiel
- f) Se ele descobre que ela é infiel

Já que houve apenas cem respostas positivas a qualquer das questões acima, uma variável binária foi criada com as categorias “zero” para mulheres que não consideravam que há razões para um homem bater na parceira e “um” para aquelas que consideravam que havia pelo menos uma boa razão para um homem bater na sua parceira.

3. 4. Forma de análise dos dados

Os procedimentos para análise dos dados foram:

3.4.1. Tratamento das variáveis

Inicialmente as variáveis foram checadas em relação a perdas e foi efetuada limpeza do banco.

As variáveis foram recodificadas com os valores “zero” para respostas negativas e “um” para as positivas. As perdas foram codificadas como valor inexistente.

3.4.2. Tratamento dos bancos IBGE e PROAIM

Os dados dos bancos IBGE e PROAIM foram compatibilizados e agregados ao banco da pesquisa OMS. Foram selecionados dos bancos de dados secundários apenas os dados referentes aos 72 setores censitários participantes da pesquisa OMS, conforme explicado no item 1 da metodologia deste projeto. Tanto o banco do IBGE como o banco PROAIM foram submetidos à limpeza dos dados, sendo eliminadas informações desnecessárias sobre setores censitários que não foram sorteados para compor o banco OMS. Foram convertidos ao formato “dta” para leitura pelo programa de tratamento de dados estatísticos Stata, versão 10 (Statcorp, 2009). A transferência dos dados para o formato “dta” foi realizada pelo programa Stat/Transfer. Os bancos foram então agregados em uma única base de dados, utilizando-se como referência a numeração dos setores censitários do IBGE (indicador comum entre os três bancos em questão). Este procedimento foi realizado utilizando-se o comando “merge” do pacote estatístico Stata 10.

O banco IBGE não disponibilizava dados para a vizinhança do Rio Pequeno, setor censitário número 3550 3080 6700 0073 16974. Estes dados não puderam ser incluídos na análise e foram considerados como perdas.

3.4.3. Análise descritiva dos desfechos e variáveis explicativas

Foram calculadas, para as variáveis que fazem parte do estudo, suas frequências simples, compondo uma primeira aproximação em relação às informações obtidas. Estas informações

foram utilizadas em uma abordagem inicial, para verificação da distribuição do comportamento percentual das variáveis no Município.

3.4.4. Análise exploratória dos dados

Na análise exploratória dos dados, foi analisado o comportamento das variáveis em relação a outras variáveis de interesse, com base no referencial teórico exposto na Parte 2 desta tese.

Primeiramente, a relação das variáveis entre si foi analisada a partir da matriz de correlação de Pearson. Para aquelas variáveis que mostraram altos coeficientes de correlação ou aquelas para as quais o quadro teórico indicou que poderíamos esperar que estivessem associadas, mais análises foram processadas. As técnicas de análise foram escolhidas de acordo com o tipo de variáveis, se contínua, binária ou categórica. A associação entre duas variáveis contínuas foi testada através de regressão linear e gráficos de dispersão linear foram apresentados nos resultados. Foi realizada também análise de sobreposição para comportamentos do parceiro e associações foram testadas, utilizando o teste Qui-quadrado.

3.4.5. Análise bivariada dos dados

Foi processada a análise bivariada dos dados com o intuito de compreender a relação (força da associação) de cada uma das variáveis selecionadas para modelagem. Vale destacar que os resultados da análise bivariada devem ser interpretados com cautela, pois inúmeros outros fatores podem estar mediando ou confundindo as relações analisadas. Considerando-se o

desenho complexo da amostra, os dados foram ponderados, sendo usados pesos para cada vizinhança. O modo *svy* do programa Stata 10 (Statcorp, 2009) foi usado para ajustar os modelos bivariados e multivariado. Este recurso é usado para análise de regressão de dados provenientes de amostras com desenhos complexos (Archer et al., 2007).

3.4.6. Processamento do modelo de regressão logística convencional

Nessa etapa foi processado o modelo de regressão logística convencional, considerando-se todas as variáveis incluídas no quadro teórico metodológico (Quadro 1). Este modelo é processado para posterior comparação com os resultados do modelo multinível (O’Campo et al., 1995; Kirkwood & Sterne, 2003). Foram produzidos modelos subseqüentes, sendo o primeiro (Modelo1) um modelo “completo”, ou seja, incluindo todas as variáveis teoricamente relevantes. A partir deste modelo, foram sendo processados modelos mais econômicos, em que permaneceram apenas os fatores que demonstram associação consistente com a variável desfecho.

Interações foram testadas através da introdução de produto cruzado de duas variáveis significativamente associadas.

3.4.7. Processamento do modelo multinível

Como último passo da análise, foi realizada a modelagem dos dados em dois níveis. Este tipo de modelagem toma em consideração a variação de efeitos aleatórios no modelo. Trata-se de uma forma de modelagem em que a regressão logística é expandida para permitir respostas

correlacionadas através da introdução de efeitos aleatórios (Larsen & Merlo, 2004). Assume-se que o efeito aleatório (u_{0j}) possui média zero e varia aleatoriamente entre os conglomerados. Assume-se também que o conjunto de efeitos aleatórios explica a agregação nos dados de forma que, sendo introduzidos efeitos aleatórios, as diferentes observações no mesmo conglomerado são independentes. Os modelos que incorporam efeitos aleatórios são conhecidos como modelos multinível devido à estrutura hierárquica dos dados, na qual observações no primeiro nível (indivíduo) são agregadas a observações no segundo nível (conglomerado). Esta técnica de modelagem explicitamente inclui a variação entre diferentes conglomerados e no interior de um mesmo conglomerado. O procedimento analítico implica no cálculo do coeficiente de correlação intraclasse para a variável dependente e variáveis independentes para medir o quanto da variação é explicado por diferenças entre os conglomerados. No entanto, o coeficiente de correlação intraclasse deve ser interpretado com cautela para desfechos binários e não é uma medida precisa sobre a dependência das observações em um mesmo conglomerado (Larson & Merlo, 2005).

Na análise multinível, é usado o teste da razão de verossimilhança, comparando a verossimilhança do modelo multinível com a da regressão logística convencional que pressupõe a independência das observações em um conglomerado (Kirkwood & Sterne, 2003).

No presente estudo, foi usada a técnica de modelagem logística de intercepto aleatório e de efeitos mistos (inclinação e intercepto aleatórios) para processamento do modelo multinível. Os modelos foram processados no programa Stata 10 (Statcorp, 2009).

Os dados foram organizados em uma estrutura hierárquica em dois níveis, conforme ilustrado pelo diagrama abaixo:

Figura 8 Estrutura dos dados e níveis de análise: estrutura hierárquica em dois níveis

A modelagem multinível seguiu as etapas descritas abaixo:

A) Análise bivariada dos dados utilizando modelos de interceptos aleatórios

A intenção desta análise foi verificar se a relação entre o desfecho e cada uma das variáveis independentes variava no nível contextual, ou seja, se havia diferenças significativas entre as vizinhanças na associação entre VPI e cada uma das demais variáveis selecionadas para o estudo. Para tanto, foi analisado o valor de *p* resultante do teste de verossimilhança para a variância entre conglomerados. Este teste verifica se a hipótese nula de que a variância entre os cluster é zero é verdadeira ou falsa (Rabe-Hesketh & Skrondal, 2007).

B) Modelo de intercepto aleatório em dois níveis

Em seguida foi ajustado um modelo de intercepto aleatório em dois níveis, com seleção “backwards” das variáveis. Os resultados do modelo logístico de intercepto aleatório não diferem fortemente dos resultados dos modelos convencionais, especialmente se for considerado que as *odds ratio* estimadas nos modelos de intercepto aleatório sempre serão mais extremas que no modelo de regressão logística convencional (Rabe-Hesketh, 2007). Neste modelo, portanto, os parâmetros de maior interesse são aqueles referentes à composição da

variância, que informa o quanto da variação se dá entre os conglomerados e o quanto se encontra no nível individual.

Trinta pontos de integração foram usados para processar os modelos de intercepto aleatório, conforme recomendado por Rabe-Hesketh & Skrondal (2007).

Os mesmos procedimentos analíticos usados na regressão logística convencional foram reproduzidos na modelagem multinível de intercepto aleatório. Os modelos foram então comparados para se verificar se a variação dos interceptos por conglomerado modificava o resultado da análise. A análise dos parâmetros no modelo de intercepto variável permite verificar se os dados para as vizinhanças produzem equações com interceptos similares ao da equação a partir dos dados tomados em seu conjunto, ou se há variedade atribuível às diferenças entre às vizinhanças.

Se os parâmetros indicarem comportamento heterogêneo das variáveis por cluster, o modelo multinível é mais apropriado para a análise dos dados que seu equivalente em um nível.

C) Modelo nulo

No intuito de responder esclarecer a influência do contexto na probabilidade das mulheres sofrerem VPI, foi ajustado um modelo nulo de intercepto aleatório para probabilidade de sofrer VPI durante o período de residência na comunidade. O **modelo nulo** contém apenas uma variável desfecho e nenhuma variável explicativa além do intercepto. Este modelo é usado aqui como referência para a estimação de variâncias nos níveis individual e contextual e comparação com modelos mais elaborados.

O modelo nulo (ou modelo de componentes de variância) permite que o intercepto β_0 de VPI varie entre as vizinhanças. Dada a equação

$$\text{Logit}(Y) = \beta_{0j}$$

$$\beta_{0j} = \beta_0 + u_{0j}$$

onde β_{0j} é um intercepto aleatório no nível do conglomerado, e u_{0j} é um efeito aleatório no nível do conglomerado, é possível verificar o quanto a probabilidade de VPI varia entre os conglomerados a partir dos parâmetros fornecidos pelo modelo nulo (Rasbash et al., 2009).

D) Análise de efeitos contextuais específicos

Com o objetivo de analisar especificamente o comportamento de cada variável de interesse em relação ao desfecho e às variáveis controle, foram ajustados modelos de intercepto aleatório, modelos de efeitos mistos e modelos convencionais para cada uma das variáveis: índice de privação socioeconômica da vizinhança, capital social cognitivo e taxas de homicídio masculino por vizinhança.

Na regressão logística convencional todos os parâmetros são fixos. No modelo de intercepto aleatório, permite-se que os interceptos variem por conglomerado. O modelo de efeitos mistos permite que ambos interceptos e inclinações das retas variem por conglomerado. Neste último modelo, os parâmetros identificados no modelo final de um nível (regressão logística convencional) foram colocados na parte fixa da equação, enquanto a variável de interesse em questão (cada uma das variáveis contextuais) foi incluída como parâmetro aleatório.

O objetivo de se ajustar esses modelos foi compreender se havia padrões de “clustering” para a VPI, possíveis diferenças entre os conglomerados e a importância relativa das variáveis de interesse como fatores de risco para a VPI.

Os parâmetros analisados para verificar se havia “clustering” dos dados foram o coeficiente de correlação intraclasse, a variância no nível contextual (nível 2), e o teste de verossimilhança para variância entre os conglomerados. A correlação intraclasse é uma medida de “clustering” dos dados e mostra proporção da variância total devida a diferenças entre os conglomerados, isto é, a correlação entre as respostas de indivíduos dentro de um mesmo grupo (Rasbash, 2009). A variância no nível 2 mostra a proporção da variância total do modelo que é atribuída

ao nível contextual, isto é, a proporção da variância total que é explicada no nível da vizinhança. Finalmente, o teste de verossimilhança para a variância entre os conglomerados testa a hipótese nula de que a variância entre os conglomerados é zero. Se esses valores forem pequenos ou não significantes, uma equação de regressão que considere apenas um nível (regressão logística convencional) representa tão bem a relação entre os dados quanto os modelos multinível. Isso significaria que o pressuposto de independência entre as observações não foi violado por um padrão de “clustering” nos dados para VPI.

Parte 4: Resultados

4.1. Análise descritiva

Dos endereços sorteados, 347 (16 %) em São Paulo não foram localizados devido à imprecisão dos croquis ou informações desatualizadas nos mapas dos setores censitários. Em 412 (24%) não havia mulheres elegíveis (de 15 a 49 anos) entre os residentes. Foram abordados, então, 2163 domicílios em SP e encontradas 1303 mulheres elegíveis, sendo que foram completadas 1172 (90%) entrevistas. Esta perda pode ser considerada irrelevante. As taxa de recusa de mulheres elegíveis foi de 3,7%. Nos demais casos (6,3%), a mulher sorteada não estava na residência ou não estava disponível no momento da visita para a entrevista. Três visitas foram feitas antes da mulher ser considerada como perda para a pesquisa.

Violência por parceiro íntimo

A tabela 1 apresenta a prevalência de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança em que as mulheres foram entrevistadas.

Tabela 1 Prevalência de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo entre mulheres com alguma parceria afetivo-sexual durante o período de residência na vizinhança em que foram entrevistadas, São Paulo (n=940)

Variável desfecho	N(%)	IC
Violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na comunidade	163(17,34)	14,97 – 19,92

A prevalência de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na comunidade foi 17,34% (IC95% 14,97 – 19,92). Esta taxa é menor que a prevalência de VPI alguma vez na vida 28,94% (IC 95% 26,05 - 31,95), já que exclui as mulheres que sofreram violência antes de morarem no bairro em que foram entrevistadas.

As tabelas 2 e 3 fornecem informações sócio-demográficas para as mulheres que tiveram alguma parceria afetivo-sexual na vida, mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo na vida e, por último, mulheres que sofreram violência física e/ou sexual no período de residência na vizinhança em que foram entrevistadas.

Tabela 2 Prevalência de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo entre mulheres com alguma parceria afetivo-sexual durante o período de residência na vizinhança em que foram entrevistadas, São Paulo (n=940)

Variáveis	Mulheres com alguma parceira afetivo-sexual na vida		Mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo na vida		Mulheres que sofreram violência física e/ou sexual no período de residência na comunidade em que foram entrevistadas	
	média	DP	Média	DP	média	DP
Idade	33,62	15,42	34,61	8,74	34,43	8,21
Anos de estudo	8,92	4,47	7,88	4,05	7,75	3,89

Tabela 3 Situação afetiva/conjugal atual para mulheres com alguma parceira afetivo-sexual na vida, mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo na vida e mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança em que foram entrevistadas, São Paulo (n=940)

Variáveis	Mulheres com alguma parceira afetivo-sexual na vida		Mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo na vida		Mulheres que sofreram violência física e/ou sexual no período de residência na comunidade em que foram entrevistadas	
	n	%	n	%	n	%
Casada	490	52,13	105	38,60	70	42,94
Mora com parceiro e não é casada	191	20,32	67	24,63	41	25,15
Tem um parceiro regular e não moram juntos	154	16,38	35	12,87	13	7,98
Não tem parceiro	105	11,17	65	23,90	39	23,93
TOTAL	940	100	272	100	163	100

A tabela 2 mostra similaridade de características socioeconômicas e demográficas entre os três grupos descritos, sendo apenas a escolaridade ligeiramente superior na amostra total de mulheres com alguma parceria afetivo-sexual em relação aos outros grupos.

Na tabela 3, verifica-se o maior número de mulheres casadas entre a amostra geral de mulheres com alguma parceria afetivo-sexual na vida quando comparada às mulheres que sofreram VPI nos dois outros grupos. Mulheres com parceiros regular que moram separados são mais raras entre aquelas que sofreram VPI no período de residência no bairro onde foram entrevistadas. Além disso, há mais mulheres sem parceria afetivo-sexual nos grupos de mulheres que já sofreram VPI.

De maneira geral, é possível afirmar que as mulheres que sofreram VPI na vizinhança em que foram entrevistadas não diferem muito em suas características sócio demográficas daquelas que sofreram violência alguma vez na vida.

Índice de privação socioeconômica da vizinhança

A Tabela 4 especifica as medidas-resumo das variáveis do censo IBGE que foram usadas na construção da escala de características socioeconômicas da vizinhança. As medidas apresentadas foram calculadas apenas para os 72 setores censitários sorteados para compor a pesquisa multipaíses sobre violência da OMS.

Tabela 4 Medidas-resumo das variáveis do censo IBGE usadas na construção da escala de características sócio-econômicas da vizinhança, São Paulo (n=926)*

Domínio	Variável	Média (DP)
Educação	Proporção de responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%)	95,00(5,24)
	Proporção de responsáveis pelo domicílio com educação básica (%)	31,66%(16,22)
	Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio	7,85(2,66)
Renda	Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio (Reais no valor de 2000)	1.171,42(1066,79)*
	Responsáveis pelo domicílio com rendimento de até três salários mínimos(%)	29,29(14,04)
Idade e estrutura familiar	Proporção de responsáveis pelo domicílio com idades entre 10 e 29 anos (%)	13,95(7,52)
	Idade média do chefe de família	45,76(5,01)
	Número médio de habitantes por domicílio	3,44(0,47)
	Proporção de crianças de zero a 4 anos na população total (%)	7,97(3,07)
	Proporção de adolescentes de 15 a 19 anos de idade na população total (%)	9,21(1,89)
	Proporção de adultos jovens entre 20 e 24 anos de idade da população total (%)	4,02(1,72)
Gênero	Proporção de mulheres com educação primária ou menos, responsáveis pelo domicílio (%)	14,40(7,33)

* 14 perdas um dos setores censitários do distrito de Rio Pequeno não possui dados disponíveis para análise

Nas vizinhanças selecionadas neste estudo (72 setores censitários), apesar da maioria dos responsáveis pelos domicílios serem alfabetizados, 5% não possuía domínio da língua escrita. Mais de um terço (31,66%) não havia completado a educação básica. A média de anos de estudo era de 7,85 anos, o que equivale a ensino médio incompleto.

O rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.171,42 considerando-se o valor do Real no ano de 2000 (valor não corrigido pelo índice de inflação do período de 2000 a 2009). Contudo, o desvio-padrão alto (R\$ 1.066,79) indica a considerável variação da renda média entre as vizinhanças consideradas. Também foi alta a porcentagem encontrada de responsáveis pelo domicílio com rendimento inferior a três salários mínimos ou três vezes R\$151 (em valores de 2000).

Apesar de 13,95% dos chefes de família serem jovens (10 a 29 anos), a média de idade nesse grupo era bastante superior (45,76 anos). O número médio de habitantes por domicílio era de 3,44. O total de crianças de zero a quatro anos de idade era de 7,97%. Os adolescentes (15 a 19 anos de idade) totalizavam 9,21% e os adultos jovens (20 a 24 anos de idade), 4,02%.

As mulheres com educação primária ou menos eram 14,40% dos responsáveis pelos domicílios.

Violência urbana

A taxa média de homicídios masculinos por mil habitantes foi calculada para cada vizinhança selecionada para o estudo. A tabela 5 apresenta média e desvio-padrão, considerando todos os 72 setores incluídos na análise.

Tabela 5 Taxa média de homicídios masculinos por mil habitantes para os setores censitários selecionados, São Paulo, (n=940)

		Média	Desvio-padrão	Min.	Max
Violência urbana	Proporção de homicídios masculinos	97,04	45,01	10,86	202,16

A taxa média de homicídios masculinos era de 91,04 por mil habitantes, uma taxa alta em si, mas com ampla variação, chegando a vizinhanças com uma taxa superior a 200 homicídios por setores censitários e outras com um número quase dezenove vezes inferior.

Capital social

A tabela 6 mostra os valores médios da escala para capital social cognitivo.

Tabela 6 Valores médios para a escala sobre capital social cognitivo, São Paulo, Brasil, 2000 (n=940)

Domínio	Escala	Mean	SD	Min	Max
	Escala por adição dos itens (5 itens)	3,13	1,38	0	5

A tabela 5 apresenta a variável binária sobre capital social cognitivo.

Tabela 7 Mulheres que responderam afirmativamente a todas as questões sobre os componentes do capital social cognitivo, São Paulo, 2000 (n=940)

		Sim	Não
Capital social	Capital social cognitive	246 (26,17%)	694 (73,83%)

A maioria das mulheres (26,17%) considerou que a vizinhança em que morava não contava com pelo menos um dos componentes do capital social cognitivo. A tabela 8 mostra a frequência de mulheres que percebiam como positivo cada um dos componentes.

Tabela 8 Frequência de mulheres que percebem como negativo ou positivo cada componente do capital social cognitivo em sua vizinhança, São Paulo, Brasil (n=940)

Componente	Sim	Não
Coesão social	513 (54,57%)	427 (45,43%)
Solidariedade	769 (84,68%)	144 (15,32%)
Confiança	490 (52,13%)	450 (47,87%)
Resolução de conflito	551 (58,62%)	389 (41,38%)

Entre 54% e 59% das mulheres responderam sim às questões medindo a coesão social na vizinhança, a capacidade de mobilização coletiva para resolução de conflitos no espaço público, e a confiança entre vizinhos. Uma taxa mais alta de mulheres (84,68%) acreditava poder contar com a solidariedade de vizinhos em situação de emergência na família.

A tabela 9 abaixo apresenta a distribuição das variáveis sobre apoio familiar e sobre capital social estrutural.

Tabela 9 Frequência de mulheres que podem contar com a família e frequência de mulheres que são membros de alguma associação, São Paulo, 2000 (n=940)

Domínio	Variáveis	Sim	Não
Capital social	Apoio familiar	796(84,7%)	144(15,3%)
	Capital social estrutural	224(23,8%)	796(84,7%)

A maioria das mulheres (84,7%) acreditava poder contar com a família. Menos de um quarto delas, porém, era membro de algum grupo ou organização ou participava de reuniões.

Características do parceiro

As respostas das mulheres às questões sobre seus parceiros atuais ou mais recentes encontram-se na Tabela 10.

Tabela 10 Comportamento do parceiro e experiência de violência entre seus pais sua infância, São Paulo, Brasil, 2000 (n=940)

Domínio	Variáveis	Sim	Não
Características do parceiro	Parceiro fica alcoolizado pelo menos uma vez por mês	153 (16,28%)	787 (83,72%)
	Parceiro esteve envolvido em brigas corporais com homens pelo menos uma vez na vida*	100 (10,70%)	835 (89,30%)
	Parceiro teve relações com outra(s) mulher(es) **	140 (15,93%)	739 (84,07%)
	A mãe do parceiro sofreu VPI	171 (18,19%)	769 (81,1%)

* 5 perdas

** 61 perdas

A tabela 11 expõe a média e desvio-padrão dos comportamentos controladores do parceiro relatados pela entrevistada.

Tabela 11 Escala de comportamentos controladores pelo parceiro, São Paulo (n=940)

	Mean	SD
Escala para comportamento controlador do parceiro (adição de 7 itens)	1,45	1,71

* 1 perda

A média geral da escala de comportamento controlador pelo parceiro foi 1,45 (DP 1,71), mostrando uma medida relativamente pouco dispersa e bastante concentrada no primeiro quintil, conforme evidencia o Gráfico 1.

Gráfico 1 Box plot: comportamento controlador pelo parceiro (n=940)

Dezessete por cento (16,81%) dos parceiros bebiam todos os dias (dado não apresentado em tabela) e 16,28% ficavam bêbedos pelo menos uma vez por mês. Foi encontrada uma forte correlação entre as duas variáveis ($r=0,49$)

A minoria dos homens (10,70%) esteve envolvida em brigas físicas com outros homens e um número maior deles (15,93%) relacionou-se com outras mulheres.

Quase um quinto das mulheres (18,19%) relatou violência do pai do parceiro contra a mãe dele, mas um número relativamente alto (13,83%) afirmou não saber se esse tipo de violência doméstica aconteceu entre os pais do parceiro.

Características das mulheres

A tabela 12 mostra o grau de aceitabilidade da violência pelas mulheres entrevistadas.

Tabela 12 Grau de aceitabilidade de violência por parceiro íntimo, São Paulo(n=940)

		Sim	Não
Aceitabilidade da VPI	Considera que há pelo menos uma boa razão pela qual um homem pode agredir fisicamente uma mulher	96(10.21%)	844(89.79%)

A minoria (10,21%) das entrevistadas disse acreditar que alguma das razões mencionadas justificaria um comportamento violento pelo parceiro. Conforme mostra a tabela abaixo, apenas a infidelidade conjugal e o conhecimento da traição reúnem mais mulheres que consideram essas razões como justificativas para VPI.

Tabela 13 Aceitabilidade da violência por parceiro íntimo segundo tipo de comportamento da mulher, São Paulo (n=940)

Situações em que a VPI é justificável	Sim	Não
Se a mulher não completa as tarefas domésticas satisfatoriamente	9 (0,77%)	931 (99,04%)
Se ela o desobedece*	15 (1,60%)	923 (98,40%)
Se ela se recusa a ter relações sexuais com o parceiro**	3 (0,32%)	936 (99,68%)
Se ela pergunta se ele tem outras namoradas**	4 (0,43%)	935 (99,57%)
Se ele suspeita que ela seja infiel*	21 (2,24%)	89 (9,56%)
Se ele descobre que ela foi infiel***	89 (9,56%)	842 (90,44%)

*2 perdas

** 1 perda

***9 perdas

A tabela 14 apresenta a proporção de mulheres com mães que sofreram VPI e a proporção que teve a primeira experiência sexual forçada.

Tabela 14 Mulheres com mães que sofreram VPI e mulheres que tiveram a primeira experiência sexual forçada, São Paulo (n=940)

	Sim	Não
Mãe da entrevistada era agredida pelo respectivo parceiro*	216 (23.43%)	699 (75.81%)
Primeira experiência sexual forçada	74 (7.81%)	866 (92.13%)

* 30 perdas

As mães de quase um quarto das mulheres (23,43%) sofreram VPI. Ter a primeira relação sexual forçada foi relatado por 7,81% das entrevistadas.

Por fim, A Tabela 15 descreve o número de gestações entre as entrevistadas.

Tabela 15 Número médio de gestações entre as entrevistadas, São Paulo (n=940)

	Média	DP
Número de gestações	2,15	1,67

O número médio de gestações entre as entrevistadas foi 2,15 com desvio-padrão de 1,67 e o máximo de 13 gestações. A figura 3 ilustra melhor a distribuição dos dados sobre número de gestações, mostrando a maior proporção de mulheres com três ou menos filhos.

Gráfico 2 Box plot - Número de gestações entre as entrevistadas (n=940)

4.2. Análise exploratória

Foi realizado teste de correlação de Pearson para todas as variáveis incluídas no estudo.

Conforme esperado, foi encontrada uma correlação alta entre o indicador de privação socioeconômica e taxas de homicídio.

As variáveis sobre o comportamento do parceiro também apresentaram coeficiente de correlação maior que os encontrados para os demais pares. Comportamento controlador esteve correlacionado com ficar alcoolizado freqüentemente ($r=0.25$), ter relações com outras mulheres (0.23) e ter se envolvido em brigas com outros homens ($r=0.20$).

A seguir são analisadas associações descritas pela literatura e/ou identificadas na matriz de correlação (Tabela 15).

Índice de privação socioeconômica e taxa de homicídios masculinos

O Gráfico 3 mostra a relação linear entre o índice de privação socioeconômica e os homicídios masculinos.

Gráfico 3 Diagrama de dispersão entre indicador de privação e proporção de homicídios masculinos para os 72 setores censitários incluídos na análise (n=926)

O diagrama de dispersão mostra uma tendência linear na relação entre as variáveis medindo proporção de homicídios masculinos e as características socioeconômicas da vizinhança. Ambas as variáveis estão sendo consideradas no nível contextual e podemos, portanto, concluir que em vizinhanças com condições desfavorecidas do ponto de vista sócio-econômico, o indicador de violência urbana tende a ser maior.

Características socioeconômicas da vizinhança, homicídios masculinos e parceiros envolvidos em brigas

O gráfico 4 considera a relação entre o índice de privação e taxas de homicídios, considerando apenas homens que estiveram alguma vez envolvidos em brigas físicas com outros homens. O gráfico 5 expõe a equação para a mesma relação linear, porém para homens que nunca estiveram envolvidos em brigas com outros homens.

Gráfico 4 Gráfico de regressão linear entre o índice de privação socioeconômica e proporção de homicídios masculinos na vizinhança, considerando parceiros que já estiveram envolvidos em brigas com outros homens, São Paulo (n=100)

Gráfico 5 Gráfico de regressão linear entre o índice de privação socioeconômica e proporção de homicídios masculinos na vizinhança, considerando parceiros que jamais estiveram envolvidos em brigas com outros homens, São Paulo (n=835)

Verifica-se que a inclinação da reta é menor quando consideramos homens que não estiveram envolvidos em brigas com outros homens do que para aqueles que já brigaram. Este resultado sugere que a mulher tem mais chances de ter um parceiro que tenha se envolvido em brigas se ela mora em um bairro mais desfavorecido e com maiores taxas de homicídio.

Características socioeconômicas e capital social cognitivo (escala aditiva)

A figura 5 apresenta o diagrama de dispersão associando características socioeconômicas e a escala para capital social cognitivo.

Gráfico 6 Diagrama de dispersão entre o índice de privação socioeconômica na vizinhança e escala para capital social cognitivo (n=926)

O diagrama acima mostra alta dispersão, sendo que a reta de regressão linear tem uma inclinação pouco pronunciada. Há uma relação linear entre o índice de privação e capital social cognitivo, sendo que em vizinhanças desfavorecidas do ponto de vista socioeconômico, há uma tendência a um maior acumulo de capital social cognitivo.

Índice de privação socioeconômica da vizinhança e número de gestações

A correlação entre número de gestações e o índice de privação socioeconômica da vizinhança foi $r=0.13$, mostrando uma associação relativamente baixa.

Comportamento do parceiro

Dada a correlação relativamente alta entre os comportamentos do parceiro, foi realizada uma análise de sobreposição. A Figura 6 apresenta o diagrama de Venn não proporcional para as variáveis binárias relativas ao comportamento do parceiro.

Figura 9 Diagrama de Venn para variáveis binárias sobre comportamento do parceiro (n=302)

A sobreposição entre os comportamentos não é muito alta, sendo que 74.51% das mulheres referiram exclusivamente um desses tipos de comportamento pelo parceiro.

A tabela 16 mostra a relação dessas variáveis com comportamento controlador do parceiro.

Tabela 16 Frequência de comportamentos do parceiro relatados pelas entrevistadas, São Paulo, Brasil (n=940)

Escala - parceiro controlador	Parceiro fica alcoolizado pelo menos uma vez por mês		Parceiro já esteve envolvido em brigas com outros homens		Parceiro teve relação com outra mulher	
	Sim n(%)	Não n(%)	Sim n(%)	Não n(%)	Sim n(%)	Não n(%)
Zero	33(8,1)	373 (91,9)	20 (5)	384(95,1)	42 (10,8)	347 (89,2)
1	26 (14,9)	149 (85,1)	22 (12,6)	153 (87,4)	15 (9,6)	142 (90,4)
2	26 (19,9)	105(80,1)	14 (10,9)	115 (89,2)	23 (18,9)	99 (81,1)
3	21 (22,6)	72 (77,4)	18 (19,4)	75 (80,7)	15 (17,2)	72 (82,8)
4	22 (32,8)	45 (67,2)	12 (18,2)	54 (81,2)	18 (29,5)	43 (70,5)
5	11 (29,7)	26 (70,3)	7 (18,9)	30 (81,1)	15 (44,1)	19 (55,9)
6	10 (45,5)	12 (54,5)	5 (22,7)	17 (77,3)	10 (50)	10 (50)
7	4 (50)	4 (50)	2 (25)	6 (75)	2 (25)	6 (75)
Total	153 (16,3)	786 (83,7)	100 (10,7)	834(89,3)	140 (16)	738 (84)

* $p < 0,000$ (Teste Qui-quadrado)

A tabela acima mostra que parceiros que ficam alcoolizados regularmente, os que já estiveram envolvidos em brigas com outros homens ou os que tiveram relações com outras mulheres tendem a ter mais comportamentos controladores que os demais em cada categoria. As variáveis descritas nas colunas da tabela 9 foram submetidas ao teste chi-quadrado e apresentaram associações significativas com comportamento controlador ($p < 0.05$ no teste Qui-quadrado).

Foi testada interação entre essas variáveis nos modelo finais de regressão logística e multinível.

Homicídios masculinos e capital social

No modelo de regressão linear, a relação entre capital social cognitivo e taxa de homicídios na vizinhança não foi significativa ($p=0,552$).

4.3. Regressão logística convencional

4.3.1. Análise bivariada

A tabela 17 apresenta os resultados da análise bivariada, utilizando-se regressão logística convencional.

Tabela 17 Odds ratio bruta e Intervalo de Confiança de 95% para violência física e/ou sexual por parceiro íntimo durante o período de residência da mulher na vizinhança onde foi entrevistada, São Paulo (n=926)

Domínios	Variáveis	OR (95%IC)
Características sócio-econômicas da vizinhança	Indicador de privação da vizinhança	1,22 (1,07-1,37)
Violência urbana	Homicídios masculinos	1,00 (0,99-1,01)
Comportamentos do parceiro	Parceiro se alcooliza mais de uma vez por mês	4,45 (3,03-6,54)
	Parceiro já se envolveu em brigas com outros homens	3,20 (2,04-5,01)
	Parceiro teve relações com outras mulheres	2,65 (1,75-4,00)
	Mãe do parceiro sofreu VPI	2,05 (1,38-3,03)
	Comportamento controlador	1,50 (1,36-1,64)
Capital social	Capital social cognitivo	0,70 (0,47-1,06)
	Apoio familiar	0,83 (0,59-1,19)
	Capital social estrutural	0,85 (0,57-1,28)
Características da mulher	Número de gestações	1,23 (1,12-1,35)
	Abuso sexual durante a infância	1,47 (0,83-2,60)
	Mãe sofreu VPI	1,22(1,11-1,36)
	Aceitabilidade da violência	1,58 (0,96-2,62)

4.3.2. Seleção “backwards” de variáveis para ajuste do modelo de regressão logística

Tabela 18 Seleção “backwards” para ajuste do modelo de regressão logística para sofrer VPI no período de residência na comunidade convencional, São Paulo (n=940)

Variáveis	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4	Passo 5
Índice de privação socioeconômica da vizinhança	1,07 (0,88-1,29)	1,07 (0,88-1,29)	1,07 (0,88-1,29)	1,10 (0,90-1,33)	-
Proporção de homicídios masculinos na vizinhança	1,00 (1,00-1,01)	1,00 (1,00-1,01)	1,00 (1,00-1,01)	-	-
Capital social cognitivo	0,62 (0,35-1,10)	0,62 (0,35-1,10)	0,62 (0,35-1,10)	0,62 (0,35-1,09)	0,64 (0,36-1,12)
Capital social estrutural	0,90 (0,53-1,53)	0,90 (0,53-1,53)	-	-	-
Apoio familiar	1,48 (0,84-2,62)	1,49 (0,84-2,63)	1,48 (0,84-2,60)	1,47 (0,84-2,57)	1,45 (0,84-2,49)
Parceiro alcoolizado mais de uma vez/ mês	2,94 (1,68-5,17)	2,94 (1,67-5,18)	2,96 (1,68-5,20)	2,97 (1,69-5,19)	2,83 (1,61-4,97)
Parceiro envolvido em brigas com outros homens	2,14 (1,19-3,85)	2,14 (1,19-3,86)	2,16 (1,20-3,89)	2,17 (1,21-3,90)	2,10 (1,18-3,72)
Parceiro teve relações com outra mulher	1,44 (0,81-2,56)	1,44 (0,81-2,56)	1,46 (0,82-2,58)	1,45 (0,82-2,56)	1,43 (0,82-2,50)
Comportamento controlador do parceiro	1,36 (1,21-1,53)	1,36 (1,21-1,53)	1,36 (1,21-1,53)	1,36 (1,21-1,53)	1,36 (1,21-1,53)
Aceitabilidade da violência	1,42(0,80-2,54)	1,42(0,80-2,54)	1,44 (0,80-2,57)	1,44 (0,80-2,58)	1,40 (0,78-2,48)
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,62 (1,05-2,49)	1,61 (1,05-2,49)	1,61 (1,05-2,48)	1,61 (1,04-2,48)	1,69 (1,10-2,61)
Mãe dela foi agredida pelo pai	2,50 (1,69-3,69)	2,50 (1,69-3,70)	2,50 (1,69-3,69)	2,51 (1,69-3,71)	2,56 (1,75-3,73)
Número de gestações	1,09 (0,97-1,24)	1,09 (0,97-1,24)	1,09 (0,97-1,24)	1,09 (0,96-1,24)	1,10 (0,97-1,24)
Abuso sexual na infância	1,02 (0,52-1,99)	-	-	-	-

Tabela 18 (cont.). Seleção “backwards” para ajuste do modelo de regressão logística para sofrer VPI no período de residência na comunidade convencional, São Paulo (n=940)

Variáveis	Passo 6	Passo 7	Passo 8	Passo 9	Passo 10
Índice de privação socioeconômica da vizinhança	-	-	-	-	-
Proporção de homicídios masculinos na vizinhança	-	-	-	-	-
Capital social cognitivo	0,64 (0,36-1,12)	0,71(0,43-1,20)	-	-	-
Capital social estrutural	-	-	-	-	-
Apoio familiar	1,42 (0,83-2,42)	1,42 (0,88-2,31)	1,42 (0,87-2,31)	-	-
Parceiro alcoolizado mais de uma vez/ mês	2,79 (1,58-4,92)	2,86 (1,69-4,82)	2,87 (1,70-4,84)	2,81 (1,68-4,72)	2,96(1,79-4,89)
Parceiro envolvido em brigas com outros homens	2,10 (1,18-3,72)	2,07 (1,19-3,59)	2,04 (1,18-3,53)	2,00 (1,16-3,45)	2,04(1,18-3,51)
Parceiro teve relações com outra mulher	1,42 (0,82-2,46)	-	-	-	-
Comportamento controlador do parceiro	1,37 (1,21-1,54)	1,38 (1,23-1,54)	1,38 (1,24-1,54)	1,36(1,22-1,52)	1,36(1,22-1,52)
Aceitabilidade da violência	1,42(0,82-2,46)	-	-	-	-
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,69 (1,09-2,61)	1,65 (1,07-2,55)	1,66 (1,07-2,57)	1,65 (1,07-2,53)	1,71(1,11-2,64)
Mãe dela foi agredida pelo pai	2,56 (1,74-3,75)	2,39 (1,73-3,30)	2,41 (1,75-3,32)	2,36 (1,70-3,26)	2,72(1,70-3,32)
Número de gestações	1,10 (0,97-1,24)	1,12 (0,98-1,27)	1,10 (0,97-1,25)	1,10 (0,97-1,24)	-
Abuso sexual na infância	-	-	-	-	-

Analisando o efeito de cada variável nas demais durante o ajuste do modelo, nota-se que o índice de privação socioeconômica da vizinhança estava mediando, em pequena medida, a relação entre VPI e características do parceiro (especificamente ficar alcoolizado e envolver-se em brigas com outros homens) e também entre VPI e aceitabilidade da violência.

4.3.3. Teste para interação

Interação entre variáveis correlacionadas foi testada usando-se teste de Wald ajustado (comando 'test' no programa Stata 10).

- Interação entre comportamento controlador e parceiro envolver-se em brigas com outros homens

A hipótese nula de que o termo de interação é igual a zero foi rejeitada com intervalo de confiança de 95% ($p=0.001$). Há interação entre essas variáveis e, portanto, o termo de interação será mantido no modelo final.

- Interação entre comportamento controlador e parceiro ficar alcoolizado com frequência

O teste de Wald (IC 95%) mostrou que o termo de interação não é significativo no modelo ($p=0.756$).

4.3.4. Modelo final regressão logística convencional

A Tabela 19 apresenta o modelo final de regressão logística convencional.

Tabela 19 Modelo final regressão logística convencional, São Paulo (n=940)

VPI no período de residência na comunidade	OR	IC (95%)
Parceiro fica alcoolizado mais de uma vez por mês	3,08	1,86 – 5,09
Parceiro esteve envolvido em brigas com outros homens	5,58	2,61 -11,93
Comportamento controlador	1,46	1,31 – 1,63
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,82	1,19 – 2,78
Mãe dela foi agredida pelo pai	2,33	1,67 – 3,25
Termo de interação entre comportamento controlador do parceiro e ele já ter se envolvido em brigas com outros homens	0,65	0,51 – 0,84

4.4. Análise multinível

As variáveis agregadas ao nível do conglomerado (nível 2) foram: índice de privação socioeconômica da vizinhança e violência urbana.

4.4.1. Modelo de intercepto aleatório

Quadratura foi checada e mudar o número de pontos de integração não afetou os resultados.

4.4.2. Análise bivariada com intercepto aleatório

Tabela 20 Análise bivariada com intercepto aleatório (violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança) – OR bruta e IC de 95%, São Paulo (n=926)

Domínios	Variáveis	OR (95%IC)	Teste de verossimilhança para a variância entre conglomerados (valor de p)*
Contexto	Índice de privação socioeconômica da vizinhança	1,23 (1,01-1,50)	0,040
	Capital social cognitivo	0,70 (0,46-1,06)	0,055
	Homicídios masculinos	1,00 (0,99-1,00)	0,057
Parceiro	Parceiro fica alcoolizado uma vez ao mês	4,58 (3,08-6,82)	0,069
	Parceiro envolvido em brigas	3,26 (2,05-5,18)	0,042
	Parceiro teve relações com outras mulheres	1,66 (1,28-2,17)	0,050
	Mãe do parceiro sofreu VPI	2,05 (1,37-3,06)	0,076
	Comportamento controlador	1,50 (1,36-1,64)	0,344
Mulher	Pode contar com a família	0,76 (0,48-1,20)	0,059
	Membro de organização ou frequenta reuniões	0,84 (0,55-1,28)	0,054
	Número de gestações	1,23 (1,12-1,36)	0,074
	Abuso sexual durante a infância	1,51 (0,84-2,72)	0,051
	Mãe sofreu VPI	1,22 (1,10-1,36)	0,078
	Aceitabilidade da violência	1,64 (0,98-2,76)	0,047

Considerando o intervalo de confiança de 95%, verifica-se que a relação entre VPI e a maioria das variáveis selecionadas para a análise é homogênea entre os setores censitários. Entretanto,

há uma variação entre as vizinhanças na relação entre VPI com: parceiro envolvido em brigas com outros homens ($p=0,042$), parceiro teve relação com outras mulheres ($p=0,050$) e aceitabilidade da violência ($p=0,047$). Ao se ajustar o modelo de intercepto aleatório, será possível verificar se essas diferenças entre os setores permanecem após controle por outras variáveis.

4.4.3. Seleção “backwards” de variáveis para ajuste de um modelo de intercepto aleatório de dois níveis

Tabela 21 Modelo de intercepto aleatório de dois níveis – OR ajustadas (Intervalo de Confiança de 95%) para o desfecho VPI no período de residência na vizinhança, São Paulo (n=940)

Variáveis	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4	Passo 5
Índice de privação socioeconômica da vizinhança	1,06 (0,81-1,39)	1,06(0,81-1,39)	1,09(0,87-1,37)	1,09(0,87-1,37)	-
Proporção de homicídios masculinos na vizinhança	1,00 (1,00-1,01)	1,00(1,00-1,01)	-	-	-
Capital social cognitivo	0,62 (0,37-1,02)	0,61(0,37-1,02)	0,61 (0,37-1,02)	0,61(0,37-1,02)	0,64(0,39-1,05)
Capital social estrutural	0,90 (0,54-1,51)	0,90(0,54-1,51)	0,90 (0,54-1,51)	-	-
Apoio familiar	1,48 (0,84-2,62)	1,48(0,84-2,62)	1,48(0,84-2,61)	1,47(0,83-2,59)	1,45(0,82-2,54)
Parceiro alcoolizado mais de uma vez/ mês	2,98 (1,84-4,82)	2,98(1,84-4,82)	2,98(1,84-4,83)	3,00(1,85-4,85)	2,86(1,77-4,61)
Parceiro envolvido em brigas com outros homens	2,15(1,21-3,82)	2,15(1,21-3,82)	2,15(1,21-3,82)	2,18(1,23-3,86)	2,11(1,20-3,71)
Parceiro teve relações com outra mulher	1,44(0,87-2,39)	1,44(0,87-2,39)	1,43(0,87-2,37)	1,45(0,88-2,39)	1,43(0,87-2,36)
Comportamento controlador do parceiro	1,36(1,21-1,53)	1,36(1,21-1,53)	1,36(1,21-1,52)	1,36(1,21-1,52)	1,36(1,21-1,52)
Aceitabilidade da violência	1,44(0,78-2,66)	1,44(0,87-2,39)	1,44(0,78-2,66)	1,46(0,79-2,69)	1,41(0,77-2,60)
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,62(1,01-2,61)	1,62(1,00-2,60)	1,61(1,00-2,60)	1,61(1,00-2,59)	1,70(1,06-2,71)
Mãe dela foi agredida pelo pai	2,52(1,62-3,91)	2,62(1,00-2,60)	2,53(1,63-3,92)	2,52(1,63-3,91)	2,57(1,67-3,96)
Número de gestações	1,09(0,97-1,23)	1,09(0,97-1,23)	1,09(0,97-1,23)	1,09(0,97-1,23)	1,10(0,98-1,23)
Abuso sexual na infância	1,03(0,51-2,10)	-	-	-	-
Correlação intraclasse	0,02(0,00-0,59)	0,02 (0,00-0,60)	0,02(0,00-0,59)	0,02 (0,00-0,60)	0,02 (0,00-0,55)
Teste de verossimilhança para a variância entre conglomerados (valor de p)	0,320	0,322	0,321	0,322	0,311

Tabela 21 (cont.). Modelo de intercepto aleatório de dois níveis – OR ajustadas (Intervalo de Confiança de 95%) para o desfecho VPI no período de residência na vizinhança, São Paulo (n=940)

Variáveis	Passo 6	Passo 7	Passo 8	Passo 9	Passo 10
Índice de privação socioeconômica da vizinhança	-	-	-	-	-
Proporção de homicídios masculinos na vizinhança	-	-	-	-	-
Capital social cognitive	0,63(0,38-1,04)	0,63 (0,38-1,04)	0,71(0,45-1,14)	-	-
Capital social estrutural	-	-	-	-	-
Apoio familiar	1,42(0,81-2,48)	-	-	-	-
Parceiro alcoolizado mais de uma vez/ mês	2,81(1,74-4,53)	2,77(1,72-4,46)	2,82(1,81-4,42)	2,84(1,81-4,43)	2,99(1,92-4,65)
Parceiro envolvido em brigas com outros homens	2,11(1,20-3,70)	2,06(1,18-3,61)	2,03(1,21-3,42)	2,00(1,19-3,37)	2,04(1,22-3,43)
Parceiro teve relações com outra mulher	1,42(0,86-2,32)	1,39 (0,85-2,27)	-	-	-
Comportamento controlador do parceiro	1,37(1,22-1,53)	1,35(1,21-1,51)	1,36(1,23-1,51)	1,36(1,23-1,51)	1,36(1,23-1,51)
Aceitabilidade da violência	-	-	-	-	-
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,69(1,06-2,70)	1,67(1,04-2,66)	1,64(1,05-2,58)	1,65(1,05-2,59)	1,72(1,10-2,69)
Mãe dela foi agredida pelo pai	2,57(1,67-3,95)	2,52(1,64-3,87)	2,34(1,56-3,51)	2,36(1,58-3,53)	2,39(1,60-3,58)
Número de gestações	1,10(0,98-1,23)	1,09 (0,97-1,23)	1,11(0,99-1,24)	1,10(0,98-1,23)	-
Abuso sexual na infância	-	-	-	-	-
Correlação intraclasse	0,01 (0,00-0,66)	0,02(0,00-0,60)	0,01(0,00-0,80)	0,01(0,00; 0,83)	0,01(0,00-0,68)
Teste de verossimilhança para a variância entre conglomerados (valor de p)	0,336	0,323	0,363	0,368	0,342

A partir dos parâmetros apresentados, conclui-se que não há muita variação no nível do contexto. A variância ao nível do cluster para o modelo apresentado no Passo 10 (Tabela 20) foi 0.15 (SD=0.12). Esta variância mostra que não há diferença significativa entre os conglomerados. Os setores são relativamente homogêneos no que se refere ao

comportamento das variáveis em relação ao desfecho. O teste de verossimilhança para a variância entre os conglomerados rejeita $H_0: \sigma_u^2=0$, o que significa que não há variação significativa entre os setores quanto à solução proposta para o conjunto dos dados ($p=0.497$). Este resultado é fornecido pela comparação da razão de verossimilhança do modelo de intercepto aleatório com a razão de verossimilhança do modelo logístico convencional (Gutierrez, 2007).

O coeficiente de correlação intraclasse também tende a zero ($ICC \leq 0.01$), indicando não haver evidência de “clustering” nos dados quanto aos fatores associados à VPI.

De forma geral, os dados sugerem o modelo de regressão logística em um nível (modelo convencional) como uma solução apropriada para a modelagem dos dados.

4.4.4. Modelo final de intercepto aleatório

A tabela 22 apresenta o modelo final de intercepto aleatório, acrescentado o termo de interação entre comportamento controlador do parceiro e envolvimento dele em brigas com outros homens.

Tabela 22 Modelo final de dois níveis com intercepto aleatório para desfecho VPI no período de residência na vizinhança, São Paulo, Brasil (n=940)

VPI	OR	IC (95%)
Parceiro fica alcoolizado mais de uma vez/mês	3,10	1,98-4,86
Parceiro esteve envolvido em brigas com outros homens	5,61	2,57-12,24
Comportamento controlador do parceiro	1,46	1,31-1,64
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,82	1,16-2,85
Mãe dela sofreu VPI	2,33	1,55-3,50
Interação entre comportamento controlador do parceiro e parceiro envolvido em brigas com outros homens	0,65	0,50-0,85
Correlação intraclasse	0,01	0,00-0,85
Teste de verossimilhança para a variância entre conglomerados (valor de p)	0,372	

O modelo final de intercepto aleatório não difere muito do modelo de regressão logística convencional. A pouca importância dos componentes do nível 2 para a análise é evidenciada pelo baixo coeficiente de correlação intraclasse e amplo IC (0,01; IC 95% 0,00-0,84) e o fato da variância entre conglomerados não ser significativa ($p=0.371$). A variância encontrada no segundo nível também foi bastante reduzida (0.04; se 0.12).

4.5. Análise de efeitos contextuais específicos

4.5.1. Quanta variação existe nos níveis de VPI entre as vizinhanças?

A Tabela 23 apresenta o modelo de componente de variância para a violência por parceiro íntimo no período de residência na comunidade.

Tabela 23 Modelo de componente de variância para desfecho VPI no período de residência na comunidade, São Paulo, Brasil (n=940)

Parâmetros	Modelo de componente de variância
Correlação intraclasse	0,04 (CI 0,01-0,18)
Variância no nível 2	0,15 (SE 0,12)
Teste de verossimilhança para a variância entre os conglomerados	P=0,057

O coeficiente de correlação intraclasse para o modelo nulo é 0,04 (CI 0,01-0,18), o que poderia ser interpretado como 4% da variância total entre a probabilidade de VPI é devida às diferenças entre as vizinhanças. Vale, porém, a ressalva, já feita anteriormente, de que a interpretação do coeficiente de correlação intraclasse não é uma medida muito confiável quando se trata de desfechos binários e pode ser inútil para responder se há “clustering” nos dados (Larson & Merlo, 2005). No entanto, considerando que a variância no nível 2 de 0,15 com desvio-padrão de 0,12 e o teste de verossimilhança para a variância entre os conglomerados também não são parâmetros significativos, podemos concluir que as observações são independentes entre si. Esses números sugerem que o fato de a mulher morar em uma ou outra vizinhança tem pouca influência na probabilidade de ela sofrer VPI.

4.5.2. Viver em uma vizinhança desfavorecida do ponto de vista socioeconômico aumenta as chances de a mulher sofrer violência pelo parceiro íntimo?

O primeiro passo para se responder essa pergunta é ajustar um modelo de intercepto aleatório controlado pelo índice de privação socioeconômica da vizinhança. A tabela 23 apresenta esse modelo e o modelo nulo para efeito de comparação.

Tabela 24 Parâmetros do modelo de componentes da variância e modelo de intercepto aleatório controlado pelo índice de privação socioeconômica da vizinhança para o desfecho VPI no período de residência na vizinhança, São Paulo (n=926)

Parâmetros	Modelo de componente de variância	Modelo de intercepto aleatório controlado pelo índice de privação socioeconômica da vizinhança
OR – índice de privação socioeconômica da vizinhança	-	1.23 (CI 1.01 – 1.50)
Correlação Intraclass	0.04 (CI 0.01-0.18)	0.03 (0.01-0.11)
Variância nível 2	0.15 (SE 0.12)	0.12 (SE 0.11)
Variação não explicada no nível 2 (sigma_u)	0.39 (0.18-0.84)	0.34 (0.13-0.88)
Teste de verossimilhança para variância entre os conglomerados	P=0.057	P=0.106

Após controlar pelo índice de privação socioeconômica da vizinhança, houve uma discreta diminuição na variância no nível 2, indicando que parte dessa variação está relacionada às características socioeconômicas das vizinhanças. Esta tendência também pode ser verificada no aumento do valor de p no teste de verossimilhança para a variação entre os conglomerados (de p=0.057 a p=0.106). Porém, os parâmetros não são estatisticamente significantes, indicando que a variação se dá no nível individual e não no nível da vizinhança.

No modelo de intercepto aleatório, a OR para o índice de privação socioeconômica da vizinhança foi significativa (p=0.04). O índice foi calculadas no nível agregado e, portanto, os

resultados sugerem que morar numa vizinhança desfavorecida do ponto de vista socioeconômica aumenta o risco individual de a mulher sofrer VPI.

Em conclusão, esses resultados mostram que apesar de não haver um padrão de agregação dos dados para VPI nas vizinhanças, o risco individual de VPI aumenta em vizinhanças com piores condições socioeconômicas.

Modelos ajustados

A seguir, os modelos de intercepto aleatório e o modelo de efeitos mistos (intercepto e inclinação aleatórios) são comparados com o modelo equivalente em um nível (modelo de regressão logística convencional), com o objetivo de verificar se as características socioeconômicas da vizinhança afetam o risco de VPI, após controlar por outros fatores.

Tabela 25 Modelos de regressão logística convencional, intercepto aleatório e efeitos mistos para violência por parceiro íntimo IPV no período de residência na comunidade, controlados pelo índice de privação socioeconômica da vizinhança, São Paulo (n=926)

VPI	Modelo de regressão logística convencional (um nível)	Modelo de intercepto aleatório	Modelo de efeitos mistos
Parceiro fica alcoolizado mais de uma vez por mês	3.15 (2,02-4,89)	3.17 (2,03-4.96)	3.18 (2.03-4,98)
Parceiro esteve envolvido em brigas com outros homens	5.18 (2.35-11.42)	5.20 (2.35-11.49)	5.10 (2.31-11.30)
Comportamento controlador do parceiro	1.45(1.29-1.62)	1.46 (1.29-1.62)	1.46(1.30-1.63)
Mãe do parceiro sofreu VPI	1.71(1.09-2.68)	1.71 (1.09-2.70)	1.75(1.11-2.75)
Mãe dela sofreu VPI	2.25(1.49-3.39)	2.25 (1.49-3.39)	2.29(1.52-3.46)
Termo de interação entre comportamento controlador do parceiro e parceiro envolvido em brigas com outros homens	0.68(0.52-0.89)	0.68 (0.52-0.89)	0.68(0.52-0.89)
Índice de privação	1.13(0.92-1.38)	1.13 (0.91-1.39)	-

No modelo de intercepto aleatório, a variação entre os conglomerados não é significativa ($p=0.41$). O coeficiente de correlação intraclasse é 0.01 (0.00-0.98), o que significa que uma parcela irrelevante da variação no modelo é explicada pelas diferenças entre os grupos. A variância no nível 2 é 0.02 (SE 0.11), confirmando a pequena variação da probabilidade individual de VPI entre as vizinhanças após controlar pelas variáveis identificadas no modelo final de regressão logística convencional (Tabela 18).

Em ambos os modelos multinível, a OR ajustada para comportamentos do parceiro aumentou discretamente quando comparada com o modelo de efeitos fixos (regressão logística convencional), enquanto a mãe dela ter sofrido VPI tornou-se menos importante.

Esses resultados mostram que as características socioeconômicas da vizinhança em que a mulher vive não influenciam seu risco de sofrer VPI, apesar de alterarem discretamente as OR

relativas ao comportamento do parceiro e da mãe dela ter sofrido VPI. As variáveis individuais são mais importantes na definição da probabilidade da mulher sofrer VPI.

4.5.3. Viver em vizinhanças com altas taxas de homicídios masculinos aumenta o risco individual de VPI?

A tabela 26 apresenta o modelo nulo e o modelo de intercepto aleatório por conglomerados, controlado pela taxa de homicídios masculinos.

Tabela 26 Parâmetros para o modelo de componentes da variância e modelo de intercepto aleatório controlado pela taxa de homicídios masculinos na vizinhança, São Paulo (n=940)

Parâmetros	Modelo de componentes de variância	Modelo de intercepto aleatório controlado por homicídios masculinos
OR para violência na vizinhança	-	1,00 (0,99-1,00)
Correlação intraclasse	0,04 (CI 0,01-0,18)	0,04 (CI 0,01-0,19)
Variância no nível 2	0,15 (SE 0,12)	0,13 (SE 0,16)
Teste de verossimilhança para a variância entre os conglomerados	P=0,057	P=0,092

Os parâmetros para o modelo não foram alterados pela inclusão da variável homicídios masculinos no modelo. A comparação dos dois modelos na distribuição χ^2 com 2 graus de liberdade confirma a falta de agregação dos dados por cluster após controlar por homicídios ($p < 0.05$). A OR para homicídios masculinos, medida no nível do conglomerado, mostra que o risco de VPI não foi afetado pelo fato de viver em vizinhanças com altas taxas de homicídios masculinos ($p = 0.153$).

Modelos ajustados

A tabela 26 apresenta o modelo de regressão logística convencional e o modelo de intercepto aleatório controlado por homicídios masculinos, além do modelo de efeitos mistos com homicídios masculinos na parte aleatória da equação.

Tabela 27 Modelos de regressão logística convencional, intercepto aleatório e efeitos mistos para violência por parceiro íntimo no período de residência na comunidade, controlados pela taxa de homicídios masculinos na vizinhança (n=940)

VPI	Modelo de regressão logística convencional (um nível)	Modelo de intercepto aleatório	Modelo de efeitos mistos
Parceiro fica alcoolizado mais de uma vez por mês	3,08 (1,98-4,78)	3,09 (0,98-4,83)	3,18 (2,03-4,98)
Parceiro envolveu-se em brigas físicas com outros homens	5,67 (2,61-12,33)	5,68 (2,61-12,39)	5,64 (2,57-12,37)
Comportamento controlador do parceiro	1,47 (1,31-1,64)	1,47 (1,31-1,64)	1,47 (1,31-1,64)
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,80 (1,15-2,81)	1,80 (1,15-2,82)	1,84 (1,17-2,89)
Mãe dela sofreu VPI	2,29 (1,53-3,43)	2,29 (1,53-3,44)	2,30 (1,53-3,47)
Termos de interação entre comportamento controlador do parceiro e parceiro envolveu-se em brigas com outros homens	0,65 (0,50-0,85)	0,65 (0,50-0,85)	0,65 (0,50-0,85)
Homicídios masculinos	1,00 (1,00-1,01)	1,00 (1,00-1,01)	-

O modelo de intercepto aleatório controlado por homicídios masculinos produz um coeficiente de correlação intraclasse não significativa (0,01; 95%IC 0,00-1,00). A variância no nível 2 é 0,02 (SE 0,10) também não é significativa ($p=0,433$).

O modelo de efeitos mistos, permitindo que as inclinações das retas variem para homicídios masculinos por conglomerado, não mostrou muita diferença entre as soluções para as

vizinhanças e a solução geral ($p=0,209$). Isto significa que a relação entre VPI e taxa de homicídios masculinos não muda significativamente entre os conglomerados.

A OR para as variáveis independentes não apresenta diferença importante entre os modelos. Pode-se concluir que a violência na comunidade não influencia a distribuição de VPI entre as vizinhanças.

4.6.4. O que acontece com a diferença nas probabilidades de VPI entre as vizinhanças após controlar por capital social cognitivo?

A Tabela 28 apresenta o modelo de componentes de variância e de intercepto aleatório controlado por capital social.

Tabela 28 Parâmetros para modelos de componentes de variância e intercepto aleatório controlado por capital social cognitivo, São Paulo (n=940)

Parâmetros	Modelo de componentes de variância	Modelo de intercepto aleatório controlado por capital social cognitivo
OR para capital social cognitivo	-	0,70 (0,46-1,06)
Correlação intraclasse	0,04 (CI 0,01-0,18)	0,04 (0,01-0,18)
Variância no nível 2	0,15 (SE 0,12)	0,15 (0,12)
Teste de verossimilhança para variância entre os conglomerados	P=0,057	P=0,055

Os parâmetros para o modelo nulo não foram fortemente afetados pela introdução da variável capital social cognitivo. A variância entre os conglomerados diminui com a introdução de capital social cognitivo no modelo de intercepto aleatório. O teste de verossimilhança comparando os dois modelos fornece um valor de p de 0,27, mostrando que capital social cognitivo não altera a diferença na probabilidade de VPI entre vizinhanças. Capital social cognitivo não é um fator protetor significativo para VPI ($p=0,088$).

Modelos ajustados

Tabela 29 Modelos de regressão logística convencional, intercepto aleatório e efeitos mistos para violência por parceiro íntimo no período de residência na comunidade, controlados por capital social cognitivo, São Paulo (n=940)

VPI	Modelo de regressão logística convencional (um nível)	Modelo de intercepto aleatório	Modelo de efeitos mistos
Parceiro fica alcoolizado mais de uma vez por mês	3,09 (1,99-4,79)	3,12 (1,99-4,87)	3,13 (1,99-4,90)
Parceiro envolve-se em brigas com outros homens	5,67 (2,60-12,37)	5,70 (2,60-12,51)	5,63 (2,57-12,35)
Comportamento controlador do parceiro	1,46 (1,31-1,64)	1,46 (1,31-1,64)	1,46 (1,31-1,64)
Mãe do parceiro sofreu VPI	1,82 (1,17-2,84)	1,83 (1,17-2,86)	1,83 (1,17-2,87)
Mãe dela sofreu VPI	2,31 (1,54-3,47)	2,32 (1,54-3,48)	2,34 (1,56-3,51)
Interação entre comportamento controlador pelo parceiro e parceiro envolvido em brigas com outros homens	0,65 (0,50-0,85)	0,65 (0,50-0,85)	0,65 (0,50-0,85)
Capital social cognitivo	0,76 (0,48-1,20)	0,76 (0,48-1,20)	-

O modelo de intercepto aleatório teve pequeno coeficiente de correlação intraclasse com um intervalo de confiança amplo (0,01; 95%CI 0,00-0,82), indicando que a maior variância do modelo é entre os indivíduos. Além disso, a variância no nível dos conglomerados não é significativa no modelo ($p=0,366$).

Os achados no modelo de efeitos mistos mostraram baixa variância no segundo nível para capital social (0,01; IC 0,00-0,45) e pouca evidência de agregação por conglomerado ($p=0,28$).

Os resultados mostram que o capital social cognitivo não influencia os riscos de sofrer VPI.

Parte 5: Discussão

Este estudo investigou a importância das características da vizinhança na ocorrência de violência por parceiro íntimo em regiões diversas do Município de São Paulo, partindo de dados inéditos sobre violência contra mulheres, produzidos em pesquisa multipaíses da OMS em parceria com a USP (Garcia-Moreno et al., 2005; Schraiber et al., 2002).

Em uma metrópole marcada pela segregação social, em que taxas extremamente altas de homicídio concentram-se nas regiões de maior privação socioeconômica (Soares et al.; 2003; Adorno, 2002; Sposatti, 2000), foi analisada a relação entre morar em vizinhanças com características contextuais diversas e a probabilidade de sofrer violência por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança.

Ao contrário de pesquisas realizadas nos Estados Unidos (O'Campo, 1995; Pearlman, 2003; Grisso, 1999; Browning, 2002), os resultados deste estudo mostraram que os efeitos contextuais analisados (pobreza, violência urbana e capital social) não apresentam associação com a probabilidade de sofrer VPI. Os achados apontam que não há variação significativa entre as vizinhanças na ocorrência de VPI, isto é, há relativa homogeneidade na distribuição de ocorrência de violência entre os diversos setores. Além disso, indicam que viver em contextos de privação socioeconômica, altas taxas de homicídio e baixos níveis de capital social não está associado com maior probabilidade de a mulher sofrer VPI.

É possível que a influência do contexto sobre a VPI seja diferente para o Município de São Paulo em relação aos contextos norte-americanos estudados nas pesquisas mencionadas acima,

devido a diferenças na configuração da segregação socioeconômica, nos padrões de sociabilidade e na dinâmica das redes pessoais e sociais. Conforme coloca Briggs (2001), o espaço urbano é caracterizado pelas possibilidades de criação de um sentido de comunidade, através da cultura (identidade, crenças e sentidos) em torno de um território e de símbolos localmente identificáveis que se tornam parte da história local e imprimem sentido às vidas individualmente. Essa perspectiva insinua a importância das dinâmicas locais na atribuição de sentidos sobre as relações de intimidade e a VPI e a atuação coletiva sobre o fenômeno. Nesse sentido, é possível que, em São Paulo, haja certa homogeneidade entre bairros pobres e ricos quanto à impenetrabilidade da esfera de intimidade conjugal e ao respeito por hierarquias tradicionais de poder marcadas pelo gênero. Apesar de os dados não permitirem argumentos conclusivos nesse sentido, a centralidade do conceito de gênero e poder nessa discussão é evidenciada pelos resultados deste estudo, ao apontarem a maior probabilidade de sofrer VPI das mulheres que se envolvem em relações íntimas com homens controladores e que brigam com outros homens. Esses comportamentos masculinos são tidos como expressão das iniquidades de gênero atualizadas nos conflitos de casais (Agoff, 2007). O parceiro ficar alcoolizado mais de uma vez por mês também se destacou como um fator de risco importante para a VPI. Usando a teoria do poder (Power theory), Gondolf (1995) afirma que abuso de álcool e violência contra a parceira íntima são manifestações de uma necessidade de poder e controle relacionada a gênero. Porém, esta última leitura deve ser feita com ressalvas, já que não há consenso sobre o papel do álcool na VPI e estudos mostram associação entre consumo de álcool pela mulher e VPI (Raghavan et al., 2006).

Em revisão sobre o tema, Schraiber et al. (2005: 14) concluem que para a maior parte dos autores da VPI “o recurso à violência (...) não é simplesmente um elemento constitutivo da relação afetiva/conjugal. Antes, sua emergência responde à necessidade masculina de re-colocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação quando esta é questionada ou está em crise”. Nossos achados corroboram essa tese à medida que destacam a associação no nível individual de comportamentos masculinos ligados à agressividade, controle e poder, referenciais formadores da masculinidade hegemônica. Ou, como interpretam Schraiber et al. (2005), a violência como expressão da insegurança masculina ou da não atualização de um padrão hegemônico de masculinidade.

Seria talvez esperado que as mudanças nas estruturas tradicionais de gênero se desse com maior rapidez nos estratos sociais com mais acesso à informação, supostamente as classes médias urbanas, porém nossos achados não apresentam evidências nesse sentido.

Os resultados deste estudo sugerem também que as teorias utilizadas para explicar a violência de base comunitária - como a teoria da desorganização social/eficácia coletiva, a teoria da rotina no estilo de vida ou a teoria da subcultura da violência – não são aplicáveis para explicar a VPI em São Paulo. Uma hipótese é a de que a dinâmica da violência urbana no Brasil envolve redes de criminalidade ligadas a questões fora do controle das redes sociais locais, sendo os homicídios potencializados por atividades ilegais praticadas por redes internacionais de tráfico de drogas, armas, mulheres e crianças, pedras preciosas, fauna e flora/madeira (Souza & Lima, 2007). A violência nesse contexto seria parte central do mecanismo de auto-preservação dessas redes. Seja pela “proteção” oferecida aos moradores locais (Adorno, 2002), ou pela subjugação ou intimidação da comunidade frente ao poder de fogo e violência de criminosos locais (Soares,

2005), mecanismos de eficácia coletiva ou controle social poderiam ter sua atuação restringida pelo medo de moradores da comunidade quanto à retaliação ou à perda de acesso a recursos controlados por redes criminosas locais. Esta hipótese aproxima-se da idéia de Adorno (2002) de que a expansão do crime teria provocado desorganização do tecido social e das formas convencionais de controle social. Pesquisas sobre violência urbana confirmam a fragilidade dos vínculos sociais entre pessoas pobres, apontando a ausência de padrões de comunidade integrada, participante ou democrática (Marques et al., 2007). Seria de se esperar que em um ambiente marcado por esses níveis de instabilidade social e ineficácia do Estado em garantir a segurança, as leis e o direito dos seus cidadãos (Caldeiras 2000; Zaluar, 1985; Soares, 2005), comportamentos violentos fossem também intensificados na esfera da intimidade. Nossos resultados, porém, não mostraram risco elevado de VPI para mulheres vivendo em bairros com maiores taxas de violência urbana, assim como não apresentaram associação entre capital social/ eficácia coletiva e violência urbana. É também possível que a limitada visibilidade da violência doméstica minaria a capacidade de vizinhos de monitorar e exercer controle social sobre este tipo de comportamento, reduzindo o potencial da eficácia coletiva de prevenir e combater a VPI. Além disso, as reações das pessoas com quem a mulher se relaciona, inclusive os membros de sua família, podem ser bastante diversas não apenas em relação a critérios de distância e proximidade, mas também no que diz respeito à variedade de perspectivas e reações à VPI.

O reconhecimento da VPI como um problema sobre o qual redes de sociabilidade poderiam influenciar e atuar parece depender da ruptura com estruturas tradicionais de gênero e poder que encontram um espaço privilegiado de reprodução em relações de intimidade mulher-

homem, ao abrigo de mecanismos de eficácia coletiva ou controle social e aparentemente imune ao stress e frustração que a pobreza e a violência urbana poderiam causar.

Limites

Este estudo baseou-se em fontes secundárias de dados e, portanto, as medidas utilizadas não foram desenvolvidas a partir das considerações teórico-metodológicas especificamente dirigidas aos seus objetivos. Por este motivo, alguns limites surgiram quanto à definição das variáveis e medidas utilizadas. Entre os principais destes problemas, destacamos: 1) o lugar de ocorrência da VPI (vizinhança) foi priorizado e, dessa forma, informações sobre gravidade e frequência dos episódios foram perdidas; 2) As medidas sobre capital social não foram culturalmente adaptadas e a variável capital social cognitivo não incluiu todas as dimensões sugeridas por Krishna & Shrader (2002); 3) a variável homicídios masculinos foi medida no nível do distrito enquanto as demais variáveis o foram no nível do setor censitário; 4) as variáveis relativas às características do parceiro e seu comportamento apenas consideram o parceiro atual ou mais recente e não necessariamente aquele que cometeu violência contra a mulher.

Em relação ao apoio familiar, pudemos analisar as relações de distância e proximidade com membros da família próxima, mas não tínhamos informações sobre outros aspectos das redes familiares e principalmente não dispúnhamos de dados sobre as concepções dos familiares em relação a gênero e VPI.

Além disso, o fato deste estudo ter um desenho de corte transversal impossibilita a inferência de relações de causalidade entre as variáveis.

Recomendações

Apesar dos limites desse estudo, ao nosso conhecimento, este trabalho foi o primeiro estudo brasileiro a aplicar estratégia de análise multinível para investigar a VPI.

Pesquisas futuras sobre o tema podem se beneficiar de abordagens que incluam a perspectiva dos homens sobre a VPI, de medidas geograficamente mais precisas para violência urbana e mais sensíveis para capital social e de informações mais específicas sobre as possibilidades e natureza da interferência da família nos conflitos e violência entre parceiros íntimos. Além disso, pesquisas qualitativas sobre a relação entre as diversas dimensões do capital social e a VPI podem também ajudar na compreensão de mecanismos de prevenção e apoio nas situações de violência.

Apesar da estranheza que a divisão teórica entre público e privado possa causar atualmente, parece difícil escapar destes conceitos ao se estudar a influência de fatores contextuais na VPI. Hazleden (2004) sugere que essa estranheza se deve às novas formas e espaços de expressão da subjetividade no mundo contemporâneo. A autora coloca que atualmente a vida privada escapa à noção da esfera doméstica e passa a girar em torno dos detalhes da intimidade que o sujeito não quer compartilhar com ninguém ou sobre os quais não quer que ninguém tome conhecimento. Essas distinções deveriam ser exploradas em futuras pesquisas no sentido de iluminar aspectos da dinâmica da invisibilidade em relação à VPI e dos limites da influência das redes sociais no problema.

Por último, o fato de não terem sido encontradas associações entre variáveis contextuais e VPI não deve anular a dimensão pública do problema para fins de Políticas Públicas. Estratégias dirigidas aos aspectos sociais e culturais da violência não devem ser descartadas com base na

invisibilidade ou isolamento doméstico da VPI. Como sugere Portela (2008), o debate e publicização da VPI podem estimular a “deslegitimação” da violência e sua condenação social, atuando como um fator de prevenção desse tipo de agressão. Conforme Heise et al. (2002), as relações sociais podem ser influenciadas no sentido de minimizar as relações abusivas. Esforços nesse sentido podem ser operacionalizados no nível comunitário e estudos pioneiros têm mostrado impactos positivos na redução das taxas de VPI (Kim et al., 2007). Contextos urbanos como o de São Paulo, porém, colocam desafios extras para se pensar Políticas Públicas para combate e prevenção da VPI.

Parte 6: Subprodutos do estudo – artigos submetidos

Nesta sessão, apresentamos esboços dos artigos submetidos para publicação como subprodutos da tese. O primeiro deles trata especificamente da relação entre pobreza e VPI, a partir do contexto de profundas desigualdades sociais do Município de São Paulo. O segundo artigo analisa a relação entre violência urbana, VPI e capital social, verificando a aplicabilidade das teorias usadas para explicar a relação entre os três fatores para o Município de São Paulo.

Gender-based violence and social inequalities: does living in a deprived neighbourhood increase women's individual risk of experiencing intimate partner violence?

ABSTRACT

Objectives. This study investigates how neighbourhood poverty and individual socioeconomic factors influence the individual risk of women experiencing intimate partner violence (IPV) in Sao Paulo, Brazil.

Methods. Data from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women, and census data for Sao Paulo City were used in analysis using multilevel regression techniques. A deprivation index was created for the neighbourhoods, and proxies for socioeconomic positions within the couple (her schooling and his employment status) were included. Other individual-level variables included factors related to partner's behaviour and women's experiences and attitudes.

Results. Neighbourhood deprivation and individual socioeconomic factors were not associated with IPV in Sao Paulo. The variables measuring partner behaviour were the strongest predictors for IPV. Women who had partners ever involved in physical fights with other men had a five-fold risk of IPV, and those whose partner got drunk at least once a month had a three-fold risk. Partner controlling behaviours were an important predictor of IPV. His or her mother having experienced IPV also increased women's likelihood of IPV.

Conclusion. These findings suggests that gender power imbalances within the couple are more important to explain women's individual probability of experiencing IPV than living in a deprived neighbourhood or potentially having financial strains. Policies to prevent IPV should have gender equity within the intimate relationship as a priority.

INTRODUCTION

Since the 1990's, violence against women has been recognized as a public health matter because of its magnitude and health consequences for individuals (Watts & Zimmerman, 2002).

Research shows that violence against women is usually restricted to the domestic context, can have a recurrent and severe nature, and is most often perpetrated by an intimate partner (Garcia-Moreno et al., 2005; Jewkes, 2002; Heise et al., 1999). Across regions, a range of factors is associated with intimate partner violence (IPV), and many studies highlight poverty as an important predictor for this type of violence (Rivera-Rivera et. al., 2004; Benson et al., 2003;

Pearlman et al., 2003; Curandi et al., 2000; Gonzales & Gavilano, 1999; Miles-Doan, 1998; O'Campo, 1995).

Although there is some research investigating the effects of the social context on IPV (McQuestion, 2003; Benson et al., 2003; Curandi et al., 2000; Ellsberg et al., 1999; Koenig et al., 2003; Miles-Doan, 1998; O'Campo, 1995), most studies focus on individual or relationship factors to understand the problem (Benson et al., 2003). This is probably due to the commonly accepted view of IPV as a phenomenon isolated from broader social structures (Benson et al., 2003; Miles-Doan, 1998). Nevertheless, research across different sites have found associations between context-level variables - such as neighbourhood poverty (Curandi et al., 2000; Benson et al., 2003; Pearlman et al., 2003; Miles-Doan, 1998), overall rate of neighbourhood IPV (McQuestion, 2002), savings/credit group membership (Koenig et al., 2003), women's mobility (Koenig et al., 2003) - and women's individual risk of IPV.

Gender theories consider unemployment and "social disorders" to influence male's gender behaviour particularly among poor men (Courtenay, 2000; Jewkes, 2002; Strauss et al., 2006). Theories linking poverty to IPV stress the causal pathway of poverty as a contextual factor that influences the behaviour of individuals by reinforcing traditional symbolic structures of male dominance (Courtenay, 2000; Jewkes, 2002). Men living in the context of poverty would face higher levels of stress and powerlessness (Strauss et al., 2006), and therefore would be more likely to display aggressive behaviour when seeking to ascertain their male identity (Courtenay, 2000). Similarly, economic and sociological theories focus on resource distribution and power imbalances within the family, and describe a range of situations which could lead to IPV. For example, women with access to more economic resources and gender-conservative partners

may be more likely to experience IPV as a result of non-conformity to traditional norms of male dominance within the household; conversely, women who are economically dependent on their partners may be at increased risk of repetitive partner violence because of difficulties negotiating change in the relationship or access to resources to leave an abusive relationship (Vyas & Watts, 2008).

In addition, self-perception of her/his economic situation is also associated to an increased risk of IPV. Data from a nationally representative sample of US households showed that females holding a pessimistic view on their financial situation were at more risk of IPV, and males having dissatisfaction about finances and worries about income had an increased likelihood of violence perpetration (Benson et al., 2003).

Taking into account the gendered nature of IPV, this study investigates the influence of socioeconomic context and individual socioeconomic variables with women's individual risk of experiencing IPV in the City of Sao Paulo. To examine these associations, we analysed data from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence (Garcia-Moreno et al., 2005; Schraiber et al., 2007) and census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2000).

Sao Paulo is the largest Brazilian city, with a population of over 10 million in the year 2000. The city has strong spatial segregation of impoverished populations living in precarious socioeconomic conditions with restricted access to formal employment, reduced levels of income, generalized urban violence, and deterioration or lack of public services (Marques, 2008; Caldeiras, 2000; Cardoso, 2001; Adorno, 1998; Torres, 2003; Reis, 2002). Many studies have been conducted on male-to-male violence, taking into account the diverse socioeconomic

contexts in Sao Paulo, and found elevated rates of this type of violence in disadvantaged neighbourhoods (Gawryszewsk et al., 2005; Torres, 2003; Simões, 2002; Sposatti, 2000; Adorno, 2000; Barata et al., 1999). However, to our knowledge, there are no studies investigating how neighbourhood poverty and individual socioeconomic factors affect the risk of women experiencing IPV in a middle income urban site with such deep social inequalities. This study attempts to fill in this gap using multi-level analysis.

METHODOLOGY

Sampling

Between 1999-2000, the World Health Organization (WHO) conducted a cross-sectional population-based household survey with a representative sample of women, aged 15-49, living in the city of Sao Paulo (Garcia-Moreno et al., 2005; Schraiber et al, 2007). Multi-stage sampling by clusters was used to select the sites and is further described in an article by Silva (2003). The selection of sample units was carried out in three stages using probability proportional to size. In the first stage, 72 census tracts were randomly selected from the probability matrix of 263 drawn by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for the national census. The census tracts were then ranked by proportion of head of household with less than one year schooling and randomly selected. In the second stage, thirty households were selected in each census tracts. Finally, in each household where women aged 15 to 49 lived, only one woman was randomly selected to be interviewed. Data from IBGE for the same clusters was merged into this dataset to access socioeconomic characteristics of the neighbourhood. The census sample is calculated from a matrix of 21,000 census tracts distributed in 96 census blocks.

Census tracts are the smallest geographical unit defined by IBGE and are here referred to as neighbourhoods.

Figure 1. Map of census blocks in the city of São Paulo selected for the WHO multi-country study

Data collection

The interviews for the WHO study used a questionnaire created by an international team in collaboration with local stakeholders, and translated into Portuguese. The response rate was 89.9% and the final sample size was 1,172 women. Interviewers were all women, and were carefully selected on the basis of their sensitiveness to the theme and their ability to deal with potential difficult situations during the interviews. Women signed a consent form and private face-to-face interviews were conducted. When the interview was completed, interviewers offered a list of services providing support and assistance for women living with violence. Details on ethics and safety procedures for the research can be found in Garcia-Moreno et al. (2005).

Measurements

Physical and/or sexual intimate partner violence. The WHO questionnaire included six questions on acts of physical IPV and three questions on acts of sexual IPV. Following these questions, there was a chart to collect information about the timing of the onset of physical and/or sexual IPV (Garcia-Moreno et al., 2005). A variable was created to indicate if any of the episodes, perpetrated by any partner, had happened while she was living in the neighbourhood. This variable was coded as positive for women who did not experience IPV while living in the neighbourhood.

Neighbourhood deprivation index. The deprivation index was generated from census data for each of the 72 clusters selected to integrate the sample for the WHO survey, and was aggregated at the cluster level (level 2). The mean score for the neighbourhood deprivation

index was calculated for each census tracts. This variable was centered at its mean and included in the model as a neighbourhood-level variable. Based on methodology developed by Torres et al. (2003), a factor analysis was run to build an indicator of deprivation. The authors identified twelve census variables (Box A) with significant variability in between census tracts explaining 76.70% of the total variance.

Box A. Domains and variables used in factor analysis to generate the depravation indicator from census data (Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE)

Domain	Variable
Education	proportion of literate head of households
	proportion of head of households with basic education
	mean of school years of the head of household
Income	mean of income of the head of household
	head of households with a mean income bellow three minimum wages
Age and family structure	proportion of head of households aged 10 to 29 years in the total population
	mean age of the head of household
	mean inhabitants per household
	proportion of children aged from 0 to 4 years in the total population
	proportion of adolescents aged from 15 to 19 years in the total population
	proportion of young adults aged from 20 to 24 years in the total population
Gender	proportion of female head of households with basic education or less

Neighbourhoods with higher deprivation indicators present lower income means, lower educational levels, higher proportion of very poor families, more people sharing the same household, higher proportion of female heads of households with low education, and higher proportion of adolescents (Torres et al., 2003).

Partner's behaviour and occupational situation. The WHO questionnaire collected information on the women's current or most recent partner. Five variables were used to access partner's behaviour: if he was unemployed, if he got drunk more than once a month, if he had relationship with other women, if he engaged in controlling behaviour, and if his mother had

ever experienced IPV. The variable for controlling behaviour was based in the answers to the set of questions presented in Box B.

Box B. Questions on partner controlling behaviour

703. I am now going to ask you about some situations that are true for many women. Thinking about your (current or most recent) husband/partner, would you say that is generally true that he:

- h) Tries to keep you from seeing your friends
- i) Tries to restrict contact with your family of birth
- j) Insists on knowing where you are at all times
- k) Ignores you and treats you indifferently
- l) Gets angry if you speak with another man
- m) Is often suspicious that you are unfaithful
- n) Expects you to ask his permission before seeking health care for yourself?

An additive scale was created, with each item coded as zero for no and one for yes.

Woman's experiences and attitudes. Age was included as a continuous variable measured in years. For the variable on her mother having experienced IPV, values were coded as missing when, during the woman's childhood, her parents did not live together (n=11) or she did not know about violence between them (n=19). Education was considered as proxy for individual socioeconomic position and modeled as a continuous variable measuring complete years of schooling. A continuous variable ranging from zero to thirteen was created for the woman's number of pregnancies. Childhood sexual abuse was positive for women who reported being touched or forced to perform sexual activities that they did not want to before the age of 15. A binary variable measuring the woman's acceptability of violence was created from questions in Box C, and coded as zero for women who did not agree with any statement, and one for those who agreed with at least one.

Box C. Questions on acceptability of violence

- Q607. In your opinion, does a man have a good reason to hit his wife if:
- g) She does not complete her household work to his satisfaction
 - h) She disobeys him
 - i) She refuses to have sexual relations with him
 - j) She asks him whether he has other girlfriends
 - k) He suspects she is unfaithful
 - l) He finds out that she has been unfaithful

Statistical analysis

Data was arranged in a two-level hierarchical structure, with women at level one and neighbourhoods at level two. There was no available census data for one of the neighbourhoods and therefore this cluster was excluded from modeling analysis (n=14).

Considering the complex sample design, the data was weighted, using different assigned weights for each neighbourhood. The svy mode in the statistical software Stata 10 (Statacorp, 2009) was used for fitting the models. Bivariate analysis and backwards stepwise logistic regression were carried out to identify variables associated with IPV at the individual level. Interaction was tested by including cross product terms of highly correlated variables. To understand the influence of neighbourhood socioeconomic characteristics on IPV at the contextual level, a variance component model was fit as a baseline for comparison with a random intercept model controlled by neighbourhood socioeconomic characteristics. A variance component model contains only a response variable and no explanatory variable other than the intercept, and allows the overall probability of IPV to vary across neighbourhoods, allowing to verify if observations are dependent within neighbourhoods (i.e., if the data shows any patterns of clustering for IPV). The null model was used as a baseline for the estimation of

'explained' versus 'unexplained' variances in comparison to more elaborate models. Subsequently, bivariate random intercepts models were fit for each of the socioeconomic context characteristics components. This procedure aimed to understand which characteristics at the neighbourhood level were associated with IPV and if each of them significantly varied in-between neighbourhoods. Then a multilevel random intercept model and a mixed effect model were compared to its single-level equivalent (conventional logistic regression model), in order to verify if the socioeconomic characteristics of the neighbourhood affect the risk of IPV, after controlling for other factors. In the mixed-effect model, both intercepts and slopes are allowed to vary by clusters. The parameters identified in the final one-level model were assigned to the fixed part of the equation, whereas the socioeconomic characteristics variable was included as a random coefficient parameter. In conventional logistic regression all parameters are fixed; in the random intercept model, intercepts are allowed to vary by cluster; and in the mixed-effects model both intercepts and slopes are allowed to vary by clusters.

The objective of fitting these models was to understand if there was clustering for IPV, the potential differences between clusters and the relative importance of the clusters' socioeconomic index for neighbourhoods as a predictor for IPV. The parameters analyzed to assess clustering of the data for IPV are the estimated intraclass correlation, the variance at the neighbourhood level, and the likelihood test for between cluster variance. The intraclass correlation measures the proportion of the variance that is in-between groups. The variance at level 2 shows the proportion of the overall model's variance at the contextual level, i.e. what proportion of the overall variance is explained at the neighbourhood level. Finally, the likelihood test for the between-cluster variance tests the null hypothesis that the between

cluster variance is zero. If these values are small or non-significant, a single-level regression would represent the relationships in this data as well as the multilevel models. This means that the assumption of independence of observations was not violated by clustering of the data for IPV.

RESULTS

Sample characteristics

The prevalence of IPV while living in the neighbourhood was 17.34% (CI 95% 14.97-19.92). This rate was 28.94% (CI 95% 26.05 – 31.95) for lifetime experience of IPV. Therefore, of all women who experienced physical and/or sexual IPV, 59.93% reported this experience while living in the neighbourhood where they were interviewed. The difference between these two prevalence was statistically significant ($p=0.000$) under the χ^2 distribution. However, socio demographic characteristics of the overall sample of ever partnered women who ever experienced IPV, and of women who experienced IPV while living in the neighbourhood were similar (Table 1).

Table 1. Socio demographic characteristics of the overall sample of ever partnered women, of the women who ever experienced IPV, and of women who experienced IPV while living in the neighbourhood, São Paulo, Brazil (n=940)

Variables	Ever partnered women		Women Who ever experienced physical or sexual IPV		Women who experienced physical or sexual IPV while living in the neighbourhood	
	Mean	SD	mean	SD	mean	SD
Age	33,62	15,42	34,61	8,74	34,43	8,21
Schooling	8,92	4,47	7,88	4,05	7,75	3,89

Data on the socioeconomic characteristics of neighbourhoods is presented in Table 4.

Table 2. Overall mean and SD of components of the deprivation index, considering the 72 clusters selected for the WHO multi-country study in Sao Paulo, Brazil (n=926).

Domain	Variable	Mean (SD)
Education	proportion of literate head of households*	95.00(5.24)
	proportion of head of households with basic education*	31.66(16.22)
	mean of school years of the head of household*	7.85(2.66)
Income	mean of income of the head of household*	1,171.42(1,066.79)*
	Proportion head of households with a mean income bellow three minimum wages*#	29.29(14.04)
	proportion of head of households aged from 10 to 29 years in the total population*	13.95(7.52)
Age and family structure	mean age of the head of household*	45.76(5.01)
	mean inhabitants per household*	3.44(0.47)
	proportion of children aged from 0 to 4 years in the total population	7.97(3.07)
	proportion of adolescents aged from 15 to 19 years in the total population	9.21(1.89)
	proportion of young adults aged from 20 to 24 years in the total population	4.02(1.72)
Gender	proportion of female head of households with basic education or less	14.40(7.33)

* 14 missing data; one of the census blocks (Rio Pequeno) does not have available data

** Mean income in Brazilian currency (reais) for the year 2000 (corresponding to approximately U\$644.48; SD 549.64)

The minimum wage for the year 2000 in Brazil was R\$151 (approximately U\$81.54)

The high standard deviation for the variables shows the wide variation in the range of values for the different neighbourhood factors, indicating the social and economic gaps in between neighbourhoods.

Bivariate and multivariate single-level analysis

Table 3. Bivariate and multivariate single-level analysis for intimate partner violence while living in the neighbourhood, Sao Paulo, Brazil (n=926)

Domains	Variables	Crude OR (95%IC)	Adjusted OR (95%IC)
SES	Neighbourhood deprivation index	1.23 (1.03-1.46)	1.13 (0.92-1.39)
Partner behaviour	Partner unemployed	1.70 (1.04-2.76)	-
	Partner drunk at least once a month	4.45 (3.03-6.54)	3.04 (1.94-4.77)
	Partner ever involved in fights	3,20 (2,04-5.01)	5.26 (2.39-11.58)
	Partner had relationship with other women	2.65 (1,75-4.00)	-
	Partner's mother experienced IPV	2.05 (1.38-3.03)	
	Partner has controlling behaviour	1,50 (1,36-1,64)	1.45 (1.30-1.63)
	Interaction term between partner controlling behaviour and partner involved in fights with other men	-	0.68 (0.52-0.89)
Woman's experiences and attitudes	Age	1.01 (0.99-1.03)	-
	Schooling	0.93 (0.89-0.97)	-
	Number of pregnancies	1.23 (1.12-1.35)	-
	Childhood sexual abuse	1,47 (0,83-2.60)	-
	Mother experienced IPV	1.22(1.11-1.36)	2.25(1.49-3.38)
	Acceptability of violence	1.58 (0.96-2.62)	-

The bivariate analysis showed no association of IPV with childhood sexual abuse, and with acceptability of violence. These variables were, therefore, not included in the stepwise selection of variable to fit the logistic model. Interaction was tested for the male partner's controlling behaviour and getting drunk; having ever had a relationship with other women, and being involved in fights with other men. There was significant interaction between a male partner being involved in fights and controlling behaviour and a cross product term was retained in the regression model.

The socioeconomic variables - both at individual and context levels - were associated with violence in the bivariate analysis, but not after controlling for the other factors. The variables measuring partner behaviour were the strongest predictors for IPV. Women who had partners ever involved in physical fights with other men had a five-fold risk of IPV, and those whose partner got drunk at least once a month had a three-fold risk. Partner controlling behaviours were also an important predictor of IPV. His mother having experienced IPV increased the woman's risk of violence, and so did her own mother having experienced IPV. The women's characteristics and her experiences were not associated with the IPV in the final model, and neither was her partner being unemployed or having had relationships with other women.

Multilevel models

Variance component model and random intercept model controlled by neighbourhood deprivation index

Table 4. Parameters for variance component model for IPV and random intercept model for IPV controlling for neighbourhood deprivation index, Sao Paulo, Brazil (n=926)

Parameters	Variance component model	Random intercept model controlled by deprivation index
OR for neighbourhood deprivation index	-	1.23 (CI 1.01 – 1.50)
Intraclass correlation	0.04 (CI 0.01-0.18)	0.03 (0.01-0.11)
Variance at level 2 (neighbourhood)	0.15 (SE 0.12)	0.12 (SE 0.11)
Likelihood test for between-cluster variance	P=0.057	P=0.106

In the variance component model, the unexplained variance at level 2 was 0.15 (SE 0.12). This means that 15% of the variation IPV was due to differences between neighbourhoods. After controlling for the neighbourhood socioeconomic index, there was a slight decrease in the variance at the level 2, indicating that part of this variation was related to the socio-economic characteristics of neighbourhoods. However, none of the parameters was statistically significant. Comparing the two models, the test statistic (likelihood ratio test) gave a value 9.21 under the χ^2 distribution with 2 degrees of freedom ($p=0.01$), showing that the lack of clustering patterns for IPV remained after controlling for the neighbourhood deprivation index. However, the between-neighbourhood variation decreased, indicating that part of the context effect was due to the variation in socioeconomic characteristics across neighbourhoods. This can also be seen in the increased p-value from the likelihood test for the between-neighbourhood variance (from $p=0.057$ to $p=0.106$).

The OR for socioeconomic characteristics was significant in this model ($p=0.04$), suggesting that living in a more deprived neighbourhood might increase the individual risk of experiencing IPV.

Although there is not a cluster pattern for the distribution of IPV across neighbourhoods, the overall individual risk of violence seems to increase in neighbourhoods with lower scores for socioeconomic characteristics.

Bivariate IPV random intercept models controlled by components of the neighbourhood deprivation index

Table 5. Bivariate IPV random intercept models controlled by components of the score for socioeconomic neighbourhood index with respective OR and intraclass correlation coefficient, Sao Paulo, Brazil (n=926)

Domain	Variable	OR (95% CI)	Intraclass correlation ρ (95% CI)	Variance at level 2 σ_u (SD)	Likelihood test for between cluster variance (p-value)
Education	proportion of literate head of households	0.98 (0.93-1.00)	0.04 (0.01-0.19)	0.13 (0.12)	0.085
	proportion of head of households with basic education	1.00 (0.99-1.02)	0.05 (0.01-0.18)	0.16 (0.12)	0.048
	mean of school years of the head of household	0.90 (0.84-0.97)*	0.02 (0.01-0.26)	0.08 (0.11)	0.207
Income	mean of income of the head of household	1.00 (1.00-1.00)	0.04 (0.01-0.19)	0.12 (0.12)	0.101
	head of households with a mean income bellow three minimum wages	1.01 (1.00-1.03)	0.04 (0.01-0.18)	0.14 (0.12)	0.074
Age and family structure	proportion of head of households aged 10 to 29 years in the total population	1.01 (0.98-1.04)	0.05 (0.01-0.18)	0.16 (0.12)	0.055
	mean age of the head of household	0.99 (0.69-1.03)	0.05 (0.01-0.18)	0.16 (0.12)	0.052
	mean inhabitants per household	1.64(1.07-2.52)**	0.03 (0.00-0.20)	0.11 (0.11)	0.131
	proportion of children aged 0 to 4 years in the total population	1.05 (0.99-1.12)	0.04 (0.01-0.18)	0.13 (0.11)	0.083
	proportion of adolescents aged 15 to 19 years in the total population	1.05 (0.95-1.17)	0.04 (0.01-0.18)	0.14 (0.12)	0.071
	proportion of young adults aged 20 to 24 years in the total population	1.07 (0.96-1.20)	0.04 (0.01-0.18)	0.15 (0.12)	0.059
Gender	proportion of female head of households with basic education or less	1.01 (0.99-1.04)	0.04 (0.01-0.18)	0.15 (0.12)	0.056

*p=0.007; ** p=0.024

When examining the components of the neighbourhood socioeconomic characteristics indicator, we found that living in a neighbourhood with lower mean of years in school for the head of the household was a protective factor for IPV (OR=0.90), whereas household crowding was a risk factor (OR=1.64). However, when controlled by the other variables, both these components lose significance in logistic regression models. In the final models, we opted to use the score including all socioeconomic variables, which reflects better the heterogeneity of the census tracts (Torres, 2003). Proportion of head of household with basic education was the only factor that had a significant in-between cluster variance in its association with IPV, meaning that the relation between these two variables varies across neighbourhoods.

Adjusted models

The multilevel random intercept model and mixed effect model were compared to its single-level equivalent (conventional logistic regression model), in order to verify if the socioeconomic characteristics of the neighbourhood at the contextual level affected the risk of IPV, after controlling for other factors.

In the mixed-effect model, the parameters identified in the final one-level model (table 1) were assigned to the fixed part of the equation whereas the socioeconomic characteristics variable was included as a random coefficient parameter.

Table 6. IPV models (adjusted OR 95% Confidence Interval) – comparison of one-level model random intercept model, and mixed-effect multilevel model, Sao Paulo, Brazil (n=926)

IPV	Random intercept model	Mixed effect model
Partner gets drunk more than once a month	3.06 (1.94-4.83)	3.18 (2.03-4.98)
Partner ever involved in physical fights with other men	5.27 (2.38-11.65)	5.10 (2.31-11.30)
Partner controlling behaviour	1.45 (1.30-1.63)	1.46(1.30-1.63)
Partner's mother experienced IPV	1.72 (1.09-2.70)	1.75(1.11-2.75)
Her mother was aggressed by her father	2.25 (1.49-3.39)	2.29(1.52-3.46)
Interaction term between partner controlling behaviour and partner involved in fights with other men	0.68 (0.52-0.89)	0.68(0.52-0.89)
Neighbourhood deprivation index	1.13 (0.92-1.39)	-
Intraclass correlation	0.01 (0.00-0.98)	-
Variance at level 2	0.02 (SE 0.11)	6.63e-07 (SE 0.25)
Likelihood test for between-cluster variance	0.41	0.93

In the random intercept model, the between cluster variation was not significant ($p=0.41$). The intraclass correlation was 0.01 (0.00-0.98), which means that very little variation is explained by differences between neighbourhoods. However, both the limitations in the interpretation of intraclass correlation for binary outcomes (Larson & Merlo, 2005) and the wide confidence interval make this parameter inconclusive. The variance at level 2 was 0.02 (SE 0.11), confirming the small variation in IPV between neighbourhoods after controlling for the other known associated factors. In both multilevel models, the adjusted OR for most of the partner's behaviours slightly increased when compared to the fixed effect model (conventional logistic regression), and her mother being aggressed by the father became less important. The likelihood ratio test comparing the one level-model (Table 2) with the random intercept model and with the mixed-effect model (Table 4), shows p-values close to one for both, indicating that

there are no differences between clusters in the relationship of the variables included in the model. The multilevel models did not improve model fit when compared to its single-level equivalent. These results show that the socioeconomic characteristics of the neighbourhood where the woman lives – considered either at the contextual or the individual level - do not influence her likelihood of having experienced IPV in the neighbourhood where she lives.

DISCUSSION

This study investigated the influence of socioeconomic context and socioeconomic individual-level variables in women's individual risk of IPV in neighbourhoods of Sao Paulo City, Brazil. Contrary to research carried out in other Latin American sites (Rivera-Rivera et. al., 2004; Gonzales & Gavilano, 1999; Ellsberg et al., 1999) and in the US (O'Campo, 1995; Pearlman, 2003; Grisso, 1999; Browning, 2002; Benson, 2003), our findings did not show a contextual effect of neighbourhood socioeconomic characteristics or individual socioeconomic position on IPV. Women living in disadvantaged neighbourhoods in São Paulo were not at increased risk of experiencing IPV. Neither were women's educational background and male unemployment associated with IPV. Independent of neighbourhood and individual socioeconomic factors, women were more likely to experience IPV if her current or most recent partner got drunk more than once a month, if he was ever involved in fights with other men, if had a controlling behaviour based on conservative gender norms, or if she or her partner had mothers who experienced IPV.

These results suggest that in Sao Paulo, IPV is related to gender power imbalances pervasive in different socioeconomic contexts which affect intimate relationships. Although our findings

support the thesis of IPV as associated with male identity and expressions of power (Vyas & Watts, 2008; Jewkes, 2002; Courtney, 2000; Strauss, 2006), they do not support the assumption that inequalitarian gender conceptions and practices (Bajos, 2009) would be deepened by socioeconomic strains or by living in deprived neighbourhoods. On the contrary, they suggest widespread conservative gender norms influence individual behaviour across different socio-economic strata. This interpretation, however, must be taken with caution, since we did not include in our study measures of economic inequities within the couple that could play an important role in the dynamics of power imbalances between partners (Vyas & Watts, 2008; Jewkes, 2002). Also, comparisons with other studies are difficult because of differences in measurements and methodologies.

Limitations

Because this project consisted of secondary data analysis, there are limitations inherent to the original study design that could not be overcome. The study prioritised the timing of the IPV episode(s), and therefore information on severity and frequency of episodes could not be calculated. The variables related to characteristics of the partner and his behaviour took into account only the woman's current or most recent partner, whereas the IPV variable referred to any partner who was violent to her while she was living in the neighbourhood where she was interviewed. Also, reporting bias on the partner's data cannot be ruled out since it was provided by the woman, and not by the partner himself. Despite these limitations, to our knowledge, this study is the first to apply multilevel analysis to investigate the associations between IPV and socioeconomic variables at the individual and contextual levels in an urban context with pronounced social inequities, using data from a middle income country.

Conclusions

Our results reinforce the assumption that gender is a core concept to understanding violence, and suggest that in Brazil IPV is a phenomenon that crosses social and economic boundaries. Future studies should include men to have a more comprehensive perspective on IPV, and better understand male motivations for violent behaviour. Severity and frequency of the episodes by partner should also be addressed in order to understand the links between socioeconomic factors, gender and IPV.

Poverty is often regarded as the ultimate underlying cause of many public health problems. However, it was evidenced by our findings that it does not universally explain health problems. To improve assistance to domestic violence cases and launch comprehensive prevention strategies, health care providers need to recognise that IPV can happen to women from any socioeconomic class, and programmes should focus on the promotion of gender equity within intimate relationships. Training on IPV for health providers should stress the gendered nature of this type of violence and try to deconstruct stigmatising explanations of domestic violence. In addition, alcohol prevention programs can be an important strategy to decrease the incidence of alcohol related problems (Laranjeira & Hinkly, 2002) and be a supplementary policy to help prevent IPV.

Artigo 2

Um estudo sobre a violência por parceiro íntimo, violência urbana e eficácia coletiva no Município de São Paulo

Resumo

Objetivos A violência contra mulheres ocorre majoritariamente no espaço doméstico. Talvez por esse motivo, poucas pesquisas têm como foco a influência de variáveis contextuais na sua ocorrência. Teorias internacionais abordam determinantes sociais da violência urbana e foram testadas nos Estados Unidos e Europa para a violência por parceiro íntimo (VPI). Apesar da extensa produção sobre violência urbana no Brasil, não foram encontrados estudos que investigassem suas conexões com a VPI. Este artigo procura preencher a lacuna no conhecimento sobre a relação entre violência urbana e VPI no Brasil. Busca também verificar a aplicabilidade de teorias internacionais como a teoria da desorganização social, teoria do contágio social e teoria feminista à relação entre violência urbana e violência por parceiro íntimo no Município de São Paulo

Métodos O estudo utilizou dados da pesquisa multipaíses da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa de Aperfeiçoamento dos Dados de Mortalidade (PROAIM). Usando modelagem bivariada de intercepto aleatório, foram identificadas as variáveis que apresentavam variação significativa entre as vizinhanças. Em seguida, foi realizada análise multinível hierárquica de intercepto aleatório, buscando avaliar o efeito da introdução das variáveis contextuais - índice de privação socioeconômica, taxa de homicídios masculinos e eficácia coletiva – na probabilidade de sofrer VPI.

Resultados Apesar de o índice de privação socioeconômica apresentar variação entre as vizinhanças na análise bivariada, ao serem introduzidas outras variáveis no modelo multinível, essa variação deixa de ser significativa. Nenhum dos fatores contextuais é significativo na sua relação com a VPI. Os modelos não apresentam variação significativa por vizinhança, sendo o nível individual mais importante na explicação da probabilidade de VPI. Entre os fatores individuais, destacam-se as variáveis relativas ao comportamento do parceiro e experiência de violência pela mãe dele ou dela.

Conclusão Este estudo não encontrou risco elevado de VPI para mulheres vivendo em bairros com maiores taxas de violência urbana ou maior eficácia coletiva. Os dados refutam a teoria da desorganização social para a VPI em São Paulo. Porém, corroboram a teoria feminista ao evidenciarem a importância de comportamentos conservadores de gênero na probabilidade individual de VPI contra a mulher. Pesquisas futuras sobre o tema podem se beneficiar de abordagens que incluam a perspectiva dos homens sobre a VPI.

VPI como violência do espaço doméstico/ invisibilidade

A violência por parceiro íntimo contra mulheres (VPI) é um problema com alta prevalência e inúmeras conseqüências para a saúde das mulheres (Watts & Zimmerman⁵, 2000; Krug⁶, 2002).

Este tipo de violência ocorre principalmente no espaço doméstico e os pesquisadores em geral se interessam pouco por suas determinantes contextuais (Benson et al., 2003). Por outro lado, a violência urbana é sobretudo dirigida aos homens, ocorre majoritariamente no espaço público e tem suas determinantes sociais bastante estudadas (Schraiber et al., 2005; Krug et al., 2002; Santos, 2002; Zaluar, 1999).

Internacionalmente, há diversas teorias comuns à violência urbana e à violência por parceiro íntimo. A teoria da desorganização social (Sampson & Groves, 1989; Sampson & Laritsen, 1990; Browning, 2002; Raghavan et al., 2006) atribui ao controle social resultante da eficácia coletiva um papel inibidor do crime e da violência. A eficácia coletiva seria o resultado da coesão social no grupo e solidariedade no sentido de alcançar e preservar o bem coletivo. Essa teoria considera que fatores que contribuem para o isolamento social - como segregação racial, concentração de pobreza e alta migração - motivariam comportamentos violentos. A teoria do contágio social (Bogat et al., 2005) e a teoria da subcultura da violência (Sampson & Lauritsen, 1990) enfatizam o predomínio de normas sociais que limitariam o uso de formas pacíficas de resolução de conflitos e, dessa forma, incentivariam a violência. As vizinhanças desenvolveriam suas próprias normas relativas à violência baseadas em códigos de rua de justiça e aprovação social de comportamentos violentos. A teoria feminista enfatiza a violência como um componente importante nos modelos de masculinidade dominantes que influenciam o

comportamento de homens na busca pela afirmação de poder (Jewkes, 2002; Courtney, 2000; Bourgois, 1996). Ao nosso conhecimento, não há estudos quantitativos no Brasil que investiguem possíveis conexões entre a violência urbana e a VPI contra mulheres e desdobramentos teóricos nesse sentido não foram encontrados. No entanto, há um corpo teórico volumoso sobre violência urbana, que enfatiza a importância da pobreza e desigualdade social na explicação do fenômeno.

É possível que as diferenças na configuração e magnitude da violência urbana entre o Brasil e os países desenvolvidos tenham conduzido a esse distanciamento teórico. Por exemplo, enquanto no ano de 2000, as taxas de homicídio por 100 mil habitantes na Alemanha e França eram respectivamente 1.2 e 1.8 (United Nations, 2009), nos Estados Unidos este número era 5.5 (Crime in the United States 2005, 2009) e no Brasil 25,7 (Waiselfisz, 2008). No Brasil, as altas taxas de violência urbana são geralmente explicadas como resultante da desigualdade social e desmantelamento do Estado que permitiram a estruturação e consolidação do crime organizado pelo território nacional (Adorno, 2002; Briceño-Leon, 2002; Zaluar, 1999). A partir da década de 1980, teve início um processo de empobrecimento de parcelas importantes da população, que passaram a encarar dificuldades crescentes de acesso à educação e trabalho (Briceño-Leon, 2002). Nesse contexto, expectativas de consumo frustradas de jovens pobres teriam tornado comum o recurso à violência e ao uso das armas de fogo como meio de alcançar seus ideais de masculinidade e conseguir recursos econômicos para satisfazer suas aspirações (Briceño-Leon, 2002; Zaluar, 1985; Soares, 2005). A violência é, nesse sentido, entendida como um comportamento de gênero marcado pela expressão da insegurança masculina ou da não atualização de um padrão hegemônico de masculinidade (Schraiber, 2005). Essa perspectiva

sugere o entrecruzamento das temáticas da violência urbana e VPI no quadro teórico brasileiro, apesar da falta de estudos específicos sobre o tema.

Este artigo procura preencher a lacuna no conhecimento sobre a relação entre violência urbana e VPI no Brasil. Busca também verificar a aplicabilidade de teorias internacionais como a teoria da desorganização social teoria do contágio social e teoria feminista à relação entre violência urbana e violência por parceiro em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e culturalmente bastante diverso daqueles em que essas teorias foram elaboradas.

Usando o quadro teórico da teoria da desorganização social e teoria feminista, propomos que mulheres vivendo em contextos de maior privação socioeconômica, com altas taxas de violência urbana e baixa eficácia coletiva estariam mais sujeitas a sofrer VPI.

Metodologia

Variáveis no nível individual

As variáveis analisadas no nível individual incluíram variáveis sobre a entrevistada e informações fornecidas por ela sobre seu parceiro. Estas variáveis encontram-se descritas no Quadro 1.

Quadro 1. Aspectos estudados segundo domínios e descrição das variáveis

FATOR	VARIÁVEL	Categorias estudadas
Comportamento parceiro	Parceiro alcoolizado mais de uma vez/ mês	0 fica alcoolizado uma ou mais vezes por mês 1 fica alcoolizado menos de uma vez por mês
	Parceiro envolvido em brigas com outros homens*	0 parceiro nunca esteve envolvido em brigas com outros homens 1 parceiro esteve envolvido em brigas com outros homens pelo menos uma vez na vida
	Parceiro teve relações com outra mulher**	0 parceiro nunca teve relações com outra mulher 1 parceiro teve relações com pelo menos uma outra mulher
	Mãe do parceiro sofreu VPI	0 mãe do parceiro não sofreu VPI/ entrevistada não sabia 1 mãe do parceiro sofreu VPI
Relacionamento	Comportamento controlador do parceiro	Somatória simples, variando de zero a sete sobre comportamentos controladores do parceiro
	Aceitabilidade da violência	0 não concordava com nenhuma das justificativas para VPI 1 concordava com pelo um das justificativas para VPI
Características e experiências da mulher	Mãe dela foi agredida pelo pai*	0 mãe dela não sofreu VPI 1 mãe dela sofreu VPI
	Número de gestações	Variável continua com valor mínimo de zero e máximo treze
	Abuso sexual na infância	0 mulher não sofreu abuso sexual na infância 1 mulher sofreu abuso sexual na infância

* 5 perdas (mulheres que não sabiam responder)

** 61 perdas (mulheres que não sabiam responder)

***Foram considerados perdas os casos em que, durante a infância da mulher, seus pais não moravam juntos (n=11) ou ela não sabia sobre violência entre eles (n=19)

As perguntas sobre comportamento controlador incluíram: a) tenta impedi-la de ver os amigos; b) tenta restringir seu contato com a família; c) insiste em saber onde ela está a todo o momento; d) a ignora e trata com indiferença; e) fica bravo se ela fala com outro homem; f) suspeita freqüentemente que ela é infiel; g) espera que ela peça permissão antes de procurar o serviço de saúde. Para medir a aceitabilidade da violência foi perguntado à mulher se ela concordava que um marido tem uma boa razão para bater na sua esposa se: a) ela não completa os afazeres domésticos à sua satisfação; b) ela o desobedece; c) se ela se recusa a ter relações sexuais com ele; d) se ela pergunta a ele se ele tem outras namoradas; e) se ele suspeita que ela seja infiel; f) se ele descobre que ela é infiel. Abuso sexual na infância foi considerado positivo se ela respondeu afirmativamente à pergunta sobre ter sido tocada sexualmente ou forçada a participar de atividades sexuais antes dos 15 anos de idade.

Variáveis no nível contextual

As variáveis agregadas no nível das vizinhanças foram: índice de privação socioeconômica da vizinhança, taxa de homicídios masculinos na vizinhança e escala para eficácia coletiva.

O indicador de privação socioeconômica da vizinhança foi construído baseado em metodologia desenvolvida por Torres et al. (2003) a partir dos dados do censo IBGE 2000. Esta variável foi construída através de análise fatorial de variáveis relativas à educação, renda, idade e estrutura familiar e gêneros. Especificamente, os fatores incluídos na análise foram: proporção de responsáveis pelo domicílio alfabetizados; proporção de responsáveis pelo domicílio com educação básica; média de anos de estudo do responsável pelo domicílio; média de renda do responsável pelo domicílio; responsável pelo domicílio com media de renda inferior a três

salários mínimos; proporção de responsáveis pelo domicílio de 10 a 29 anos no total da população; idade média do responsável pelo domicílio; número médio de habitantes por domicílio; proporção de crianças de zero a quatro anos no total da população; proporção de adolescentes com idades entre 15 e 19 anos no total da população; proporção de jovens adultos entre 20 e 24 anos no total da população; e proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio com educação básica ou menos.

A taxa de homicídios masculinos por 100 mil habitantes na vizinhança foi obtida no banco de dados do PROAIM e calculada no nível do distrito censitário. Teve como numerador o número de homicídios no distrito e denominador a população do distrito.

As perguntas em que a variável para eficácia coletiva se baseou foram: a) as pessoas tendem a se conhecer bem na vizinhança?; b) se houvesse uma briga de rua na vizinhança, as pessoas fariam algo para tentar impedir?; c) se alguém na vizinhança decidisse organizar um projeto comunitário, a maioria das pessoas estaria disposta a contribuir com tempo, trabalho ou dinheiro?; d) Nessa vizinhança, as pessoas geralmente confiam umas nas outras em termos de emprestar e tomar coisas emprestadas?; e) Se alguém na sua família de repente adoecer ou tiver um acidente, seus vizinhos ofereceriam ajuda?

Respostas negativas para cada uma dessas questões foram codificadas como zero e as positivas como um. A eficácia coletiva foi medida no nível individual das mulheres entrevistadas e uma escala média por adição das respostas foi calculada por vizinhança.

Forma de análise dos resultados

A análise dos dados envolveu três fases. O primeiro passo consistiu da análise bivariada de intercepto aleatório das variáveis apresentadas no quadro 1 com o objetivo de se verificar a

força das associações entre as variáveis independentes e os desfecho e se a relação entre cada par modificava-se segundo a vizinhança. Em seguida, foi ajustada uma regressão logística multinível a partir de modelo contendo todas as variáveis, buscando-se identificar o modelo com melhor ajuste para o conjunto dos dados. Por fim, foram adicionadas a este modelo com melhor ajuste, as variáveis de interesse no nível contextual, seguindo a lógica apresentada no quadro teórico metodológico (Figura 1). Estes modelos foram comparados ao modelo nulo (contendo apenas a variável desfecho) com objetivo de compreender como os aspectos contextuais modificavam (ou não) a probabilidade de violência nas 72 vizinhanças participantes do estudo.

Resultados

A Tabela 1 apresenta a análise bivariada de intercepto aleatório para as variáveis individuais e contextuais selecionadas para este estudo.

Tabela 1. Análise bivariada com intercepto aleatório (violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no período de residência na vizinhança) – OR bruta e IC de 95%, São Paulo, Brasil (n=940)

Blocos	Variáveis	OR (95%IC)	Teste de verossimilhança para a variância entre conglomerados (valor de p)*
Contexto	Privação socioeconômica	1,23 (1,01-1,50)	0,040
	Violência urbana	1,00 (0,99-1,00)	0,057
	Eficácia coletiva	0,70 (0,46-1,06)	0,055
Comportamento e experiências do parceiro	Parceiro fica alcoolizado uma vez por mês	4,58 (3,08-6,82)	0,069
	Parceiro envolvido em brigas	3,26 (2,05-5,18)	0,042
	Parceiro teve relações com outras mulheres	1,66 (1,28-2,17)	0,050
	Mãe do parceiro sofreu VPI	2,05 (1,38-3,06)	0,076
Relacionamento	Comportamento controlador	1,50 (1,36-1,64)	0,344
	Aceitabilidade da violência	1,64 (0,98-2,76)	0,047
Características da mulher	Número de gestações	1,23 (1,12-1,36)	0,074
	Abuso sexual durante a infância	1,51 (0,84-2,72)	0,051
	Mãe sofreu VPI	1,22 (1,10-1,36)	0,078

O parceiro ficar alcoolizado mais de uma vez por mês e se envolver em brigas com outros homens foram as variáveis que apresentaram associações mais fortes com VPI, porém houve pelo menos uma variável com associação significativa com VPI em cada bloco de variáveis. Considerando o nível de significância de 5%, há uma variação entre as vizinhanças na relação entre VPI e: morar em vizinhança com maior privação socioeconômica ($p=0,040$), parceiro envolvido em brigas com outros homens ($p=0,042$), parceiro teve relação com outras mulheres ($p=0,050$) e aceitabilidade da violência ($0,047$). Os demais fatores não apresentam variação significativa entre as vizinhanças em sua relação com a VPI.

A tabela 2 apresenta os modelos multinível para VPI. No Modelo 1, foi incluída no modelo de melhor ajuste para as variáveis no nível individual a variável contextual relativa à privação

socioeconômica. No modelo 2, a taxa de homicídios masculinos foi adicionada. Por último, no Modelo 3, a variável sobre eficácia coletiva foi incluída.

Tabela 2. Modelo final de dois níveis com intercepto aleatório para VPI no período de residência na vizinhança, São Paulo, Brasil (n=940)

Variáveis independentes	Modelo Nulo	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Parceiro fica alcoolizado mais de uma vez/mês	-	3,17(2,03-4,96)	3,16 (2,02-4,95)	3,18 (2,04-4,98)
Parceiro esteve envolvido em brigas com outros homens	-	5,20(2,35-11,49)	5,22 (2,36-11,53)	5,30 (2,39-11,78)
Comportamento controlador do parceiro	-	1,45(1,29-1,62)	1,45 (1,29-1,63)	1,45 (1,29-1,63)
Mãe do parceiro sofreu VPI	-	1,71(1,09-2,70)	1,72 (1,09-2,70)	1,72 (1,09-2,71)
Mãe dela sofreu VPI	-	2,25(1,49-3,39)	2,24 (1,48-3,37)	2,21 (1,47-3,34)
Interação entre comportamento controlador do parceiro e parceiro envolvido em brigas com outros homens	-	0,68(0,52-0,89)	0,68 (0,52-0,89)	0,68 (0,51-0,89)
Índice de privação socioeconômica da vizinhança	-	1,13 (0,91-1,39)	1,08 (0,84-1,38)	1,09 (0,85-1,40)
Homicídios masculinos na vizinhança	-	-	1,00 (1,00-1,01)	1,00 (1,00-1,01)
Eficácia coletiva	-	-	-	0,73 (0,46-1,16)
Correlação intraclasse	0,04 (SE 0,03)	0,01(0,00 0,97)	0,01 (0,00-30,55)	0,01 (0,00-0,99)
Variância no nível 2	0,39 (SE 0,15)	0,02 (SE 0,11)		
Teste de verossimilhança para a variância entre conglomerados (valor de p)	P=0,057	P=0,405	P=0,426	P=0,417

Apesar de o modelo nulo mostrar alguma variação entre as vizinhanças para a VPI, essas diferenças desaparecem após controle pelas demais variáveis no nível individual e contextual. A pouca importância dos componentes do nível contextual é evidenciada pelo baixo coeficiente de correlação intraclasse e amplo IC, e pela variância no nível 2 não significativa nos Modelos 1, 2 e 3. A introdução de cada fator contextual reduz progressivamente o valor dos parâmetros. No Modelo 3, em que todos os fatores contextuais estão presentes, a variação entre as vizinhanças é praticamente inexistente. Nenhum dos fatores contextuais é significativo na sua relação com VPI, indicando a importância nos modelos dos fatores no nível individual. Entre

estes últimos, destacaram-se as variáveis relativas ao comportamento do parceiro e experiência de VPI pela mãe dele e dela.

Discussão

Este estudo utilizou dados de 2000 para investigar a relação entre VPI e violência urbana e testar, para o Município de São Paulo, a aplicabilidade das teorias da desorganização social e teoria feminista sobre violência.

Assim como os estudos de O'Campo (1995) e Bogat et al. (2005), nosso estudo não encontrou associação entre a violência por parceiro íntimo e a violência/ criminalidade urbana. Ao contrário do estudo de Browning (2002), nossos achados não mostraram associação entre eficácia coletiva e VPI. A desigualdade socioeconômica entre as vizinhanças estudadas não tinha efeitos contextuais sobre a VPI. Pesquisas sobre violência urbana no Brasil confirmam a fragilidade dos vínculos sociais entre pessoas pobres, ressaltando a desintegração social das comunidades e ausência de participação coletiva e tradições democráticas (Marques et al., 2007). Seria de se esperar que em um ambiente marcado por esses níveis de instabilidade social e ineficácia do Estado em garantir a segurança, as leis e o direito dos seus cidadãos (Caldeiras 2000; Zaluar, 1985; Soares, 2005), comportamentos violentos fossem também intensificados na esfera da intimidade. Nossos resultados, porém, não mostraram risco elevado de VPI para mulheres vivendo em bairros com maiores taxas de violência urbana, assim como não apresentaram associação entre eficácia coletiva e VPI. Além da desorganização do tecido social, é possível que a limitada visibilidade da violência doméstica mine a capacidade de

vizinhos de monitorar e exercer controle social sobre este tipo de comportamento, reduzindo o potencial da eficácia coletiva de prevenir e combater a VPI.

Os dados refutaram a teoria da desorganização social para a VPI no Município de São Paulo, mas dados corroboram a teoria feminista ao evidenciarem a importância de comportamentos de gênero alinhados a padrões de masculinidade hegemônica na ocorrência de VPI. Mostram, porém, que essa relação não varia entre os diferentes contextos do Município, sendo o nível individual relativo às características do parceiro mais importante para definir a probabilidade de sofrer VPI. Isto é, não são as mulheres que moram em bairros violentos aquelas que se encontram em maior risco de VPI, mas sim aquelas que se relacionam com homens violentos.

Este estudo baseou-se em fontes secundárias de dados e, portanto, as medidas utilizadas não foram desenvolvidas a partir das considerações teórico-metodológicas especificamente dirigidas aos seus objetivos. Por este motivo, alguns limites surgiram quanto à definição das variáveis e medidas utilizadas. Entre os principais destes problemas, destacamos: 1) o lugar de ocorrência da VPI (vizinhança) foi priorizado e, por isso, informações sobre gravidade e frequência dos episódios foram perdidas; 2) a variável homicídios masculinos foi medida do nível do distrito enquanto as demais variáveis no nível contextual o foram no nível do setor censitário; 3) as variáveis relativas às características do parceiro e seu comportamento apenas consideram o parceiro atual ou mais recente e não necessariamente aquele que cometeu violência contra a mulher. Além disso, o fato deste estudo ter um desenho de corte transversal impossibilita a inferência de relações de causalidade entre as variáveis.

Pesquisas futuras sobre o tema podem se beneficiar de abordagens que incluam a perspectiva dos homens sobre a VPI, de medidas geograficamente mais precisas para violência urbana e

mais sensíveis para capital social. Pesquisas qualitativas sobre a relação entre eficácia coletiva e VPI podem também ajudar na compreensão de mecanismos de prevenção e apoio nas situações de violência.

Parte 7: Bibliografia

Agoff C, Herrera C, Castro R. The weakness of families ties and their perpetuating effects on gender violence. *Violence Against Women* 2007; 13(11): 1208-1220.

Adorno S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias* 2000, 4(8): 84-135.

Almgren G. The ecological context of interpersonal violence: from culture to collective efficacy. *Journal of Interpers Violence* 2005, 20(2): 218-24.

Archer KJ, Lemeshow S, Hosmer DW. Goodness-of-fit tests for logistic regression models when data are collected using a complex sampling design. *Computational Statistics & Data Analysis* 2007; 51: 4450-4464.

Barata RB, Ribeiro MCSA, Moraes JC. Social inequalities and homicides in adolescents and young adults in Sao Paulo, 1995. *Rev Bras Epidemiol* 1999; 2(1-2): 50-59.

Barnett OW, Martinez TE, Keyson M. The relationship between violence, social support, and self-blame in battered women. *J Interpers Violence* 1996; 11(2): 221-33.

Benson ML, Fox GL, De Maris A, Van Wyk J. Neighbourhood disadvantage, individual economic distress and violence against women in intimate relationships. *Journal of Quantitative Criminology* 2004; 19(3): 207-35.

Bogat A, Leahy K, von Eye A, Maxwell C, Levendosky AA, Davidson II WS. The influence of community violence on the functioning of women experiencing domestic violence. *American Journal of Community Psychology* 2005; 36(1/2): 123-32.

Bourgois P. Violence, respect and sexuality among Puerto Rican Crack Dealers in East Harlem. *The British Journal of Criminology* 1996; 36:412-427.

Branas CC, Richmond TS, Schawab CW. Firearm homicide and Firearm Suicide: Opposite but Equal. *Public Health Reports* 2004; 119: 114-124.

Briceño-León R, Villaveces A, Concha-Eastman A. Understanding the uneven distribution of the incidence of homicide in Latin America. *International Journal of Epidemiology* 2008; 37: 751-57.

Briceño-León R. The new urban violence in Latin America. *Sociologias* 2002, 51(8): 34-51.

Briggs XS. Ties that bind, bridge and constrains: social capital and segregation in the American Metropolis. Trabalho apresentado no "International Seminar of Segregation and the City". Cambridge, Lincoln Institute of Land Polic, 2001.

Browning CR. The span of collective efficacy: extending social disorganization theory to partner violence. *Journal of Marriage and Family* 2002; 64: 833-50.

Caldeira TP. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

Campbel JC, Glass N, Sharps PW, Laughon K, Bloom T. Intimate partner homicide: review and implications of research and policy. *Trauma Violence Abuse* 2007; 8(3): 246-69.

Cantillon D, Davidson WS, Schweitzer JH. Measuring community social organization: sense of community as a mediator in social disorganization theory. *Journal of Criminal Justice* 2003; 31: 321-39.

Capaldi DM, Dishion TJ, Stoolmiller M, Yoerger K. Aggression towards female partners by at-risk young men: the contribution of male adolescent friendship. *Dev Psychol* 2001; 37(1): 61-73.

Cardoso R. *Identidades e convivência: o centro como ponto de encontro. Os Centros das Metrôpoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*, São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2001.

Chan KL, Tiwari A, Leung WC, Ho HW, Cerulli C. Common correlates of suicidal ideation and physical assault among male and female university students in Hong Kong. *Violence Vict* 2007, 22(3): 290-303.

Costa MR. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? *São Paulo em Perspectiva* 1999, 13(4): 3-12.

Coleman, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology* 1998; 94 (Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure.): S95.

Courtenay WH. Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: a theory of gender and health. *Social Science and Medicine* 2000; 50 (10): 1385.

Crime in the United States 2005. Crime in the United States by Volume and Rate per 100,000 inhabitants 1986-2005. Department of Justice — Federal Bureau of Investigation (USA). 2006-09.
http://www.fbi.gov/ucr/05cius/data/table_01.html

Cubbin C, Leclere FB, Smith GS. Socioeconomic status and injury mortality: individual and neighbourhood determinants. *J Epidemiol Community Health* 2000; 54: 517-24.

Cunradi CB, Caetano R, Clark C, Schafer J. Neighborhood poverty as a predictor of intimate partner violence among white, black and hispanic couples in the United States: a multilevel analysis. *Annals of Epidemiology* 2000; 10(5): 297-308.

De Lima, Souza ER, Ximenes R, De Albuquerque MDEF, Bitoun J. Homicide progression per geographical area in the State of Pernambuco, Brazil, 1980-1998. *Rev. Saúde Pública* 2002; 36(4): 462-9.

DeKeseredy WS, Schawartz MD, Alvi S, Tomaszewski A. Perceived collective efficacy and women's victimization in public housing. *Criminal Justice* 2003; 3(1): 5-27.

Diogo MF, Coutinho CC. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. *Interações* 2006; XI(21): 121-42.

D'Oliveira AFPL, Schraiber LB, França-Junior I; Ludermit AB, Portella AP, Diniz CS, Couto MT, Valença O. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Rev. Saúde Pública* 2009; 43(2): 299-311.

Dobash RP, Dobash RE, Wilson M, Daly M. The myth of sexual symmetry in marital violence. *Social Problems*; 39(1), 1992.

Drumond Jr, Lira MMTA, Nitrini TMV, Shibao K, Tanigushi M, Bourroul NLM. O novo modelo da declaração de óbito e a qualidade da informação sobre causas externas. VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Salvador-BA, julho de 2000 (documento eletrônico). http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/saude/publicacoes/0006/causas_externas.pdf

Galea S, Karpati A, Kennedy B. Social capital and violence in the United States, 1974-1993. *Soc Sci Med*. 2002; 55(8): 1373-83.

Garcia-Moreno C, Watts C, Jansen HAFM, Ellsberg M, Heise L. Responding to violence against women: WHO's Multicountry Study on Women's Health and Domestic violence Health and Human Rights 2003; 6 (2): 113-127.

Garcia-Moreno C, Jansen HAFM, Ellsberg M, Heise L, Watts C. WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. Geneva: World Health Organization, 2005.

Garcia-Moreno C, Jansen H, Ellsberg M, Heise L, Watts C. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The Lancet* 2006, 368 (9543): 1260 – 9.

Gawryszewsk VP, Costa LS. Social inequality and homicide rates in Sao Paulo. *Rev Saude Publica* 2005; 39(2): 191-7.

Goldstein H. Multilevel Statistical Models. Arnold, 1995.

Gunnar A. The ecological context of interpersonal violence. *Journal of Interpersonal Violence* 2005; 20(2): 218-224.

Gondolf EW. Alcohol Abuse, Wife Assault, and Power Needs. *The Social Service Review* 1995; 69(2): 274-84.

Gutierrez RG. Recent developments in multilevel modelling. North American Stata Users Group Meeting, Boston, 2007 (Power Point presentation delivered by Director of Statistics of StataCorp LP).

http://repec.org/nasug2007/gutierrez_boston07.pdf

Harpham T, Grant E, Thomas E. Measuring social capital within health surveys: key issues. *Health and Policy Planning* 2002; 17(1): 106—111.

Hazleden R. The pathology of love in contemporary relationships manuals. *The Sociological Review* 2004; 52(2): 201-217.

Heise L, Ellsberg M, Gottmoeller M. A global overview of gender-based violence. *International Journal of Gynaecology and Obstetrics* 2002; 78(S1): S5-S14.

Heise L, Ellsberg M, Gottemoeller M. Ending violence against women. *Population Reports* 1999, 27(4):1-43.

Jewkes R. Intimate partner violence: causes and prevention. *The Lancet* 2002; 359(9315): 1423-29.

Keinert RC. Longevidade como expressão da qualidade de vida urbana. *Boletim do Instituto de Saúde* 2004; 32: 39.

Kim JC, Watts CH, Hargreaves JR, Ndhlovu LX, Phetla G, Morison LA, MA, Busza J, Porter JDH, Pronyk P. Understanding the Impact of a Microfinance-Based Intervention on Women's Empowerment and the Reduction of Intimate Partner Violence in South Africa. *American Journal of Public Health* 2007; 97(10): 1794-1802.

Kirkwood BR, Sterne JAC. *Medical Statistic*. Blackwell Science, 2003.

Koenig MA, Ahmed S, Hossain MB, Mozumder ABMK. Women's Status and Domestic Violence in Rural Bangladesh: Individual- and Community-Level Effects. *Demography* 2003; 40(2): 269-288.

Kreft I, de Leeuw, J. *Introducing multilevel modelling*. Sage, 1998.

Krishna A, Shrader E. The social capital assessment tool: design and implementation. Grootaert C, Bastelaer TV (eds.) Understanding and measuring social capital: a multidisciplinary tool for practioners. The International bank for Development and Reconstruction/ The World Bank, 2002.

Kunitz SJ. Social capital and health. British Medical Bulletin 2004; 69: 61-73.

Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R (org.). World Report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002.

Larsen K, Merlo J. Appropriate Assessment of Neighbourhood Effects on Individual Health Integrating Random and Fixed Effects in Multilevel Logistic Regression. Am J Epidemiol 2005; 161: 82-88.

Marques E, Scalón C, Oliveira MA. Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e São Paulo, Dados – Revista de Ciências Sociais 2008; 51(1): 215-38.

Marques E, Bichir R, Pavez T, Zoppi M, Moya ME, Pantoja I. Redes Pessoais e Pobreza em São Paulo. In: Dias L. (org.) O uso das redes sociais nas Ciências Humanas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

McQuestion MJ. Endogenous social effects on intimate partner violence in Colombia. Social Science Research 2003; 32: 335-45.

Messias DK, Hall JM, Meleis AI. Voices of impoverished Brazilian Women: health implications and resources. Women Health 1996; 24(1): 1-20.

Miles-Doan R. Violence between spouses and intimates: does neighbourhood context matter? Social Forces 1998; 77(2): 623-45.

Morenoff J, Sampson RJ, Raudenbushm SW. Neighbourhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. Criminology 2001; 39(3): 517-558.

Mustaine EE, Tewksbury R. A routine activity theory explanation for women's stalking victimization. Violence Against Women 1999; 5: 43-62.

Olshen E, McVeigh KH, Wiensch-Hitzing RA, Rickert VI. Dating violence, sexual assault, and suicide attempts among urban teenagers. Arch Pediatr Adolesc Medr 2007, 161(6): 539-45.

OMS (Organização Mundial da Saúde). International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems, 10th Revision, version for 2007.

<http://apps.who.int/classifications/apps/icd/icd10online/>

Pallitto CC, O'Campo P. Community level effects of gender inequality on intimate partner violence in Colombia: testing the feminist perspective. *Soc Sci Med* 2005; 60: 2205-16.

Pearlman D, Zierler S, Gjelsvik A, Verhoek-Oftedahl, W. Neighborhood environment, racial position, and risk of police-reported domestic violence: a contextual analysis. *Public Health Reports* 2003; 118(1): 44-58.

Peres MFT, Santos PC. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Rev Saúde Pública* 2005, 39(1): 58-66.

Peres, MTF. Violência por armas de fogo no Brasil – Relatório Nacional. São Paulo, Brasil: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 2004.

Portella AP. Caracterização dos homicídios de mulheres em Pernambuco, 2002-2007. In: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Boletim de Dados e Análises. Recife: SOS Corpo 2008: 2-6.

Portes A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annu. Rev. Sociol.* 1998; 24: 1-24.

Pronyk PM, Hargreaves JR, Kim JC, Morison LA, Phetla G, Watts C, Busza J, Porter JDH. Effect of a structural intervention for the prevention of intimate-partner violence and HIV in rural South Africa: a cluster randomised trial. *The Lancet* 2006-8; 368(9551): 1937.

Putnam RD. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy* 1995; 6(1): 65-78.

O'Campo P, Faden R, Xue X, Kass N, Wang MC. Violence by Male Partners against women during the childbearing year: a contextual analysis. *American Journal of Public Health* 1995; 85(8): 1092-7.

O'Campo P, Xue X, Wang MC, Caughy MO. Neighborhood risk factors for low birthweight in Baltimore: a multilevel analysis. *American Journal of Public Health* 1997; 87(7): 1113-18.

Rabe-Hesketh S, Skrondal A. Multilevel and longitudinal modelling using Stata. Stata Press, 2008.

Raghavan C, Mennerich A, Sexton E, James SE. Community violence and its direct, indirect, and mediating effects on intimate partner violence. *Violence Against Women* 2006; 1132-49.

Rasbash J, Jones K, Steele F, Pillinger R. Introducing to Multilevel Modelling in MLwiN, Centre for Multilevel Modeling, University of Bristol, 2009 (workshop presentations).

Reis BPW. Capital social e confiança: questão de teoria e método. *Rev Sociol Polit* 2003; 21: 35-49.

Renner LM, Slack Kristen SS. Intimate partner violence and child-maltreatment: understanding intra-and intergenerational connections. *Child Abuse & Neglect* 2006; 30: 599-617.

Ribeiro TRTM. Mortalidade por causas externas em mulheres de 10 a 49 anos, nas capitais brasileiras. Tese (doutorado), Faculdade de saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2005.

Rivera-Rivera L, Lazcano-Ponce E, Salmeron-Castro J, Salazar-Martinez E, Castro R, Hernandez-Avila M. Prevalence and determinants of male partner violence against Mexican women: a population-based study. *Salud Publica de Mexico* 2004; 46(2): 113-22.

Ruotti C, Freitas TV, Almeida JF, Peres MFT. Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo. *Rev Saúde Pública* 2009; 43(3): 533-40.

Sampson RJ, Raudenbush S, Earls F. Neighbourhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. *Science* 1997; 277: 918-24.

Sampson RJ, Groves WB. Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory. *The American Journal of Sociology* 1989; 94(4): 774-802.

Sampson RJ, Lauritsen JL. Deviant lifestyles, proximity to crime, and the offender-victim link in personal violence, *Journal of Research in Crime and Delinquency* 1990; 22(2): 110-39.

Sampson RJ, Wilson W. Towards a theory on race, crime and urban inequality. In: J. Hagan & R Peterson (eds.). *Crime and inequality*, Stanford University Press, 1995: 37-54.

Sanford C, Marshall SW, Martini SL, Covne-Beasley T, Waller AE, Cook PJ, Norwood T, Demissie E. Deaths from violence in North Carolina, 2004: how deaths differ in females and males. *Inj Prev* 2006; 12(Suppl. 2): ii10-ii16.

Santos SM, Barcellos C, Carvalho MS, Flores R. Detecção de aglomerados espaciais de óbito por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. *Cad. Saúde Pública* 2001; 17(5): 1141-51.

Santos JVT. Violência, América Latina: a disseminação e formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias* 2002; 8: 16-32.

Schraiber LB, D'Oliveira AFLP. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação* 1999, 3(5): 11-26.

Schraiber LB, Gomes R, Couto MT. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva* 2005; 10(1):7-17.

Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, França-Júnior I, Diniz S, Portella AP, Ludermir AB, Valença O, Couto MT. Prevalence of intimate partner violence against women in regions of Brazil. *Rev Saúde Pública* 2007; 41(5): 797-807.

Schraiber LB, D' Oliveira AFPL, Portella AP, Menicucci E. Violência de Gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios, *Ciência & Saúde Coletiva*, 2009 (prelo).

Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, Couto MT. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. *Cad Saúde Pública* 2009 (prelo).

United Nations (Office on Drugs and Crime, Division for Policy Analysis and Public Affairs). Seventh United Nations Survey of Crime Trends and Operations of Criminal Justice Systems covering the period of 1998-2000. Crimes recorded in criminal (police) statistics, by type of crime including attempts to commit crimes. Arquivo eletrônico consultado em 20 de junho de 2009.

http://www.unodc.org/pdf/crime/seventh_survey/7sv.pdf

Shields NM, McCall GJ, Hanneke C.R. Patterns of family and nonfamily violence: violent husbands and violent men. *Violence Vict* 1998; 3(2): 83-97.

Silva NN, Cinga TN, Quintanilha JA. Amostra mestra e geoprocessamento: tecnologias para inquéritos domiciliares. *Rev Saúde Pública* 2003; 37(4): 494-502.

Silverman JG, Williamson GM. Social ecology and entitlements involved in battering by heterosexual college males: contributions of family and peers. *Violence Vict* 1997; 12(2): 147-65.

Simões CCS. Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.

Souza ER, Lima MLC. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. *Ciência & Saúde Coletiva* 2007; 11(Sup): 1211-22.

Sposati A. (coord.). Mapa da Exclusão/ Inclusão Social da Cidade e São Paulo/ 2000: Dinâmica Social dos Anos 90 (cd-rom). São Paulo: Pólis, INPE, PUC-SP, 2000.

StataCorp. Statistical Software: Release 10.0. College Station, TX: Stata Corporation, 2009.

Strauss MA, Gilles RJ, Suzanne K. Behind closed doors: violence in the American family. Transaction Publishers, 2006.

Taschner SP, Bogus LMM. São Paulo, uma metrópole desigual, Eure (Santiago) 2001;27(80): 87-120.

Tolan PH, Gorman-Smith D, Henry DB. The development of urban males' youth violence. Dev Psychol 2003, 39(2): 274-91.

Torres HG. Segregação residencial e Políticas Públicas São Paulo na década de 1990. Revista Brasileira de Ciências Sociais 2004: 19(54):41-55.

Torres HG, Marques E, Ferreira MP, Bitar S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados 2003, 17(47): 97-128.

Vives-Cases C, Alvarez-Dardet C, Carrasco-Portino M, Torrubiano-Dominguez J. The impact of gender inequality on intimate partner violence in Spain. Gac. Sanit 2007; 2(3): 242-6.

Vyas S, Watts C. How does economic empowerment affect women's risks of intimate partner violence in low and middle income countries? A systematic review of published evidence. Journal of International Development 2008; 20: 1-28.

Waiselfisz J. Mapa das mortes por violência. Estudo Avançados 2007; 21(61): 119-138.

Waiselfisz J. Mapa da violência dos municípios brasileiros. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação. Brasília: Ciência e Cultura, 2008.

Watts C, Zimmerman C. Violence against women global scope and Magnitude. Lancet 2002; 359: 1232-37

Woolcock M, Narayan D. Social capital: implications for development theory, research and policy. The World Bank Research Observer 2000; 15(2): 225-49.

Zaluar A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva 1999; 13(3): 3-17.

Zaular, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985.